



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**  
**CONSELHO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO N° 041, DE 09 DE AGOSTO DE 2012**

Aprova, *ad referendum* do Conselho Superior, os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos em Secretaria Escolar, em Infraestrutura, e em Alimentação Alimentar que fazem parte do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação (PROFUNCIONÁRIO) e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) todos estes na modalidade de Educação a Distância.

**O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**, no uso das suas atribuições,

**R E S O L V E**

Aprovar, *ad referendum* do Conselho Superior, os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos em Secretaria Escolar, em Infraestrutura, e em Alimentação Alimentar que fazem parte do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação (PROFUNCIONÁRIO) e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) todos estes na modalidade de Educação a Distância.

Virgilio Augusto Sales Araripe  
**Presidente do Conselho Superior em exercício**

Atesto que a matéria desta Resolução foi referendada em Reunião do CONSUP, conforme o que consta da Ata de \_\_\_/\_\_\_/2012.

---

Secretária dos Conselhos

O Curso técnico em Secretaria Escolar, na modalidade a distância, faz parte do *Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação*, o PROFUNCIÓNÁRIO, uma iniciativa do governo federal. Tal programa surge como instrumento de qualificação, profissionalização e valorização dos servidores públicos, criado pelo Parecer CNE / CEB nº 16/2005.

Seus marcos legais estruturam-se na Constituição Federal (finalidades e princípios da educação); nos artigos 1º (natureza do processo educativo), 3º (princípios da educação) e 61 (dos profissionais em educação); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº9394/96); no Plano Nacional de Educação – PNE , fixado pela lei nº 10.172/2001; no Decreto 6.094/2007 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso *Todos pela Educação*; além dos pareceres CNE / CEB nos. 15/1998, 03/1998, 1/2005, 4/2006 relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; ao parecer CNE / CEB nº 41/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicadas à Educação à Distância de Jovens e Adultos; além de outros pareceres CNE / CEB relativas à educação profissional.

A análise pedagógica do Curso técnico em Secretaria Escolar a distância, indica que o projeto atende:

- ao que estabelece o Catálogo Nacional para os Cursos Técnicos no que tange à nomenclatura do curso analisado, eixo tecnológico e carga horária mínima obrigatória a ele pertinente;
- às Diretrizes Curriculares para os Cursos Técnicos quanto à estrutura do projeto (itens e subitens por elas indicados), organização didático-pedagógica e curricular e normas internas da Instituição;
- ao perfil de conclusão, às competências e às habilidades profissionais enunciadas no projeto, visto estarem em consonância com o exposto no Catálogo Nacional para os Cursos Técnicos do Eixo Tecnológico Apoio Educacional, com o Decreto 7.415/2010 e com as orientações emanadas do MEC;
- ao que se estabelece como objetivos para o curso, em relação á matriz curricular por sua coerência e adequação ao perfil de formação;
- ao que se pede quanto à existência e ou previsão de aquisição de materiais, ferramentas, equipamentos, acervo bibliográfico e laboratórios destinados ao desenvolvimento das atividades do curso, nessa modalidade de ensino.

Diante do exposto, recomenda-se a aprovação do curso.

Este é o parecer.

Fortaleza, 10 de agosto de 2012

Equipe pedagógica da PROEN



**Projeto Pedagógico**  
*Curso Técnico de Secretaria*  
*Escolar na Modalidade à*  
*Distância*

*Eixo Tecnológico: APOIO EDUCACIONAL*

**PROGRAMA PROFUNSIONÁRIO**

**Julho, 2012**



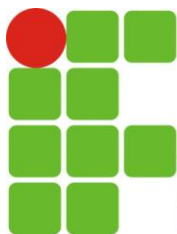
**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Dilma Vana Rousseff

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**  
Aloizio Mercadante

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**  
Nelson Maculan Filho

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
Eliezer Moreira Pacheco

**COORDENADOR NACIONAL DO E-TEC**  
Marcelo Camilo Pedra



**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
CEARÁ**

**REITOR**

Cláudio Ricardo Gomes de Lima

**PRO REITOR DE ENSINO**

Gilmar Lopes Ribeiro

**PRO - REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

Glória Maria Marinho Silva

**PRO REITOR DE EXTENSÃO**

Francisco Gutenberg Albuquerque Filho

**PRO REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Francisco Tasso Lofti

**DIRETOR DO CAMPUS QUIXADÁ**

Aristides de Souza Neto

**DIRETORA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Cassandra Ribeiro Joye

**DEPARTAMENTO DE ENSINO**

Eduardo Lúcio Guilherme do Amaral

**COORDENADOR DO PROGRAMA ESCOLA TÉCNICA ABERTA DO BRASIL – IFCE**

Márcio Daniel Santos Damasceno

**COORDENADORA ADJUNTA DO PROGRAMA ESCOLA TÉCNICA ABERTA DO BRASIL**

**IFCE**

Ana Cláudia Uchôa Araújo

**COORDENADOR DO INSTITUCIONAL DO PROFUNCIÓNÁRIO**

Lucas da Silva

**COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO DE SECRETARIA ESCOLAR**

Jordana Torres Costa

## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	04
2	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	06
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	07
	3.1. Justificativa	07
	3.2. Objetivos	10
	3.3. Requisitos de Acesso	11
	3.4. Áreas de Atuação	12
	3.5. Perfil profissional do egresso	12
	3.6. Metodologia de Ensino	15
4	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	18
	4.1. Fundamentos Pedagógicos	18
	4.2. Matriz Curricular	20
	4.3. Programas de Unidade Didática	23
	4.4. Prática Profissional Supervisionada (PPS)	48
	4.5. Critérios de aproveitamento de conhecimentos	49
	4.6. Critérios de Avaliação da Aprendizagem	49
	4.7. Diploma	51
5	PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	52
	5.1. Pessoal Docente	52
	5.2. Pessoal Técnico-Administrativo	52
6	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	53
	6.1. Estrutura Física dos Pólos	53
	6.2. Infraestrutura de laboratórios e ambientes de aprendizagem	53
	6.2.1. Videoconferência no <i>Campus</i> de Quixadá	53
	6.2.2. Ambiente Virtual de Aprendizagem	54
	6.2.3. Laboratórios de Informática dos polos	55
	6.2.4. Laboratório de Informática do <i>Campus</i> de Quixadá	56
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BASES LEGAIS	56.

## 1. APRESENTAÇÃO

Este documento é fruto do esforço articulado das mais diversas instâncias do serviço público, federal e estaduais e do movimento nacional dos trabalhadores em educação, com o fito de promover a formação profissional e técnica de nível médio dos servidores públicos dos sistemas de ensino básico, oferecidos pelos estados e pelos municípios. Neste sentido, faz parte do *Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação*, o PROFUNCIÓNÁRIO. Tal programa surge como instrumento de qualificação, profissionalização e valorização dos servidores públicos, criado pelo Parecer CNE/CEB nº 16/2005. Assim, o PROFUNCIÓNÁRIO se consolida a partir de uma proposta pedagógica pensada para superar as barreiras entre qualificação técnica e sua dimensão humanística, entre a formação cidadã e as competências instrumentais voltadas para o mundo do trabalho. Sua essência baseia-se no comprometimento com a ética, sob a perspectiva do aprimoramento do serviço público, na construção da educação de qualidade para todos e na superação das desigualdades sociais.

Visando democratizar o acesso à educação de qualidade, tal programa se estrutura na modalidade à distância, compreendida como uma ferramenta tecnológica imprescindível na superação dos desafios demandados pela nova *Sociedade do Conhecimento*. Esta modalidade tem como razão de ser, não somente a prática da educação continuada, compreendida como instrumento de desenvolvimento do potencial humano, como também articulada à formação humana geral, que não seja necessariamente orientada para o mercado, mas que não prescindia da orientação para o mundo do trabalho, dimensão necessária para conquista, afirmação e expressão da dignidade humana em toda a sua essência. Seus marcos legais estruturam-se nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal (finalidades e princípios da educação); nos artigos 1º (natureza do processo educativo), 3º (princípios da educação) e 61 (dos profissionais em educação) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº9394/96); no Plano Nacional de Educação – PNE , fixado pela lei nº 10.172/2001; no Decreto 6.094/2007 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso *Todos pela Educação*; além dos pareceres CNE / CEB nos. 15/1998, 03/1998, 1/2005, 4/2006 relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; ao parecer CNE / CEB nº 41/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicadas à Educação à Distância de Jovens e Adultos; além de outros pareceres CNE / CEB relativas à educação profissional.

Dessa forma, a Portaria Normativa MEC nº 25/2007, instituiu o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – PROFUNCIÓNÁRIO, objetivando, através do ensino a distância, oferecer uma formação técnica em nível médio aos funcionários das redes públicas de educação básica dos sistemas de ensino, nas habilitações de Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Meio ambiente e Manutenção da Infraestrutura. Sendo que o Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, instituiu a Política nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, e no seu artigo 6º redimensiona o rol de cursos, ficando estabelecido o seguinte elenco de cursos técnicos: i. Secretaria Escolar; ii. Alimentação Escolar; iii. Infraestrutura Escolar; iv. Multimeios Didáticos; v. Biblioteconomia; e vi. Orientação Comunitária.

Neste ínterim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará realizou, em 2008 e 2009, a formação de tutores para atuar no PROFUNCIÓNÁRIO, inicialmente, coordenado e executado pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará. Com a Resolução nº 05, de março de 2012, ficou estabelecido o apoio financeiro aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a formação dos profissionais da educação das redes públicas da educação básica. A partir de então, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, através da Rede E-Tec, torna-se instituição responsável pela consecução dos objetivos do Programa no Ceará, estabelecendo, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e a Secretaria Estadual de Educação, os cursos prioritários, a saber: Secretaria Escolar, Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar.

Em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e com as diretrizes do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes do Curso Técnico em Secretaria Escolar. Em todos os elementos, estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

## 2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

<b>Denominação:</b>	Curso Técnico em Secretaria Escolar
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Apoio Educacional
<b>Titulação Conferida:</b>	Técnico em Secretaria Escolar
<b>Nível:</b>	Médio
<b>Forma de Ingresso:</b>	Exame de Seleção
<b>Requisito de Acesso:</b>	Conclusão do Ensino Médio e estar de acordo com os requisitos da resolução MEC 7415/10 de 30 de dezembro de 2010 e com a Portaria n. 1.547/2011.
<b>Modalidade:</b>	A distância
<b>Número de Vagas Anuais:</b>	40 (Quarenta)
<b>Turno de Funcionamento ( presencial):</b>	Matutino e vespertino
<b>Início do Curso:</b>	2012.2
<b>Carga Horária das Disciplinas:</b>	1280 (hum mil, duzentos e oitenta)
<b>Prática Profissional Supervisionada (PPS):</b>	300 (Trezentas)
<b>Carga Horária Total (Incluindo Estágio)</b>	1680 (hum mil, seiscentos e oitenta)
<b>Sistema de Carga Horária</b>	Crédito. (1 Crédito = 20 horas)



### 3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

#### 3.1 Justificativa

O Programa Nacional de Valorização dos Profissionais da Educação nasce de uma conjuntura que aponta para a superação da dívida histórica que o Brasil tem para com o seu povo e que nos mantém como uma das nações mais desiguais do mundo, malgrado o desenvolvimento econômico experimentado no último século. Construir uma sociedade mais justa e que distribua de maneira mais equânime os frutos do trabalho de seu povo significa criar oportunidades iguais para todos e oferecer as condições básicas para que, através da organização, mobilização e participação, a sociedade logre transformar o panorama que ainda hoje se nos impõe.

A educação, como comprovam unanimemente todas as estatísticas e pesquisas, é uma ferramenta de transformação. Transformação não só individual, no sentido da conquista da dignidade pessoal, como também transformação social, no sentido da construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Neste esforço, o país já alcançou o feito, considerado distante há poucas décadas, de universalizar o acesso à educação básica, com praticamente todas as crianças em idade escolar. Só que, necessariamente, urge agora, transformar a escola. É necessário que ela passe a se integrar no cotidiano, oferecendo um ensino de qualidade e representando as justas aspirações do povo brasileiro.

No caso específico da educação profissional e tecnológica, pretende-se avançar para além dos estreitos horizontes da ideia de qualificação profissional. A formação profissional deve vincular-se à vida na sua integralidade, e não somente, ao adestramento puro e simples do homem como apêndice de um mercado orientado apenas para a realização do lucro. O novo homem que inspira a nossa vocação pedagógica é um ser para o qual a educação é um processo contínuo, orquestrado num processo de contínua reinvenção de si mesmo que aponta no caminho da autonomia. Desta feita, considera-se a vocação do homem para aprender e, aprendendo, reinventar-se, de maneira que possa, livre para o desenvolvimento de suas potencialidades, orientar-se num mundo em perene transformação.

O programa a qual este projeto se refere, é apenas uma das ações voltadas para a consecução deste objetivo maior: o da educação como instrumento de autonomia do cidadão. Entretanto, dada as suas características específicas, faz-se necessária a sua compreensão sob um contexto dado: o da recuperação, valorização e construção da identidade dos trabalhadores em educação. Em primeiro lugar, não se concebe que uma escola que aspire ao cumprimento do seu papel universalizante, prescindia de profissionais capazes de geri-la com respeito à ética, compromisso, capacidade técnica e espírito público. Em segundo lugar, levar a escola ao centro do processo de transformação da sociedade brasileira significa valorizar todos aqueles que contribuem na sua construção. E, finalmente, em terceiro lugar, capacitar, formar e habilitar os trabalhadores em educação para a consecução dos objetivos escolares, significa dotar-lhes do espírito que orienta o próprio processo escolar, ou seja, o da contínua reinvenção de si mesmos e do mundo.

Em virtude disso, o Ministério da Educação, juntamente com a CONSED, a UNDIME e a CNTE vêm acolhendo a política de valorização dos trabalhadores, como uma das principais vias promotoras da qualidade social da educação básica escolar, no intuito de garantir a efetivação do preceito da Constituição Federal de que o ensino seja ministrado com base em princípios como o da “valorização dos profissionais da educação escolar...” (CF 88, Art. 206 – V), assim como o da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no tocante à determinação do princípio da “valorização do profissional da educação escolar” (Lei nº 9.394/1996 Art. 3º - VII) e, ainda, o do Decreto 6.094/2007, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, quando este fixa como uma das diretrizes desse Plano “a instituição de programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação” (Art.2º - XII).

Outro importante instrumento para a política de valorização desses profissionais é o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001. No conjunto de suas metas, ele fixa que, nos sistemas de ensino, há a necessidade de identificação e mapeamento de *“as necessidades de formação inicial e continuada do pessoal técnico administrativo, elaborando e dando início à implementação, (...) de programas de formação e criar, no prazo de dois anos, cursos profissionalizantes de nível médio destinados à formação de pessoal de apoio para as áreas de administração, multimeios e manutenção de infra-estruturas escolares, inclusive para alimentação escolar e, a médio prazo para outras áreas que a realidade demonstrar ser necessário”*.

Na concretização dessa intenção, tem sido gestada uma série de ações, tais como, a implantação da Rede Nacional de Formação Continuada, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a elaboração e implementação do Pró-Infantil, entre tantas outras.

Nesse sentido, a instituição da política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, que visa a atender mais de um milhão de funcionários caracterizados como “não-docentes”, distribuídos nas duzentas mil escolas públicas do país, encarregados do desempenho de tarefas consideradas “inferiores” e por isso, vistas com certo preconceito, é uma ação positiva e estratégica, no sentido de contribuir para a formação e afirmação da sua identidade profissional, respaldada pela formação integral desses trabalhadores em educação, que também podem ser vistos como educadores.

A criação do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação surge como uma ferramenta de formação específica, requerida por uma área que veio a ser criada pelo Conselho Nacional de Educação (a esse respeito ver o Parecer CNE/CEB nº 16/2005, que trata da criação da área de Serviços de Apoio Escolar, bem como a Resolução CNE/CEB nº. 05/2005, que propõem, respectivamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar e inclui nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº. 04/99, a 21ª Área de Serviços de Apoio Escolar).

A resolução nº 5 de 03 de agosto de 2010 fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Funcionários da Educação Básica pública. Entende-se por profissionais da Educação Básica os trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim, desde que habilitados nos termos da Resolução CNE/CEB nº 5/2005.

Ressaltado o papel fundamental de democratização da Educação profissional e, neste contexto, tendo a modalidade à distância como meio de aprendizagem comprovadamente eficaz, faz necessário, ainda, justificar a relevância específica do profissional Técnico em Secretaria Escolar para a rede de ensino Público do Estado do Ceará.

O curso técnico em Secretaria Escolar surgiu com a finalidade de profissionalizar trabalhadores das escolas públicas estaduais e municipais que atuam em áreas afins. O Secretário Escolar é um dos membros da equipe de gestão escolar que possui um conjunto de atribuições e responsabilidades de grande relevância para o bom desempenho da escola. Sua posição é tão importante que um dos requisitos para o credenciamento e funcionamento de uma escola é a existência de um secretário habilitado, de acordo com a legislação vigente.

Atualmente, compete aos Estados, através dos Conselhos Estaduais de Educação, fixar normas específicas para a habilitação desse profissional, por meio de Resoluções. Estas, em geral, determinam que a função de Secretário de estabelecimento de ensino fundamental e médio deve ser exercida por pessoa habilitada em curso específico de formação de secretariado e portadora de registro profissional em órgão próprio do MEC.

O Conselho de Educação do Ceará - CEC, através da resolução CEC 388/2004 dispõe sobre o Curso de Formação Inicial de Secretário Escolar, discorrendo sobre as funções, atividades e competências de tal cargo. Dessa forma, no estado do Ceará, a função de secretário escolar será

exercida por profissional habilitado em curso específico, aprovado pelo Conselho de Educação, conforme tal resolução.

### **3.2 Objetivos**

Gerais:

- Promover a formação profissional técnica de nível médio, a distância, a profissionais da educação que atuam em áreas de apoio às atividades pedagógicas e administrativas nas escolas públicas de educação básica, com entendimento de educação e de escola como espaços coletivos de formação humana, de diversidade étnica cultural, bem como do desenvolvimento de competências para atuar numa habilitação específica, sem perder a noção da totalidade da função social da educação.
- Profissionalizar trabalhadores para atuarem como técnico na educação, valorizando o seu papel como trabalhador da educação por meio da qualificação e melhoria da sua prática.

Específicos:

- Desenvolver ações de apoio à secretaria escolar com conhecimentos, competências e habilidades necessárias ao bom desempenho da gestão de sistemas de ensino;
- Conhecer os principais elementos, fundamentos e princípios de sua profissão;
- Compreender as principais concepções de Gestão Escolar e como estas ressoam no planejamento educacional escolar;
- Construir uma percepção frente às inovações tecnológicas, apropriando-se delas e pondo-as a serviço dos objetivos escolares;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho; e
- Refletir acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber.

### **3.3 Requisitos de acesso**

O curso Técnico em Secretaria Escolar, na modalidade a distância, destina-se aos trabalhadores que exercem funções administrativas nas escolas das redes públicas estaduais e municipais da educação básica. O candidato deve atender aos seguintes requisitos:

- a) ser portador do certificado de conclusão do ensino médio, ou documento equivalente, podendo ser oferecido concomitante ao ensino médio, de acordo com a Portaria n. 1.547/2011;
- b) estar em efetivo exercício da função nas escolas das redes estadual ou municipal;
- c) não estar matriculado em outro curso do mesmo nível.

O processo de seleção é específico e especial, de caráter classificatório, com publicação em Edital, do qual constará o curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção e demais informações úteis.

Poderá também haver seleção, através de chama pública, específica para funcionários pré-inscritos, oriundos de levantamento de demandas prioritárias junto às Secretarias Municipais de Educação e Representação de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, em cada Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação e/ou Município onde as vagas serão ofertadas, com apoio dos Sindicatos de Servidores de Educação e dos representantes locais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Nesses casos as vagas serão exclusivas aos funcionários de escolas públicas municipais e/ou estaduais em efetivo exercício da função.

No caso das vagas ofertadas, que não sejam plenamente preenchidas pelos servidores das escolas públicas, o IFCE, através da pro - reitoria de ensino, poderá publicar edital complementar estendendo as vagas remanescentes à comunidade.

### **3.4 Área de atuação**

O Técnico em Secretaria Escolar, na modalidade a distância, deverá ser um profissional com competências e habilidades técnicas para atuar nas atividades voltadas à Secretaria Escolar, na área de Apoio Educacional. Assim, o Técnico estará capacitado para atuar em:

- Escolas públicas e privadas;
- Centros de formação profissional;
- Centros de capacitação de pessoal;
- Órgãos de sistemas e redes de ensino.

### **3.5. Perfil profissional do egresso**

O profissional técnico de nível médio em Secretaria Escolar, na modalidade a distância, deve apresentar um conjunto de conhecimentos, princípios, atitudes e habilidades que permitam a sua atuação na Secretaria Escolar. Deverá demonstrar as seguintes competências:

#### *a) Relativas à gestão escolar:*

- Dominar os fundamentos da gestão curricular, gestão administrativa e gestão financeira da unidade escolar;
- Compreender e diferenciar, considerando os seus princípios da gestão democrática, uma gestão escolar com componentes autoritários e uma gestão escolar com componentes democráticos;
- Compreender e analisar as questões relativas aos meios e fins da educação, considerando processualmente o diagnóstico, a execução e a avaliação;

- Participar e contribuir na construção coletiva do projeto político pedagógico da escola em que trabalha a fim de avançar a gestão democrática;
- Conhecer os fundamentos da contabilidade pública nos aspectos relacionados com o financiamento da educação, contabilidade da escola e da rede escolar;
- Compreender e fazer relações entre estatística e planejamento, estatística e avaliação, estatística e gestão, estatística e financiamento da educação;
- ***Identificar e executar no seu nível de competência as diretrizes constantes nos instrumentos gerenciais da escola;***
- ***Executar, controlar e avaliar os procedimentos referentes à pessoal, recursos materiais, patrimônio, ensino e sistema de informação;***
- ***Elaborar instrumentos de controle da gestão que contribuam para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais.***

*b) Relativas à integração social da escola:*

- Compreender a unidade escolar como parte de um complexo educacional ligada a redes e sistemas de ensino;
- Identificar e reconhecer a escola como uma das instituições sociais e nela desenvolver atividades que valorizem as funções da educação;
- Compreender e contextualizar, na lei e na prática social, a educação escolar, o Estado e as políticas educacionais;
- Compreender e assumir a inclusão social como direito de todos e função da escola;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social.

*c) Relativas à rotina de Secretaria Escolar:*

- Colaborar com a gestão escolar, atuando na organização de registros escolares;
- Operacionalizar processos de matrícula e transferência de estudantes, de organização de turmas e de registro do histórico escolar dos estudantes;
- Controlar e organizar os arquivos com o registro da vida acadêmica, processos de registros de conclusão de cursos e colação de grau, garantidas a segurança, a facilidade de acesso e o sigilo;

- Ler, compreender e produzir com autonomia, registros e escritas de documentos oficiais, relacionando-os às práticas educacionais;
- Registrar, em atas, as sessões e atividades acadêmicas específicas;
- ***Manter atualizados os livros de registros, garantindo qualidade e fidedignidade.***
- Compreender e analisar a legislação educacional nas Constituições, nas Leis de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação e nos Conselhos de Educação;
- ***Manter em dia as coleções de leis, decretos, regulamentos e resoluções, bem assim instruções, circulares e avisos que digam respeito às atividades da escola;***
- ***Manter o regimento da escola em local de fácil acesso a toda a comunidade escolar, incluídos nela os pais dos alunos;***
- Dominar, analisar, refletir, fazer relações e mediações entre as normas emanadas dos conselhos de educação e o regimento escolar;
- Compreender e fazer relações entre os equipamentos físicos, materiais pedagógicos, educação e aprendizagem;
- Divulgar as normas e diretrizes procedentes da diretoria escolar, estimulando os envolvidos a respeitá-las e valorizá-las;
- ***Elaborar o cronograma das atividades da secretaria, assegurando a racionalização do trabalho e sua execução;***
- ***Prestar assistência à inspeção, à supervisão escolar e ao Conselho de Educação, apresentando as situações que mereçam interferência e apoio;***
- ***Organizar processos de legalização da escola, compreendendo o credenciamento da instituição, a autorização, o reconhecimento e a aprovação de cursos e suas renovações;***
- ***Coordenar a execução do Censo Escolar.***

d) *Relativa à postura e à ética profissional:*

- Utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Aplicar normas de sustentabilidade ambiental na escola, respeitando o meio ambiente;
- Agir com ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- Demonstrar iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora;

- Posicionar crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.
- Conhecer e vivenciar a ética e a transparência na educação pública;

### **3.6 Metodologia de Ensino.**

O curso técnico de Secretaria Escolar é produzido, gerenciado, oferecido e efetivado na modalidade de ensino à distância (EaD), na metodologia semi-presencial. Considerada, especificamente, sob o prisma da universalização da oferta, tal modalidade apresenta vantagens óbvias se comparada ao modelo tradicional de ensino presencial. Entretanto, é necessário ressaltar que tal modalidade ensina e estimula a autonomia do sujeito, fundada no sentimento de segurança em relação às próprias capacidades. Ao mesmo tempo, a experiência semi-presencial permite que o aluno desenvolva linguagens e expressões adequadas aos mais diversos ambientes, interagindo em contextos complexos, em diferentes situações de aprendizagem.

Os princípios metodológicos que orientam este projeto estão alicerçados nos seguintes pressupostos filosóficos e pedagógicos:

- a) Vocação do ser humano para o conhecimento e para a aprendizagem, independentemente de fatores genéticos, ambientais, sociais ou políticos.*
- b) Respeito e compreensão aos ritmos diversos de aprendizagem de acordo com a subjetividade de cada um.*
- c) Compreensão da educação como processo criativo;*
- d) Unidade formal do conhecimento científico, sendo a fragmentação apenas expressão cultural e didático-pedagógico de apresentação de conteúdos. Instrumentos teóricos, tais como a interdisciplinaridade e a contextualização, são fundamentais para superação da fragmentação do conhecimento.*
- e) Articulação entre a pesquisa científica e os seus conteúdos curriculares, como instrumento de criação do conhecimento, e não somente, repetição.*
- f) Valorização dos conhecimentos e experiências prévias dos alunos no processo educativo.*
- g) Compreensão da educação profissional como esfera de realização humana, na medida em que propicia o desenvolvimento de habilidades e competências próprias ao mundo do trabalho.*
- h) Rejeição da educação instrumental e bancária.*
- i) Articulação entre teoria e prática.*

O conjunto de todas essas ações pedagógicas proporciona ao corpo discente uma estrutura de ensino-aprendizagem que valoriza a participação efetiva do aluno no desenvolvimento das habilidades necessárias para o pleno exercício de sua profissão e de sua vida cidadã.

Durante o curso haverá momentos presenciais e a distância. Os encontros presenciais por disciplina correspondem a, no mínimo, 20% da carga horária, de forma que os alunos possam

interagir com todos os Tutores a Distância das respectivas disciplinas nos cursos. Adicionalmente, ocorrem encontros presenciais que poderão ser adicionados para acompanhamento/revisão quando se evidenciar baixo desempenho dos alunos ou necessidade de revisão de conteúdo.

Cada disciplina prevê a utilização do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, são momentos em que os professores devem aproveitar para desenvolver atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da utilização de aulas práticas, seminários, visitas técnicas e estudos de caso.

No ambiente virtual são previstas a utilização de ferramentas de desenvolvimento de estudos que coloquem o aluno em contato com atividades diferenciadas, provendo assim um leque de opções para o auxílio à melhoria do auto desenvolvimento dos conhecimentos estudados pelos alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

A interação a distância acontece com a mediação dos meios de comunicação síncronos e assíncronos, predominantemente por meio do Ambiente Virtual (chats, fóruns de discussão, tarefas, atividades, entre outros) e de forma complementar por outros meios como telefone, fax, e-mail, listas, videoconferência e ainda pelos materiais didáticos impressos e em meio digital.

Durante as interações presenciais e/ou a distância, o papel do tutor é fundamental, pois a tutoria é elemento essencial no processo de aprendizagem a distância e agente direto de interação entre professor e conteúdo.

As principais funções da tutoria objetivam apoiar a aprendizagem à distância, visando à formação do saber, do saber-fazer e do saber-ser. Dentre outras funções, destacamos:

- Orientar e estimular os alunos no processo de ensino/aprendizagem;
- Manter contato constante com os alunos enviando notícias do curso, lembretes, motivando a uma participação mais ativa;
- Sugerir materiais e leituras complementares;
- Promover a adesão de alunos periféricos por meio de estratégias personalizadas;
- Atender dúvidas metodológicas e de conteúdo em conjunto com o professor responsável por sua produção;
- Avaliar as atividades realizadas a distância.

Outro aspecto a ser enfatizado é que as potencialidades pedagógicas das diversas mídias devem ser maximizadas, visando o atendimento às diversas necessidades e múltiplos perfis, que são característicos do aluno que estuda a distância, possibilitando a ele um retorno efetivo às dúvidas e anseios, bem como propiciando o diálogo necessário no processo de análise e produção do conhecimento na área de Informática. Portanto, faz-se a opção por utilizar concomitantemente diversas tecnologias, tais como o material impresso; ambiente virtual de aprendizagem (AVA); videoconferência, além do apoio dos tutores presenciais no polo.

A diversidade de mídias e de suportes de aprendizagem transforma a comunicação educativa em uma poderosa ferramenta capaz de minimizar a barreira (mas não eliminar) da separação física e do tempo entre professor (tutor) e aluno, além de proporcionar um aumento substancial do nível de interação e interatividade.



Nesse sentido, a videoconferência vem contribuir, também, para a comunicação síncrona entre professores e alunos, por propiciar uma efetiva participação, expondo ideias, discussões, além disso, por proporcionar visualização poderá contribuir para a construção de modelos mentais de objetos ou de processo a eles associados.

## **4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

### **4.1 FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS**

Os fundamentos pedagógicos do curso técnico de Secretaria Escolar baseiam-se nos princípios norteadores da educação profissional em nível técnico explicitados no artigo 3º da LDB 9394/96, bem como nos princípios abaixo, conforme a Resolução CEB Nº 04, de dezembro de 1999, que trata da instituição das Diretrizes Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico:

- I - independência e articulação com o ensino médio;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III - desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- IV - flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI - atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII - autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

Considerando os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, o Profuncionário leva em conta as competências gerais atribuídas ao técnico em Serviços de Apoio à Educação pela Câmara de Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação –CNE, por meio do Parecer nº 16/2005, a saber:

- identificar o papel da escola na construção da sociedade contemporânea; Além dos perfis específicos, as quatro categorias de técnicos têm como base estas competências gerais.
- assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir de estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento da educação escolar;
- identificar as diversas funções educativas presentes na escola;
- reconhecer e constituir a identidade profissional educativa em sua ação nas escolas e em órgãos dos sistemas de ensino;
- cooperar na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da instituição de ensino;
- formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa;
- dialogar e interagir com os outros segmentos da escola no âmbito dos conselhos escolares e de outros órgãos de gestão democrática da educação;
- coletar, organizar e analisar dados referentes, à manutenção da infraestrutura material e ambiental;

- redigir projetos, relatórios e outros documentos pertinentes à vida escolar, inclusive em formatos legais para as diversas funções de apoio pedagógico e administrativo.

Acrescentam-se, na tentativa de tornar mais específica a profissão, as seguintes competências:

- identificar e reconhecer a escola como uma das instituições sociais e nela desenvolver atividades que valorizem as funções da educação;
- descrever o papel do técnico em educação na educação pública do Brasil, de seu estado e de seu município;
- atuar e participar como cidadão, técnico, educador e gestor em educação nas escolas públicas, seja da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios;
- compreender que na escola todos os espaços são de vivência coletiva, nos quais deve saber atuar como educador;
- participar e contribuir na construção coletiva do projeto político pedagógico da escola em que trabalha de maneira a fazer avançar a gestão democrática;
- representar, nos conselhos escolares, o segmento dos funcionários da educação;
- compreender e assumir a inclusão social como direito de todos e função da escola;
- elaborar e articular com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e pais, projetos educativos que assegurem a boa qualidade da educação na escola, bem como o cumprimento dos objetivos pactuados em seu projeto político-pedagógico;
- diagnosticar e interpretar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional;
- manusear aparelhos e equipamentos de tecnologia, colocando-os a serviço do ensino e das aprendizagens educativas e formativas;
- investigar e refletir sobre o valor educativo das suas atividades no contexto escolar, para poder criar melhores e mais consistentes condições para realizá-las;
- transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais mais humanizadas.

Na organização curricular proposta, a abordagem dos conteúdos está voltada para as necessidades e especificidades da habilitação pretendida e as disciplinas têm carga horária compatível aos conhecimentos nelas contidos.

Com duração de dois anos, divididos em 04 (quatro) semestres letivos, o curso tem uma carga horária total de 1.680 horas, incluindo 300h de prática profissional supervisionada que é obrigatório ao aluno.

## **4.2 Matriz Curricular**

A organização curricular do Curso observa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Lei n. 9.394/96, alterada pela Lei n. 11.741/2008, bem como nos princípios e diretrizes definidos pelo Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

O curso possui uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB n. 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB n. 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial n. 870/2008.

A organização curricular está organizada da seguinte forma: um Núcleo com seis módulos de Formação Pedagógica, um Núcleo com três módulos de Formação Técnica Geral, e um Núcleo Específico para cada curso com sete módulos de Formação Técnica Específica. O curso terá, no máximo, 80% de sua carga horária oferecida na modalidade a distância através do Ambiente Virtual de Aprendizagem — AVA, MOODLE e 20% presencial.

Com duração de dois anos, divididos em 04 (quatro) semestres letivos, o curso tem uma carga horária total de 1.680 (um mil seiscentos e oitenta) horas organizada por módulos sequenciais, distribuídas da seguinte forma: 320 (trezentos e vinte) horas destinadas aos módulos que compõem o Núcleo de Formação Pedagógica, 400 (quatrocentas) horas destinadas aos módulos que compõem o Núcleo de Formação Técnica Geral, 660 (setecentos e sessenta) horas destinadas aos módulos que compõem o Núcleo de Formação Específica e 300 (trezentas) horas destinadas à Prática Profissional Supervisionada (PPS).

O curso é estruturado numa sequência lógica e contínua através de módulos que compõem a matriz curricular, que deverão estar articulados entre si, fundamentados nos conceitos de interdisciplinaridade e de contextualização com a formação do profissional Técnico em Secretaria Escolar.

A distribuição dos componentes curriculares com sua carga horária, bem como a sua sequência é apresentada no quadro a seguir:

**CURSO TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR  
A DISTÂNCIA-E TEC/ PROFUNCIÓNÁRIO**

<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA</b>					<b>SEMESTRES</b>
<b>Módulo Introdutório</b>					
<b>Unidade curricular</b>	<b>Ch T/P</b>		<b>CH Total</b>		
	<b>T</b>	<b>P</b>			
Fundamentos e Práticas da EaD	40	08	<b>40</b>		
<b>Módulos pedagógicos</b>					
Educação: tempos históricos.	80	16	80h	1º	
Homem, Pensamento e Cultura: abordagem filosófica e antropológica.	60	12	60h	1º	
Relações Interpessoais: abordagem psicológica.	60	12	60h	1º	
Educação, Sociedade e Trabalho	80	16	80h	1º	
<b>Sub-total CH</b>	<b>320</b>	<b>64</b>	<b>320</b>		
<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL</b>					
Direito Administrativo e do Trabalho	80	16	80h	2º	
Informática Básica e Aplicada à Educação	80	16	80h	2º	
Produção Textual na Educação Escolar	80	16	80h	2º	
Gestão da Educação Escolar	80	16	80h	2º	
Higiene e Segurança nas Escolas	80	16	80h	2º	
<b>Sub-total CH</b>	<b>400</b>	<b>80</b>	<b>400</b>		
<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</b>					
Trabalho Escolar e Teorias Administrativas	80	16	80h	2º	
Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola	120	24	120h	3º	
Legislação Escolar	120	24	120h	3º	
Técnicas de Redação e Arquivo	80	16	80h	3º	
Contabilidade na Escola	80	16	80h	3º	
Administração de Materiais	80	16	80h	3º	
Estatística Aplicada à Educação	100	20	100h	3º	
<b>Sub-total CH</b>	<b>660</b>	<b>128</b>	<b>660</b>		
<b>Total de carga-horária de módulos</b>			<b>1380</b>		
<b>NÚCLEO DE EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA (PPS)</b>					
Prática como Componente Curricular: vivência da ação educativa	300		300	4º	
<b>Carga Horária Total</b>	<b>300</b>		<b>300</b>		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL COM PPS</b>			<b>1680</b>		

### 4.3 Programas de Unidades Didáticas – PUD

Abaixo são apresentados os Programas de Unidades Didáticas das disciplinas componentes da matriz curricular mencionada:

#### a) Primeiro Semestre

<b>DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EAD</b>	
<b>Código:</b>	FPEAD
<b>Carga Horária:</b>	40
<b>Número de</b>	2
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	1º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
O papel das tecnologias da informação e da comunicação nos processos de ensino e aprendizagem. Os principais aspectos e elementos constitutivos da educação a distância enquanto sistema de ensino. A educação a distância no contexto da sociedade contemporânea e o seu papel na ampliação das oportunidades de acesso à educação continuada.	
<b>OBJETIVO</b>	
• Compreender o papel das tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem, como também os principais aspectos e elementos constitutivos da Educação a Distância como sistema de ensino.	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Tecnologia: Conceitos fundamentais e teorias; 2. As tecnologias da informação e da comunicação no nosso cotidiano; 3. O que é Educação a Distância; 4. Modelos e sistemas de educação a distância; 5. Mídias e materiais didáticos na EaD.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da realização de seminários e atividades escritas em equipes. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AValiação</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também seminários e avaliações escritas presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CASTELLS, Manuel. <b>A sociedade em rede</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. KRAMER, Érika A. et. al. <b>Educação a Distância: da teoria à prática</b> . Porto Alegre: Alternativa. 1999. LÉVI, Pierre. <b>As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática</b> . Rio de Janeiro:	

Editora 34, 1993.  
LIMA, A. A. **Fundamentos e Práticas na EaD**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVERBUG, Regina. Material didático impresso para Educação a Distância: tecendo um novo olhar. **Colabor@ - Revista Digital da CVA - RICESU**, v. 2, n. 5, p. 16-31, agosto 2003. Disponível em <[http://www.ricesu.com.br/colabora/n5/artigos/n\\_5/pdf/id\\_02.pdf](http://www.ricesu.com.br/colabora/n5/artigos/n_5/pdf/id_02.pdf)> Acesso em 10/06/2007.  
BENAKOUCHE, Tâmara. **Tecnologia é sociedade**: contra a noção de impacto tecnológico. Florianópolis: Cadernos de Pesquisa, n. 17, setembro de 1999.  
Kurz, Robert. **A Ignorância da sociedade do conhecimento**. Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2002 – Caderno Mais, p. 14-15. Disponível em: <[www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)>.  
McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2001.

\_\_\_\_\_  
**Coordenador do Curso**

\_\_\_\_\_  
**Setor Pedagógico**

#### DISCIPLINA: EDUCAÇÃO: TEMPOS HISTÓRICOS

**Código:** EDUTH

**Carga Horária:** 80

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 1º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### EMENTA

A educação e a escola através dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. As tendências pedagógicas da educação. Educação e ensino. Processos educativos: continuidades e discontinuidades. Diversidade étnico-cultural: homens e mulheres sujeitos históricos.

#### OBJETIVO

- Apropriar-se de conhecimentos históricos e de interpretações da escola e da educação como espaços coletivos de formação humana, de contradições, de diversidade étnico-cultural.
- Compreender a educação e a escola como parte da cultura de um povo, num determinado tempo e espaço.
- Perceber a constituição dos processos históricos e sua vinculação as ações sociais promotoras de movimentos constantes de transformação, de rupturas ou de continuidades.

#### PROGRAMA

1. A Educação escolar nas províncias e a descentralização do ensino; 2. Manifestos de educação: ao povo e ao governo; 3. O golpe militar e a educação pública; 4. Redemocratização: cidadãos e consumidores; 5. Identidade profissional e o projeto político-pedagógico; 6. Políticas para a educação pública: direito e gestão.

#### METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da utilização de reflexões sobre textos, discussões em grupo, seminários e produção textual. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

#### AValiação

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do

curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também seminários, trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas presenciais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Cunha. **Gaiolas e asas**. www.rubemalves.com.br  
 SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.  
 SILVA, M. A. **Educadores e educandos: tempos históricos**. 4.ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.  
 TEIXEIRA, Anísio Espíndola. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difel, 3. ed., 1979.  
 HILSDORF, Maria Lucia. **S. História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.  
 MONLEVADE, João Antonio Cabral. **Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis**. Brasília: s/d.  
 RIBEIRO, Maria Luisa. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 10 ed., 1990.  
 STEPHANOV, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Sec. XXI. Petrópolis: Vozes, v. II , 2005.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

#### DISCIPLINA: HOMEM, PENSAMENTO E CULTURA: ABORDAGEM FILOSÓFICA E ANTROPOLÓGICA

**Código:** HOCAF

**Carga Horária:** 60

**Número de** 3

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 1º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### EMENTA

Processo de construção da cidadania. Filosofia como instrumento de reflexão e prática. Ética, moral e política. O ambiente físico e social. Relações homem-natureza. Aspectos e valores culturais. Linguagem e comunicação.

#### OBJETIVO

- Apropriar-se e criar condições teórico-práticas com as quais problematizar, investigar e criticar as práticas escolares, com vistas à identidade de profissional da educação.

#### PROGRAMA

1. A natureza no humano; 2. Escola, cultura e cidadania; 3. Linguagem: conceito e elementos; 4. Escola, comunicação e cidadania; 5. Trabalho: conceito; 6. Escola, trabalho e cidadania; 6. Valorização ética e política; 7. Escola, valores e cidadania.

#### METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ADORNO, Theodor W. <b>Educação e emancipação</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. BESSA, Dante. <b>Homem, pensamento e cultura</b> : abordagem filosófica e antropológica: formação técnica. 4.ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012. CHAUÍ, Marilena. <b>Convite à filosofia</b> . São Paulo: Ática, 1998. FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia</b> – saberes necessários à prática educativa. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ALBORNOZ, Suzana. <b>O que é trabalho</b> . São Paulo: Brasiliense, 1992. FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. _____. <b>Medo e ousadia</b> . 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. RANCIÈRE, Jacques. <b>O mestre ignorante</b> – Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS: ABORDAGEM PSICOLÓGICA</b>	
<b>Código:</b>	RIAP
<b>Carga Horária:</b>	60
<b>Número de</b>	3
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	1º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Desenvolvimento afetivo e cognitivo.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender as construções teóricas sobre aspectos do desenvolvimento psicológico de modo a permitir uma reflexão sobre a importância do papel da escola e de todos os atores envolvidos na construção da cidadania.</li> <li>• Refletir sobre o papel da escola na formação do sujeito.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. A Relação da Psicologia com a Educação; 2. A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; 3. A noção de estágios em psicologia do desenvolvimento; 4. Temas transversais; e, 5. Contexto social	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na	



disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

### AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEDROZA, R. L. S. **Relações interpessoais: abordagem psicológica**. 4 ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. São Paulo: Forense, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUINO, J.G. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L.T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

COLL, C. Palácios, J.; MARCHESI, A. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e Educação: Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. v. 2.

\_\_\_\_\_  
Coordenador do Curso

\_\_\_\_\_  
Setor Pedagógico

### DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO

**Código:** EDUST

**Carga Horária:** 80

**Número de Créditos:** 4

**Código pré-requisito:** NÃO HÁ

**Semestre:** 2º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

### EMENTA

A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. O desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação. Educação e trabalho na construção da sociedade.

### OBJETIVO

- Compreender o papel do cidadão e da educação na conservação ou na transformação da presente realidade.

### PROGRAMA

1. Construção da lente sociológica; 2. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social; 3. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho. 4. Trabalho e educação no mundo contemporâneo. 5. Dimensões e sentidos da relação educação e sociedade. Formação para o trabalho e educação profissional no Brasil.

### METODOLOGIA DE ENSINO

<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.</p>	
<p><b>AVALIAÇÃO</b></p>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p>	
<p>DURKHEIM, Émile. <b>Educação e sociologia</b>. São Paulo: Melhoramentos, 1975.  PACHECO, R. G.; MENDONÇA, E. F. <b>Educação, sociedade e trabalho</b>: abordagem sociológica da educação. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006. 88 p.  TEIXEIRA, Anísio. <b>Educação não é privilégio</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p>	
<p>BOTTOMORE, Tom. <b>Dicionário do pensamento marxista</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.  COSTA, Maria Cristina Castilho. <b>Sociologia</b>: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987.  COTRIN, Gilberto. <b>História e consciência do mundo</b>. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 2  MARTINS, Carlos Benedito. <b>O que é sociologia</b>. São Paulo: Brasiliense, 1988.</p>	
<p><b>Coordenador do Curso</b></p> <p>_____</p>	<p><b>Setor Pedagógico</b></p> <p>_____</p>

**b) Segundo Semestre**

<p><b>DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO</b></p>	
<b>Código:</b>	DAT
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de Créditos:</b>	4
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<p><b>EMENTA</b></p>	
<p>Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos de Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.</p>	
<p><b>OBJETIVO</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os problemas relacionados à vida na escola, a partir dos conceitos fundamentais de Direito, Legislação e Cidadania, relacionando-os a aspectos atuais do mundo do trabalho e suas marcantes transformações.</li> </ul>	
<p><b>PROGRAMA</b></p>	
<p>1. Conceitos fundamentais do direito: O Direito e as normas sociais, A norma jurídica, As fontes do Direito, O Direito e suas vertentes, Direito e Ideologia; 2. O mundo do trabalho: As necessidades humanas e os fatores de</p>	

produção, Os modos de produção e a transformação da sociedade, Trabalho e alienação, ; 3. A Constituição Federal e a conquista da cidadania – os direitos do trabalhador brasileiro: Aspectos jurídicos, sociológicos e éticos da cidadania, As garantias constitucionais e a soberania popular, Os direitos sociais na Constituição Federal: contradições e perspectivas, Fundamentos de legislação trabalhista brasileira, ; 4. Elementos de Direito Administrativo: Conceitos de Direito Administrativo, Autonomia, Fontes, Princípios do Direito Administrativo, Licitações e contratos, Controle da administração pública, O servidor público na Constituição Federal; 5. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.

#### METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso.

#### AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Nelson Palaia Ribeiro de. **Noções Essenciais de Direito**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Constituição da República Federativa do Brasil (1988, atualizada até a Emenda Constitucional 45).  
MORAES, W. C. B. **Direito Administrativo e do Trabalho**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.  
MONLEVADE, João. **Funcionários de Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis?** Brasília: IDEA, 1996.  
SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. (Org.) **O direito achado na Rua**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

#### DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA E APLICADA À EDUCAÇÃO

**Código:** IBAE

**Carga Horária:** 80

**Número de Créditos:** 4

**Código pré-requisito:** NÃO HÁ

**Semestre:** 2º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### EMENTA

Informática na educação. Histórico da informática educativa no Brasil. O uso do computador na escola como recurso pedagógico. A importância da capacitação e do papel do professor, do administrador escolar e do funcionário da educação. O uso da internet na educação.

#### OBJETIVO

- Capacitar-se na utilização de ferramentas da informática na educação, a fim de diversificar e ampliar os processos

de ensino-aprendizagem.	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Histórico da informática educativa no Brasil; 2. O uso do computador na escola como recurso pedagógico; 3. A importância da capacitação e do papel do funcionário da educação; 4. O uso da internet na educação.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de leituras, aulas expositivas e praticas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também realização de trabalhos práticos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas teóricas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
NASCIMENTO, J. K. F. <b>Informática aplicada à educação</b> . Brasília: Universidade de Brasília, 2007. NIQUINI, D. P. <b>Informática na educação: implicações didático-pedagógicas e construção do conhecimento</b> . Brasília:Universidade Católica de Brasília; Universa, 1996. TAJRA, S. F. <b>Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade</b> . 2. ed.São Paulo: Érica, 2000.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
LOPES, J. J. <b>A introdução da informática no ambiente escolar</b> . Disponível em: < <a href="http://www.clubedoprofessor.com.br/artigos/artigojunio.pdf">http://www.clubedoprofessor.com.br/artigos/artigojunio.pdf</a> >. VON STAA, B. <b>Vi na internet</b> . Artigo publicado em:< <a href="http://www.educacional.com.br/articulas/betina_bd.asp?codtexto=627">http://www.educacional.com.br/articulas/betina_bd.asp?codtexto=627</a> >.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: PRODUÇÃO TEXTUAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR</b>	
<b>Código:</b>	PTEE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de Créditos:</b>	4
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Produção de textos. Leitura e compreensão de textos. Desenvolvimento da leitura e escrita em documentos oficiais educacionais. A arte de ler, de escrever e de comunicar.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ler, compreender e produzir textos, com autonomia, em diferentes linguagens – escrita, gráfica, artística – relacionando-os a práticas educacionais e a documentos oficiais.</li> </ul>	

- Ler com autonomia e criticidade diversos tipos em relação à leitura e à produção de textos alheios ou próprios.
- Desenvolver atitude crítica em relação à leitura e à produção de textos alheios ou próprios.
- Produzir textos escritos, coesos e coerentes, contextualizados à prática educacional, considerando o destinatário, a finalidade e as características de gênero.
- Produzir textos utilizando registros formais e estratégias de escrita.
- Imprimir qualidade aos textos quanto à forma e ao conteúdo, aprimorando o controle sobre sua própria produção.

#### PROGRAMA

1. O texto como registro das experiências pessoais; 2. Redação Oficial: rompendo as barreiras de escrita; 3. Memorandos, circulares, correio eletrônico; 4. Correspondência oficial: produzindo Atas e Relatórios; 5. Outros gêneros.

#### METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos variados, utilização de técnicas de escrita e interpretação.

#### AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Avaliação de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliação de provas escritas individuais/presenciais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, O. C. R. **Produção textual na educação escolar**. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.  
 GARCEZ, L. H. C. **O que é preciso para escrever bem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.  
 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Manual de Redação da Presidência da República**. Brasília: Casa Civil, 2002

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Todos os textos**: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos. São Paulo: Atual, 1998.  
 SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

#### DISCIPLINA: GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

**Código:** GEE

**Carga Horária:** 80

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 2º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### EMENTA

Administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. A gestão da educação: fundamentos e legislação. Reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Gestão, descentralização e autonomia. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.

<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender as diferentes concepções e abordagens da administração capitalista e a especificidade da gestão educacional, bem como aprenda a identificar as relações entre a reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar.</li> <li>• Compreender os princípios da gestão democrática e, principalmente, construí-la em seu cotidiano.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. A administração ou gestão da escola: concepções e escolas teóricas; 2. A Reforma do Estado brasileiro: a gestão da educação e da escola; 3. Gestão democrática da escola pública: concepções e implicações legais e operacionais; 4. Democratização da gestão escolar: mecanismos de participação e autonomia da unidade escolar; 5. Gestão democrática e os trabalhadores em educação.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>BUSSMAN, Antônia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). <b>Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível</b>. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.</p> <p>DOURADO, L. F. <b>Gestão da educação escolar</b>. 4 ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2012.</p> <p>DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). <b>Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia/GO</b>. Goiânia: Alternativa, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. <b>Política e gestão da educação</b>. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). <b>Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios</b>. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>MARTINS, José do Prado. <b>Administração escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação</b>. São Paulo: Atlas, 1991.</p> <p>NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). <b>Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível</b>. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.</p>	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: HIGIENE E SEGURANÇA NAS ESCOLAS</b>	
<b>Código:</b>	HISE

<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
A higiene como expressão material da saúde humana. Construção social do conceito de higiene e de sua realidade na escola. Cidade limpa, bairro limpo, escola limpa. O uso higiênico dos espaços escolares. O uso da água como bem escasso da natureza, da comunidade e da escola. Hábitos de higiene dos estudantes e limpeza do ambiente escolar. Coleta seletiva de lixo. O papel do funcionário como gestor da limpeza e higiene na escola. Conceitos de segurança. Relações sociais e educativas na comunidade e na escola: separação e integração. Cidade segura, bairro seguro, escola segura. Segurança no interior da escola: o funcionário como agente repressor ou mediador de conflitos. O adolescente infrator e a reeducação. O Estatuto da Criança e do Adolescente.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre a higiene e a segurança na escola e sobre seu papel na construção de uma escola onde educadores e educandos primem pela limpeza pessoal e do ambiente, bem como se sintam seguros e responsáveis pela construção de uma cultura de paz na escola e na comunidade.</li> <li>• Reconhecer alternativas de práticas que se incluem no papel mais amplo de técnico em meio ambiente e infraestrutura das escolas.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Higiene: construção histórica do conceito; 2. Higiene e educação; 3. Higiene no trabalho do funcionário; 4. Segurança: construção histórica do conceito; 5. Segurança na sociedade e na comunidade; 6. Segurança na escola; 7. Segurança no trabalho; 8. O Estatuto da Criança e do Adolescente.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, estudos de caso, visitas técnicas re resolução de situações problema. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, elaboração de relatório e as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>ABRAMOVAY, Miriam. <b>Escola e violência</b>. Universidade Católica de Brasília: Unesco, 2003.</p> <p>BELLI, Roberto. <b>Boas maneiras: higiene com os alimentos</b>. 1. ed. [S.l.]: Todolivro, 2006.</p> <p>FARIA, I. D; MONLEVADE; J. A. C. <b>Higiene, segurança e educação</b>. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.</p> <p>GUIMARÃES, Áurea. <b>Vigilância, punição e depredação escolar</b>. Campinas: Papirus, 2003.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p><a href="http://www.higienedosalimentos.com.br/">http://www.higienedosalimentos.com.br/</a></p> <p><a href="http://www.boasaude.uol.com.br">http://www.boasaude.uol.com.br</a></p> <p><a href="http://www.mesabrasil.sesc.com.br/Cartilhas/Cartilha%20Higiene.pdf">http://www.mesabrasil.sesc.com.br/Cartilhas/Cartilha%20Higiene.pdf</a></p> <p>LUCINDA, M. da Consolação; NASCIMENTO, M. das Graças; CANDAU, Vera M. <b>Escola e violência</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A Editora, 1999.</p>	

<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____

<b>DISCIPLINA: TRABALHO ESCOLAR E TEORIAS ADMINISTRATIVAS</b>	
<b>Código:</b>	TETA
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>Concepções de educação e relação escola-sociedade. Grupo e organização: conceito, tipologia e características. Principais teorias administrativas: fundamentos conceituais e históricos da Administração. Política, planejamento e legislação educacional: conceitos, relações e a questão dos meios e fins na educação. Planejamento escolar: diagnóstico, execução e avaliação. Ética e transparência no serviço público.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a escola como organização, considerando as contribuições das principais teorias administrativas e sua especificidade como organização responsável pela sistematização do saber.</li> <li>• Estabelecer uma relação crítica entre política, planejamento e legislação educacional, levando em conta as implicações dessa relação no contexto da escola, compreendida em sua totalidade.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. Concepções de educação: a relação escola-sociedade como ponto de partida e de chegada; 2. As organizações como característica fundamental da sociedade moderna; 3. Teorias Administrativas: fundamentos conceituais e históricos da administração; 4. Política, planejamento e legislação educacional: conceitos e relações; 5. Planejamento escolar: diagnóstico, programação e avaliação; 6. Ética e transparência no serviço público: compromisso de todos na construção da cidadania.</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.</p>	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>AZEVEDO, J. M. L. de. <b>A educação como política pública</b>: polêmicas do nosso tempo. Campinas/SP: Autores Associados, 1997.</p> <p>BARROSO, João. (org.). <b>O estudo da escola</b>. Porto: Porto, 1996.</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <b>O que é educação</b>. 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. <b>Administração nos novos tempos</b>. Rio de Janeiro: Campus, 1993.</p> <p>PARO, Vitor. <b>Administração escolar</b> – introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.</p>	



SOUZA, Herbert de e RODRIGUES, Carla. <b>Ética e Cidadania</b> . São Paulo, Moderna, 1994.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
LIMA, Licínio C. <b>A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica</b> . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.	
VASCONCELLOS, Celso. <b>Planejamento: plano de ensino, aprendizagem e projeto educativo</b> . São Paulo: Libertad, 1995.	
SAVIANI, Dermeval. <b>Escola e democracia</b> . 24. ed. São Paulo: Autores Associados, 1991.	
SCHEIN, Edgard. <b>Psicologia organizacional</b> . Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1982.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

c) **Terceiro Semestre**

<b>DISCIPLINA: GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS SISTEMAS E NA ESCOLA</b>	
<b>Código:</b>	GDSE
<b>Carga Horária:</b>	120
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
A escola, o Sistema Educacional e a relação entre as diversas instâncias do Poder Público; o processo de construção da gestão democrática na escola e no sistema de ensino, seus instrumentos e elementos básicos; o financiamento da educação no Brasil e a gestão financeira da escola; o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico e a participação dos diversos segmentos escolares. O projeto político pedagógico	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender a inserção da escola no Sistema Educacional e a relação entre as diversas instâncias do Poder Público.</li> <li>• Compreender o processo de construção da gestão democrática na escola e no sistema de ensino, seus instrumentos e elementos básicos.</li> <li>• Compreender como é o financiamento da educação no Brasil e a gestão financeira da escola.</li> <li>• Compreender o processo de construção do Projeto Político-pedagógico (PP) e a possibilidade de participação dos diversos segmentos escolares.</li> <li>• Conhecer os projetos pedagógicos da escola.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. A educação brasileira; 2. Gestão Democrática da Educação; 3. Financiamento da educação básica e gestão financeira da escola; 4. Gestão democrática da escola e Projeto Político-pedagógico.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AValiação</b>	

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Adilson César de. **Gestão democrática da educação**: a posição dos docentes. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, mimeog., 2000.  
BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.  
COVRE, Maria de Lourdes M. **A Formação e a Ideologia do Administrador de Empresa**. São Paulo: Vozes, 1982.  
GENTILLI, P. SILVA, T. T. (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília: Congresso Nacional, 2006.  
BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da Educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (Org.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.  
MEC/SEB. **Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília, 2004, 10 volumes.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

#### DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO ESCOLAR

**Código:** LE

**Carga Horária:** 120

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 3º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### EMENTA

A educação nas Constituições. O Plano Nacional de Educação e as propostas do Coned. Órgãos colegiados da escola. O regimento escolar. A educação pública nas Constituições. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9394/1996. Plano Nacional de Educação e propostas do Coned. Regimento escolar: construção e significado na perspectiva da autonomia.

#### OBJETIVO

- Conhecer a legislação para compreender a finalidade de suas ações enquanto servidor público em uma escola pública.
- Conhecer os processos que constituem a evolução da legislação da educação e refletir sobre o conselho escolar e o regimento escolar.
- Assumir papel ativo no aprimoramento da legislação e no fortalecimento da gestão democrática da escola e da educação escolar.

#### PROGRAMA

1. A educação e as constituições; 2. A gestão educacional na legislação; 3. Plano Nacional de Educação; 4. Os órgãos colegiados da escola O regimento escolar.

#### METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo,

20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

### AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.  
 COSTA, Messias. **Educação nas constituições do Brasil**: dados e direções. Rio de Janeiro: DP& A Editora, 2002.  
 DERMEVAL, Saviani. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. – 8.ed.rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.  
 VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção. In: **Educação & Sociedade**: Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade, 80 v., n. 23 (número especial). São Paulo: Cortez, 2002.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SAVIANI, Dermalva. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.  
 MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo**: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas, SP: FE/UNICAMP; R. Vieira, 2000.  
 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29. ed. (Atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Ammanuel Burle Filho). São Paulo: PC Editorial Ltda., 2004.

<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____

### DISCIPLINA: TÉCNICAS DE REDAÇÃO E ARQUIVO

**Código:** TRA

**Carga Horária:** 80

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 3º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

### EMENTA

Linguagem. Interação. Gêneros institucionais: escrituração escolar. Noções de escrituração escolar. Contexto de trabalho administrativo escolar. Atribuições de papéis sociais.

### OBJETIVO

- Identificar como a linguagem e alguns de seus fenômenos são usados na comunicação e na interação com o outro.
- Expor sobre os temas: documentação e arquivo.
- Identificar os procedimentos básicos de arquivamento.
- Discutir sobre algumas atitudes que podemos adotar para estabelecer uma boa interação com as pessoas no

<p>contexto de trabalho e refletir sobre ética profissional.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Explicar os gêneros textuais administrativos da escola e seus usos.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. Língua(gem) e interação; 2. Interação comunicativa com o outro; 3. Regras de escrita; Noções de documentação e arquivo; 5. Onde arquivar os documentos?; 6. Atitudes no contexto de trabalho e ética profissional; 7. Contexto de trabalho e papéis sociais; 8. Escrita escolar: gêneros administrativos.</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalentes a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.</p>	
<b>AValiação</b>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>BORTONI-RICARDO, Stella Maris. <b>Nós chegemos na escola, e agora?</b> São Paulo: Parábola, 2005.  CORRÊA, Manoel Luiz G. <b>Linguagem e comunicação social.</b> São Paulo: Parábola, 2002.  HOUAISS, Antonio Oliveira. <b>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.</b> Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.  MEDEIROS, João Bosco. B.; HERNANDES. <b>Manual da secretária.</b> 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.  WONSOVICZ, Silvio. <b>Aprendendo a viver juntos: investigando a ética.</b> 9. ed. Florianópolis: Sophos, 2005.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda Maria. <b>Ler e compreender: os sentidos do texto.</b> São Paulo: Contexto, 2006.  LIMA, Antonio Oliveira. <b>Manual de redação oficial.</b> 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.  Manual de secretaria escolar do sistema de ensino do Distrito Federal. GDF/SEE/DF. Brasília, 2002.</p>	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: CONTABILIDADE NA ESCOLA</b>	
<b>Código:</b>	CE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de Créditos:</b>	4
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>Noções básicas de Contabilidade. Prática contábil. Contabilidade na escola. Finanças públicas. Receita e tributação. Classificação de despesas. Balanços. Orçamentos. Contabilidade da escola e da rede escolar.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entender a Contabilidade como ferramenta necessária ao desenvolvimento humano.</li> <li>• Apresentar a origem e a aplicação dos recursos da educação básica pública no Brasil.</li> </ul>	

- Refletir a relação entre a Contabilidade e o desenvolvimento humano.
- Identificar as principais fontes de financiamento da educação pública, mostrando que é por meio da arrecadação de impostos que podemos desenvolvê-la.

## PROGRAMA

1. Do simples registro à Contabilidade na escola; 2. Origem dos recursos para execução do Orçamento Público e definição da parcela vinculada à educação; 3. Aplicação da parcela dos recursos do Orçamento Público vinculados ao financiameto da educação.

## METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

## AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. São Paulo: Atlas,1995.
- \_\_\_\_\_. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: *Diário Oficial da União*, Ano CXXXIV, n. 248, de 23.12.96, p. 27.833-37.841, 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei no 5. 172, de 25 de Outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios. Alterada pela Lei Complementar no 118, de 9 de fevereiro de 2005. Denominado CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL pelo art. 7o do Ato Complementar no 36, de 13.3.1967. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/CodTributNaci/ctn.htm>>.
- \_\_\_\_\_. SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. Disponível em: <<http://www.siope.inep.gov.br/>>.
- \_\_\_\_\_. Decreto no 6.091, de 24 de abril de 2007. Define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, para o exercício de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6091.htm)>.
- \_\_\_\_\_. LEI no 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/200 7. Disponível em: <<http://www.sigplan.gov.br/download/ppa/ppavigente2007.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. MEC. SEB. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=799&Itemid=839>>.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade comercial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Gestão financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 69-78.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- MATIAS PEREIRA, José. **Finanças públicas: A Política Orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Funcionários de escolas públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis?** Brasília: Idea, 1996.
- LOPES DE SÁ, A. M. **Dicionário de Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

<b>DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS</b>	
<b>Código:</b>	CE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
A materialidade do processo educativo escolar: prédios, equipamentos e recursos didáticos. Relação entre equipamentos físicos, materiais pedagógicos, educação e aprendizagem. Gestão de rede, escola e sala de aula: a questão da descentralização. Compras, produção e conservação. Almoxarifado. Equipamentos patrimoniais.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e desenvolver habilidades básicas necessárias à administração de materiais, equipamentos e recursos naturais e didáticos no ambiente escolar.</li> <li>• Adquirir conhecimentos sobre manutenção e conservação do patrimônio público por meio de reflexões sobre um contexto educacional democrático e cidadão, com vistas ao desenvolvimento de um perfil profissional técnico, gestor e educador.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Compreendendo alguns conceitos; 2. Aquisição de materiais; 3. A organização dos espaços na administração de materiais; 4. Gestão pedagógica de materiais.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AValiação</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>CHAMUSCA, Heitor. Autonomia escolar como maior objetivo. <i>Revista Gestão em Rede</i>, n. 71, ago. 2006.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. <b>Iniciação à administração de materiais</b>. São Paulo: Makron/McGraw-Hill, 1991.</p> <p>DIAS, Marco Aurélio P. <b>Gerência de materiais</b>. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>DOURADO, Luiz Fernandes; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. <b>Progestão</b>: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Módulo II. Brasília: Consed, 2001.</p> <p>INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS (Org.). <b>Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa</b>. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.</p> <p>LÜCK, Heloísa. <b>Gestão educacional: uma questão paradigmática</b>. Volume 1. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. (Série cadernos de gestão).</p> <p>_____. <b>Concepções e processos democráticos de gestão educacional</b>. Volume II. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. (Série cadernos de gestão).</p> <p>MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende; AGUIAR, Rui Rodrigues. <b>Progestão</b>: como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola? Módulo VII. Brasília: Consed, 2001.</p>	

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRASIL. Lei no 4.717, de 29 de junho de 1965. Presidência da República, Casa Civil, subchefia para Assuntos Jurídicos.

\_\_\_\_\_. Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993. Presidência da República, Casa Civil, subchefia para Assuntos Jurídicos.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. In: SOUZA, José Vieira de. **Profucionário – Teorias administrativas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

CENTRO de Educação e Documentação para Ação Comunitária. *Livro do diretor: espaços e pessoas*. São Paulo: Cedac/MEC, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**DISCIPLINA: ESTATISTICA APLICADA À EDUCAÇÃO**

**Código:** EAE

**Carga Horária:** 100

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 3º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

**EMENTA**

Conceitos matemáticos: razões e proporções; grandezas e medidas; regra de três simples; porcentagem; coeficientes, taxas e índices; sistema de coordenadas cartesianas; arredondamento. Variáveis, tabelas e gráficos: população e amostra; estatística descritiva e estatística indutiva ou inferencial; variáveis; tabelas; gráficos: diagramas, cartogramas e pictogramas. Distribuição de frequência: dados brutos e rol; distribuição de frequência: gráficos de uma distribuição; curvas de frequência. Medidas de resumo: medidas de tendência central (média, média aritmética ponderada, mediana e moda); medidas de dispersão (dispersão e variação, desvio padrão e coeficiente de variação); medidas de posição (quartis, decis e percentis).

**OBJETIVO**

- Refletir a partir da Estatística Básica sobre as ferramentas consolidadas pelo uso e pela ciência, disponíveis a todos, que auxiliam na tomada de decisão.

**PROGRAMA**

1. Introdução ao estudo da estatística; 2. Conceitos Matemáticos; Variáveis, tabelas e gráficos; 4. Distribuição e frequência; 5. Medidas de resumo.

**METODOLOGIA DE ENSINO**

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

**AValiação**

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos

individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CASTRO, Lauro Sodré Viveiros de. <b>Exercícios de Estatística</b> . 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1964. CLEMENTE, Rosana Giovanni Pires. <b>Apostila de Estatística</b> . Taubaté. Universidade de Taubaté, 2003. COSTA, Sérgio Francisco. <b>Estatística aplicada à pesquisa em educação</b> . Brasília: Plano Editora, 2004. CRESPO, Antônio Arnot. <b>Estatística fácil</b> . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. JAKUBOVIC, José; LELLIS, Marcelo. <b>Matemática na medida certa</b> . 6a série. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
PEREIRA, Paulo Henrique. <b>Noções de estatística</b> : com exercícios para administração e ciências humanas (dirigidos a pedagogia e turismo). Campinas: Papirus, 2004. SPIEGEL, Murray Ralph. <b>Estatística</b> : resumo da teoria, 875 problemas resolvidos, 619 problemas propostos. Tradução de Pedro Cosentino. ed. rev. por Carlos José Pereira de Lucena. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.	
<b>Coordenador do Curso</b> <hr/>	<b>Setor Pedagógico</b> <hr/>

#### 4.4. Prática Profissional Supervisionada (PPS)

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais, a Prática Profissional Supervisionada (PPS) é compreendida como um componente curricular e se constitui em uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios. É estabelecida, portanto, como condição indispensável para obtenção do Diploma de Técnico de Nível Médio.

A prática profissional terá carga horária mínima de 300 horas, deverá ser devidamente planejada, acompanhada e registrada, a fim de que se configure em aprendizagem significativa, experiência profissional e preparação para os desafios do exercício profissional, ou seja, uma metodologia de ensino que atinja os objetivos propostos. Para tanto, deve ser supervisionada como atividade própria da formação profissional e relatada pelo estudante. Os relatórios finais deverão ser produzidos seguindo as regras básicas da Língua Portuguesa e as orientações do tutor, podendo ser escrito em forma de relatório técnico ou portfólio. Em relação à distribuição da carga horária, a prática profissional supervisionada do Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar será realizada na escola de lotação do cursista. Fundamentalmente, o estudo dos módulos remete à Prática Profissional Supervisionada e aos saberes elementares a ela, proporcionando atividades de reflexão, investigação e práticas, havendo necessariamente a correlação contínua, mesmo que nem todas as atividades sugeridas nos módulos sejam abrangidas pelo plano a ser elaborado para a PPS. O começo das atividades ocorre concomitante ao desenvolvimento dos estudos do primeiro módulo, sendo que o cursista deve elaborar os planos de trabalho (plano de ação educativa), baseando-se na integração teoria-prática e na perspectiva interdisciplinar.

O estudante-funcionário deverá colocar em prática o seu plano de trabalho por meio da vivência da ação educativa, que deverá resultar em relatórios parciais (memoriais), sob o acompanhamento e supervisão de um tutor, como forma de registrar as intervenções realizadas em sua própria prática, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso e em articulação com as suas experiências profissionais.

#### 4.5. Critérios de aproveitamento de conhecimentos

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Profissional, o aluno poderá solicitar aproveitamento de conhecimentos desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional. (ver CEB 04/12/99). No IFCE, o curso de Técnico em Secretaria Escolar na modalidade a distância ainda



assegura ao aluno o direito de aproveitamento de disciplinas desde que haja compatibilidade de conteúdo e carga horária de, no mínimo, 75% do total estipulado para a disciplina considerando os demais critérios de aproveitamento determinados no Regulamento da Organização Didática.-ROD.

#### **4.6. Critérios de avaliação da aprendizagem**

A avaliação da aprendizagem tem se constituído historicamente, como o momento do julgamento por parte do professor, daqueles conteúdos que o estudante demonstra poder reproduzir. Tal perspectiva ainda atrela o processo de aprendizagem aos princípios pedagógicos mais arcaicos, em que aprender nada mais é que sinônimo de imitar. As consequências dessa prática são visíveis em nosso cotidiano escolar, impregnando-se na cultura da “aprovação e da reprovação”, valorizando antes o diploma que o conhecimento, e por fim, frustrando o processo educativo como dimensão vital e criativa do ser humano.

Necessariamente, para se obter resultados diversos, que consignem a educação como dimensão necessária no processo de amadurecimento e desenvolvimento humano, é importante repensar o modelo tradicional da avaliação. Neste sentido, avaliar deve ser um ato de reflexão e de crítica, cujo objetivo deva ser o de situar o indivíduo no interior de um processo mais amplo, de domínio de competências e habilidades que se desenvolvem costumeiramente no seu ambiente escolar. Não deve ser usada para julgamento, mas para reformular e apontar novos caminhos, soluções e estratégias didáticas que respeitem e potencializem o ritmo criativo de cada educando.

É assim que, ao invés de fazer da avaliação um momento específico de julgamento, deve-se construí-la como processo, incluindo todos os momentos relativos à prática e à reflexão situadas no ambiente escolar. Neste sentido, a avaliação processual deve ser instrumento de construção, desconstrução e reconstrução das identidades escolares e profissionais, na medida em que deva ser encarada como instrumento de crítica e de reflexão. Não se pode assim, deslocar a avaliação da relação mais vital que estabelece com o próprio cotidiano dos sujeitos envolvidos dentro do processo de aprendizagem.

O Profucionário foi concebido de tal forma que o percurso pedagógico do estudante, a partir de sua experiência na escola e no sistema educacional, leve-o, gradativamente, a se familiarizar com outros conhecimentos, habilidades e valores que passam a constituir sua nova identidade profissional. No Profucionário, prioriza-se, então, a avaliação participativa e dialógica, realizada ao longo de cada um das disciplinas, nos encontros presenciais e na PPS, que são momentos constitutivos de um mesmo processo.

O processo de avaliação é momento do processo de formação (ele deve contribuir para a aprendizagem, mas não julgá-la) e tem objetivo emancipatório: que os sujeitos envolvidos se tornem capazes de se autoavaliar (avaliar-se com autonomia) em relação ao processo de que participam como protagonistas.

Os instrumentos de avaliação de aprendizagem do programa e, conseqüentemente, deste curso são:

- a) Memorial;
- b) Relatório de Atividades da Prática Profissional Supervisionada;
- c) Formulário de registro e acompanhamento da carga horária das atividades.

A função, especificidade e autoria de cada instrumento são relativas a:

- a) Memorial: de redação do aluno, com comentários do tutor. No memorial, faz-se o registro das atividades e vivências dos estudantes, suas dúvidas, observações e experimentações relacionadas à disciplina. O que se relacionar às situações de estudo, de manipulação de

ferramentas, de vivência prática ou teórica, deve ser relatado no memorial. Assim, ele é base para a construção da auto-avaliação da aprendizagem.

- b) Relatório: de autoria do tutor, não tem como finalidade julgar o aluno, mas situá-lo no quadro das expectativas do processo de aprendizagem daquela disciplina em particular. Fruto da observação do tutor, não deve ser, contudo, observação de valores, mas sim, observação dialógica e participativa.
- c) Formulário: preenchido pelo tutor, acompanha o cotidiano escolar com o registro das diversas atividades e as cargas horárias envolvidas em cada processo.

É preciso deixar claro, ainda, que Memorial, Relatório Final e Formulário são documentos diferentes com objetivos diferentes. O Memorial documenta toda a trajetória do estudante a partir de suas reflexões (destina-se a ele mesmo), incluídas as reflexões sobre as atividades da Prática Profissional Supervisionada. O Relatório Final, de autoria do estudante, por sua vez, documenta descritivamente a realização das atividades da PPS e os resultados alcançados (aquisição e construção de competências previstas) em processo e propostas. Este documento pode ser construído passo a passo, conforme a realização das atividades de PPS. O Formulário, por fim, serve para o registro dos locais onde foram realizadas as atividades, do número de horas previstas para as atividades, do tipo de atividade teórico-prática realizada e outros registros a serem definidos pelo IF ou pelas equipes estaduais.

#### 4.7. Diploma

Após a integralização dos componentes curriculares do Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar, na forma subsequente, na modalidade a distância, dos módulos referentes à Formação Pedagógica e Técnica Geral e Específica, e da realização da correspondente Prática Profissional Supervisionada, será conferido o Diploma de **Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar** ao cursista portador de diploma do ensino médio, conforme exigência legal brasileira.

### 5. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

O pessoal docente e técnico necessário ao funcionamento do curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar, são apresentados tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso, correspondente. E são apresentados a seguir.

#### 5.1. Pessoal Docente

Descrição	
<b>Tutoria presencial</b>	<b>Qtde./40 alunos</b>
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e módulos	01
<b>Tutoria a distância</b>	<b>Qtde./40 alunos/por disciplina</b>
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e módulos	01

<b>Formadoras</b>	<b>Qtde./40 alunos/por disciplina</b>
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e módulos	01

## 5.2. Pessoal Técnico-Administrativo

<b>Descrição</b>	<b>Qtde.</b>
<b>Equipe Técnica</b>	
Coordenação Geral para a organização e funcionamento do Curso em concordância com as orientações da Setec /PROGRAMA PROFUNIONARIO	01
Coordenador Adjunto para assessorar a Coordenação Geral	01
Coordenador de Curso	01
Coordenador de Tutoria para cada curso	01
<b>Descrição</b>	<b>Qtde./Polo</b>
Coordenador de Polo (polos no E-tec)	01
<b>Total de técnicos-administrativos necessários</b>	<b>05</b>

## 6. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

### 6.1. Estrutura Física dos Polos

A estrutura física dos pólos é constituída, no mínimo, pelos itens abaixo especificados:

- 1 sala de recepção e secretaria acadêmica
- 1 sala de tutoria ou estudos
- 1 sala de aula convencional equipada com projetor LCD e PC ou notebook equipado com kit multimídia.

1 biblioteca contendo os títulos indicados para o curso e títulos complementares

- 1 laboratório de informática com 25 computadores (especificação no Anexo I) com conexão à Internet (2MB/s, conforme edital) e equipados com kit multimídia.

Com esta infraestrutura pode-se promover outros tipos de cursos em diferentes áreas e níveis, atendendo-se às demandas da região e às políticas nacionais de democratização da educação e inclusão digital, fortalecendo as parcerias entre Município, Estado e União, com responsabilidade social e visando o desenvolvimento sustentável das regiões.

#### 6.2.1 Infraestrutura de laboratórios e ambientes de aprendizagem:

#### 6.2.2 Videoconferência no *campus* Quixadá (em fase de instalação)

O IFCE conta com uma sala de 80 m<sup>2</sup>, climatizada e equipada com sistema de videoconferência.

Os equipamentos da sala de videoconferência são:

- Codec: View Station VSX 7000
- 1 Codec View Station VSX Móvel (para ser levada para os polos)
- 2 Microfone Pod
- 1 Monitor de LCD - 40"
- 2 Projetor Multimídia (um deles Móvel para ser levado para os polos)
- 2 Central de Ar-Condicionado – 30.000 BTUs

São utilizados os protocolos de rede H. 323 (LAN/via IP – ponto a ponto).

### 6.2.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

Os processos de ensino aprendizagem adquirem uma nova dinâmica com a possibilidade de uso da Internet, como ferramenta de apoio, quer seja no modelo presencial ou à distância. No modelo de educação a distância o uso da Internet permite ampliar os recursos de interação e compartilhamento de informações.

Os ambientes virtuais de aprendizagem – AVA são construídos para permitir que professores e alunos do ensino a distância tenham à sua disposição uma variada quantidade de ferramentas de interação e comunicação.

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado no e-Tec é um aplicativo que disponibiliza recursos e ferramentas especialmente projetados para desenvolver o processo educativo a distância, e por ser um ambiente totalmente digital permite a manipulação de informações hipermídia e a interação síncrona e assíncrona entre os participantes. Isso favorece as características de aprendizagem de cada aluno.

Para o desenvolvimento do curso, o IFCE optou pelo ambiente virtual de aprendizagem denominado Moodle, pois, várias experiências práticas anteriores demonstraram sua adequabilidade às necessidades didáticas, de comunicação e gestão do curso, bem como ao perfil de um público-alvo com diferentes níveis de experiência no uso da Internet. Justifica-se também seu uso por conter todas as ferramentas de base necessárias à realização do curso de Redes de Computadores (agenda, fórum, bate-papo, repositório de material, portfólio, entre outros recursos).

O Moodle é um software livre amplamente utilizado em diversas instituições de ensino pública e privada. Esse ambiente é um importante recurso de aprendizagem, pois ele proporciona aos alunos apoio para a construção de seu conhecimento. Além disso, ele permite a comunicação entre tutores e alunos, bem como entre alunos, tornando o aprendizado um processo coletivo e de qualidade.

### 6.2.3 Laboratório de Informática nos polos

O laboratório de Informática comporta 40 alunos, contendo 20 postos de trabalho, cada um para dois alunos, além do posto do tutor presencial.

Especificação	Quantidade
Computador Core Duo E4300 1.80Ghz FSB 800Mhz, Monitor LCD 17", Teclado, Mouse, Estabilizador	20
Rack 8Us	04
Path panel	08
Switch	05
Alicates	06
Decapadores	06

Push down	06
Testadores de cabo	10
Switch gerenciáveis	04
Access point	04
Roteadores	02

Cada posto contém um equipamento com a seguinte configuração mínima:

Item	Especificação
Processador	Core 2 Duo E4300 1.80Ghz FSB 800Mhz
Memória	1 GB DDR2 667
Disco Rígido	160 GB SATA 2
Drives	DVD-RW
Vídeo	1 interface para vídeo VGA integrado padrão DB-15 pinos
Som	1 Interface de Áudio: Line Out/Line In/ Microfone
Leitor de Cartão	Sim
Rede	(10/100/1000 Mbit)
Teclado	Enhanced Brasil ABNT Variante II, 107 teclas (padrão brasileiro, todos os caracteres da língua portuguesa)
Mouse	PadrãoPS/2
Monitor	LCD 17"
Conexões	1 interface PS/2 para mouse, 1 interface PS/2 para teclado, 1 Interface para rede integrada RJ-45, 1 Interface de Áudio: Line Out/Line In/Microfone, 1 paralela padrão CENTRONICS - EPP/ECP, 1 porta serial COM 1 integrada e 1 porta serial COM 2 através de cabo (opcional), 1 interface para vídeo VGA integrado padrão DB-15 pinos, 4 interfaces USB (Universal Serial Bus) 2.0/1.1
Estabilizador	300W REAIS 110/220V ±10% - 50/60Hz

#### 6.2.4 Laboratórios de informática do IFCE *campus* Quixadá

**Equipamentos:**

Especificação	Quantidade
Computador Core Duo E4300 1.80Ghz FSB 800Mhz	20
Monitor LCD 17"	20
Teclado	20
Mouse	20
Switch	20
Estabilizador	10
Ar condicionado Spliter	01

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

### Leis e Decretos

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº. 9394/96. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL/MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico**. MEC/SEMTEC. Brasília, 2000.

BRASIL. **Decreto 2.208/1997**. MEC/SETEC. Disponível em <<http://mec.gov.br>> acesso em janeiro de 2010.

BRASIL. **Decreto 5.154/2004**. Disponível em <<http://mec.gov.br>> acesso em janeiro de 2010.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos** – SETEC/MEC. Disponível em <<http://catalogonct.mec.gov.br/>> acesso em janeiro 2010.

BRASIL. **CURRÍCULO REFERÊNCIA PARA O SISTEMA e-Tec BRASIL - UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA**. Disponível em <<http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/cr/pretextos/3.html>> acesso em outubro de 2011.

MEC/ IFCE. **Regulamento da Organização Didática**. Fortaleza: IFCE, 2010

### Portarias e Pareceres:

- a) o Parecer CEB/CNE n. 15/98 e da Resolução CEB/CNE n. 03/98 sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio;
- b) o Parecer CEB/CNE n. 01/99 e da Resolução CEB/CNE n. 02/99 sobre as Diretrizes Curriculares para o Curso Normal de Nível Médio;
- c) o Parecer CEB/CNE n. 11/00 e da Resolução CEB/CNE n. 01/00 sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos;
- d) o Parecer CEB/CNE n. 36/04 que propõe reformulação da Resolução CEB/CNE n. 01/00 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- e) o Parecer CEB/CNE 16/99 e da Resolução CEB/CNE n. 04/99 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação profissional de Nível Técnico;
- f) o Parecer CEB/CNE n. 41/02 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a etapa da educação básica no Ensino Médio;
- g) o Parecer CEB/CNE n. 35/03 e da Resolução CEB/CNE n. 01/04 sobre a organização e realização de estágio de alunos do ensino médio e da educação profissional;
- h) o Parecer CEB/CNE n. 16/05 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de serviços de Apoio Escolar;

- i) a Resolução CEB/CEE n. 02/02 que trata das Diretrizes para a Educação Profissional de Nível Técnico no âmbito do Estado do RN;
- j) a Resolução CNE/CEB n. 03/2008 que dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de nível médio;
- k) o Decreto n. 7.415 de 30 de dezembro de 2010 que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO); e
- l) a Portaria n. 1.547, de 24 de outubro de 2011 que altera dispositivos da Portaria n. 25, de 31 de maio de 2007.

O Curso técnico em Infraestrutura Escolar, na modalidade a distância, faz parte do *Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação*, o PROFUNCIÓNÁRIO, uma iniciativa do governo federal. Tal programa surge como instrumento de qualificação, profissionalização e valorização dos servidores públicos, criado pelo Parecer CNE / CEB nº 16/2005.

Seus marcos legais estruturam-se na Constituição Federal (finalidades e princípios da educação); nos artigos 1º (natureza do processo educativo), 3º (princípios da educação) e 61 (dos profissionais em educação); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº9394/96); no Plano Nacional de Educação – PNE , fixado pela lei nº 10.172/2001; no Decreto 6.094/2007 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso *Todos pela Educação*; além dos pareceres CNE / CEB nos. 15/1998, 03/1998, 1/2005, 4/2006 relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; ao parecer CNE / CEB nº 41/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicadas à Educação à Distância de Jovens e Adultos; além de outros pareceres CNE / CEB relativas à educação profissional.

A análise pedagógica do Curso técnico em Infraestrutura Escolar a distância, indica que o projeto atende:

- ao que estabelece o Catálogo Nacional para os Cursos Técnicos no que tange à nomenclatura do curso analisado, eixo tecnológico e carga horária mínima obrigatória a ele pertinente;
- às Diretrizes Curriculares para os Cursos Técnicos quanto à estrutura do projeto (itens e subitens por elas indicados), organização didático-pedagógica e curricular e normas internas da Instituição;
- ao perfil de conclusão, às competências e às habilidades profissionais enunciadas no projeto, visto estarem em consonância com o exposto no Catálogo Nacional para os Cursos Técnicos do Eixo Tecnológico Apoio Educacional, com o Decreto 7.415/2010 e com as orientações emanadas do MEC;
- ao que se estabelece como objetivos para o curso, em relação à matriz curricular por sua coerência e adequação ao perfil de formação;
- ao que se pede quanto à existência e ou previsão de aquisição de materiais, ferramentas, equipamentos, acervo bibliográfico e laboratórios destinados ao desenvolvimento das atividades do curso, nessa modalidade de ensino.

Diante do exposto, recomenda-se a aprovação do curso.

Este é o parecer.

Fortaleza, 10 de agosto de 2012

Equipe pedagógica da PROEN





## Projeto Pedagógico

*Curso Técnico em Infraestrutura  
Escolar na Modalidade à  
Distância*

*Eixo Tecnológico: APOIO EDUCACIONAL*

**PROGRAMA PROFUNSIONÁRIO**

**Julho, 2012**



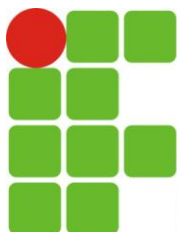
**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Dilma Vana Rousseff

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**  
Aloizio Mercadante

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**  
Nelson Maculan Filho

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
Eliezer Moreira Pacheco

**COORDENADOR NACIONAL DO E-TEC**  
Marcelo Camilo Pedra



**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
CEARÁ**

**REITOR**

Cláudio Ricardo Gomes de Lima

**PRO-REITOR DE ENSINO**

Gilmar Lopes Ribeiro

**PRO-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

Glória Maria Marinho Silva

**PRO-REITOR DE EXTENSÃO**

Francisco Gutenberg Albuquerque Filho

**PRO-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Francisco Tasso Lofti

**DIRETOR DO CAMPUS QUIXADÁ**

Aristides de Souza Neto

**DIRETORA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Cassandra Ribeiro Joye

**DEPARTAMENTO DE ENSINO**

Eduardo Lúcio Guilherme do Amaral

**COORDENADOR DO PROGRAMA ESCOLA TÉCNICA ABERTA DO BRASIL – IFCE**

Márcio Daniel Santos Damasceno

**COORDENADORA ADJUNTA DO PROGRAMA ESCOLA TÉCNICA ABERTA DO BRASIL  
IFCE**

Ana Cláudia Uchôa Araújo

**COORDENADOR INSTITUCIONAL DO PROFUNCIÓNÁRIO**

Lucas da Silva

**COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR**

Alexandre Queiroz Pereira

## SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	04
2.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	06
3.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	07
	3.1. Justificativa	07
	3.2. Objetivos	11
	3.3. Requisitos de Acesso	12
	3.4. Áreas de Atuação	13
	3.5. Perfil profissional do egresso	13
	3.6. Metodologia de Ensino	15
4.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	18
	4.1. Fundamentos Pedagógicos	18
	4.2. Matriz Curricular	21
	4.3. Programas de Unidade Didática	24
	4.4. Prática Profissional Supervisionada (PPS)	51
	4.5. Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos	52
	4.6. Critérios de Avaliação da Aprendizagem	52
	4.7. Diploma	54
5.	PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	55
	5.1. Pessoal Docente	55
	5.2. Pessoal Técnico-Administrativo	55
6.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	56
	6.1. Estrutura Física dos Pólos	56
	6.2. Infraestrutura de laboratórios e ambientes de aprendizagem	56
	6.2.1. Videoconferência no <i>Campus</i> de Quixadá	56
	6.2.2. Ambiente Virtual de Aprendizagem	57
	6.2.3. Laboratório de Informática nos Polos	58
	6.2.4. Laboratório de Informática do <i>Campus</i> de Quixadá	59
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BASES LEGAIS	60

## 1. APRESENTAÇÃO

Este documento é fruto do esforço articulado das mais diversas instâncias do serviço público, federal e estaduais e do movimento nacional dos trabalhadores em educação, com o fito de promover a qualificação e formação profissional e técnica de nível médio dos servidores públicos dos sistemas de ensino básico, oferecidos pelos estados e pelos municípios. Neste sentido, faz parte do *Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação*, o PROFUNCIONÁRIO. Tal programa surge como instrumento de qualificação, profissionalização e valorização dos servidores públicos, criado pelo Parecer CNE/CEB nº 16/2005. Assim, o PROFUNCIONÁRIO se consolida a partir de uma proposta pedagógica pensada para superar as barreiras entre qualificação técnica e sua dimensão humanística, entre a formação cidadã e as competências instrumentais voltadas para o mundo do trabalho. Sua essência baseia-se no comprometimento com a ética, sob a perspectiva do aprimoramento do serviço público, na construção da educação de qualidade para todos e na superação das desigualdades sociais.

Visando democratizar o acesso à educação de qualidade, tal programa se estrutura na modalidade à distância, compreendida como uma ferramenta tecnológica imprescindível na superação dos desafios demandados pela nova *Sociedade do Conhecimento*. Esta modalidade tem como razão de ser, não somente a prática da educação continuada, compreendida como instrumento de desenvolvimento do potencial humano, como também articulada à formação humana geral, que não seja necessariamente orientada para o mercado, mas que não prescindia da orientação para o mundo do trabalho, dimensão necessária para conquista, afirmação e expressão da dignidade humana em toda a sua essência. Seus marcos legais estruturam-se nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal (finalidades e princípios da educação); nos artigos 1º (natureza do processo educativo), 3º (princípios da educação) e 61 (dos profissionais em educação) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº9394/96); no Plano Nacional de Educação – PNE , fixado pela lei nº 10.172/2001; no Decreto 6.094/2007 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso *Todos pela Educação*; além dos pareceres CNE / CEB nos. 15/1998, 03/1998, 1/2005, 4/2006 relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; ao parecer CNE / CEB nº 41/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicadas à Educação à Distância de Jovens e Adultos; além de outros pareceres CNE / CEB relativas à educação profissional.

Esse roteiro tem continuidade com a Portaria Normativa MEC nº 25/2007, que instituiu o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – PROFUNCIONÁRIO, objetivando, através do ensino a distância, oferecer uma formação técnica em nível médio aos funcionários das redes públicas de educação básica dos sistemas de ensino, nas habilitações de Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Meio ambiente e Manutenção da Infraestrutura. Sendo que o Decreto nº 7.415 30 de dezembro de 2010 institui a Política nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, e no seu artigo 6º redimensiona o rol de cursos, ficando estabelecido o seguinte elenco de cursos técnicos: i. Secretaria Escolar; ii. Alimentação Escolar; iii. Infraestrutura Escolar; iv. Multimeios Didáticos; v. Biblioteconomia; e vi. Orientação Comunitária.

Neste íterim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, realizou em 2008 e 2009 a formação de tutores para atuar no PROFUNCIONÁRIO, inicialmente, coordenado e executado pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará. Com a Resolução nº 05 de março de 2012 ficou estabelecido o apoio financeiro aos Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para a formação dos profissionais da educação das redes públicas da educação básica. A partir de então, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, através da Rede E-Tec, torna-se instituição responsável pela consecução dos objetivos do Programa no Ceará, estabelecendo, em parceria com as secretarias municipais de educação e a Secretaria Estadual de Educação, os cursos prioritários, a saber: Secretaria Escolar, Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar.

Em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e com as diretrizes do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes do Curso Técnico em Infraestrutura Escolar. Em todos os elementos, estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica.

## 2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

<b>Denominação:</b>	Curso Técnico em Infraestrutura Escolar
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Apoio Educacional
<b>Titulação Conferida:</b>	Técnico em Infraestrutura Escolar
<b>Nível:</b>	Médio
<b>Forma de Ingresso:</b>	Exame de Seleção
<b>Requisito de Acesso:</b>	Conclusão do Ensino Médio e estar de acordo com os requisitos da resolução MEC 7415/10 de 30 de dezembro de 2010 e com a Portaria n. 1.547/2011.
<b>Modalidade:</b>	A distância
<b>Número de Vagas Anuais:</b>	40 (Quarenta)
<b>Turno de Funcionamento ( presencial):</b>	Matutino e vespertino
<b>Início do Curso:</b>	2012.2
<b>Carga Horária das Disciplinas:</b>	1380 (hum mil, trezentos e oitenta)
<b>Prática Profissional Supervisionada (PPS):</b>	300 (trezentas)
<b>Carga Horária Total (Incluindo Estágio)</b>	1680 (hum mil, seiscentos e oitenta)
<b>Sistema de Carga Horária</b>	Crédito. (1 Crédito = 20 horas)

## 3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

### 3.1 Justificativa

O Programa Nacional de Valorização dos Profissionais da Educação nasce de uma conjuntura que aponta para a superação da dívida histórica que o Brasil tem para com o seu povo e que nos mantém como uma das nações mais desiguais do mundo, malgrado o desenvolvimento econômico experimentado no último século. Construir uma sociedade mais justa e que distribua de maneira mais equânime os frutos do trabalho de seu povo significa criar oportunidades iguais para todos e oferecer as condições básicas para que, através da organização, mobilização e participação, a sociedade logre transformar o panorama que ainda hoje se nos impõe.

A educação, como comprovam unanimemente todas as estatísticas e pesquisas, é uma ferramenta de transformação. Transformação não só individual, no sentido da conquista da dignidade pessoal, como também transformação social, no sentido da construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Neste esforço, o país já alcançou o feito, considerado distante há poucas décadas, de universalizar o acesso à educação básica, com praticamente todas as crianças em idade escolar. Só que, necessariamente, urge agora, transformar a escola. É necessário que ela passe a se integrar no cotidiano, oferecendo um ensino de qualidade e representando as justas aspirações do povo brasileiro.

No caso específico da educação profissional e tecnológica, pretende-se avançar para além dos estreitos horizontes da ideia de qualificação profissional. A formação profissional deve vincular-se à vida na sua integralidade, e não somente, ao adestramento puro e simples do homem como apêndice de um mercado orientado apenas para a realização do lucro. O novo homem que inspira a nossa vocação pedagógica é um ser para o qual a educação é um processo contínuo, orquestrado num processo de contínua reinvenção de si mesmo que aponta no caminho da autonomia. Desta feita, considera-se a vocação do homem para aprender e, aprendendo, reinventar-

se, de maneira que possa, livre para o desenvolvimento de suas potencialidades, orientar-se num mundo em perene transformação.

O programa a qual este projeto se refere, é apenas uma das ações voltadas para a consecução deste objetivo maior: o da educação como instrumento de autonomia do cidadão. Entretanto, dada as suas características específicas, faz-se necessária a sua compreensão sob um contexto dado: o da recuperação, valorização e construção da identidade dos trabalhadores em educação. Em primeiro lugar, não se concebe que uma escola que aspire ao cumprimento do seu papel universalizante, prescindia de profissionais capazes de geri-la com respeito à ética, compromisso, capacidade técnica e espírito público. Em segundo lugar, levar a escola ao centro do processo de transformação da sociedade brasileira significa valorizar todos aqueles que contribuem na sua construção. E, finalmente, em terceiro lugar, capacitar, formar e habilitar os trabalhadores em educação para a consecução dos objetivos escolares, significa dotar-lhes do espírito que orienta o próprio processo escolar, ou seja, o da contínua reinvenção de si mesmos e do mundo.

Em virtude disso, o Ministério da Educação, juntamente com a CONSED, a UNDIME e a CNTE vêm acolhendo a política de valorização dos trabalhadores, como uma das principais vias promotoras da qualidade social da educação básica escolar em educação, no intuito de garantir a efetivação do preceito da Constituição Federal de que o ensino seja ministrado com base em princípios como o da *“valorização dos profissionais da educação escolar...”* (CF 88, Art. 206 – V), assim como o da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no tocante à determinação do princípio da *“valorização do profissional da educação escolar”* (Lei nº 9.394/1996 Art. 3º - VII) e, ainda, o do Decreto 6.094/2007, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, quando este fixa como uma das diretrizes desse Plano *“a instituição de programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação”* (Art.2º - XII).

Outro importante instrumento para a política de valorização desses profissionais é o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001. No conjunto de suas metas, ele fixa que, nos sistemas de ensino, há a necessidade de identificação e mapeamento de *“as necessidades de formação inicial e continuada do pessoal técnico administrativo, elaborando e dando início à implementação, (...) de programas de formação e criar, no prazo de dois anos, cursos profissionalizantes de nível médio destinados à formação de pessoal de apoio para as áreas de administração, multimeios e manutenção de infra-estruturas escolares, inclusive para alimentação escolar e, a médio prazo para outras áreas que a realidade demonstrar ser necessário”*.

Na concretização dessa intenção, tem sido gestada uma série de ações, tais como, a implantação da Rede Nacional de Formação Continuada, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a elaboração e implementação do Pró-Infantil, entre tantas outras.

Nesse sentido, a instituição da política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, que visa a atender mais de um milhão de funcionários caracterizados como *“não-docentes”*, distribuídos nas duzentas mil escolas públicas do país, encarregados do desempenho de tarefas consideradas *“inferiores”* e por isso, vistas com certo preconceito, é uma ação positiva e estratégica, no sentido de contribuir para a formação e afirmação da sua identidade profissional, respaldada pela formação integral desses trabalhadores em educação, que também podem ser vistos como educadores.

A criação do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação surge como uma ferramenta de formação específica, requerida por uma área que veio a ser criada pelo Conselho Nacional de Educação (a esse respeito ver o Parecer CNE/CEB nº 16/2005, que trata da criação da área de Serviços de Apoio Escolar, bem como a Resolução CNE/CEB nº. 05/2005, que propõem, respectivamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar e inclui nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº. 04/99, a 21ª Área de Serviços de Apoio Escolar).

Ressaltado o papel fundamental de democratização da Educação profissional e, neste contexto, tendo a modalidade à distância como meio de aprendizagem comprovadamente eficaz, faz necessário, ainda, justificar a relevância específica do profissional Técnico em Infraestrutura Escolar para a rede de ensino Público do Estado do Ceará.

Primeiramente, vale destacar que o ambiente escolar pode ser caracterizado sobre dois enfoques: a) os espaços e toda a infraestrutura física que ele agrega (salas de aula, prédios, áreas de lazer, dentre outros); e b) o conjunto de relações pessoais entre alunos, professores, servidores e demais membros da comunidade. Sendo assim, percebe-se que a conservação, o cuidado, e a adequação do ambiente escolar são ações/diretrizes contribuintes para alcançar o sucesso no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, fica claro que os servidores responsáveis por estas funções práticas/específicas carecem de formação técnica adequada e capaz de aliar o saber empírico adquirido (saber-fazer cotidiano) ao saber científico propostos pelos conteúdos programáticos.

Com a formação técnica em Infraestrutura Escolar, os servidores efetivos da rede de ensino público do Ceará serão aproximados a habilidades, a competências e a valores, destacando-se, ainda mais, seu papel ativo na organização do ambiente escolar segundo prerrogativas sociais, humanísticas e pedagógicas. Contudo, é no aperfeiçoamento do conhecimento técnico o principal pilar desta formação. Isso se consolida à medida que o Técnico em Infraestrutura Escolar é co-responsável pela conservação do meio ambiente escolar, pelo gerenciamento dos processos de limpeza e higienização, pelas proposição de ações para a adequação das estruturas arquitetônicas ao confortos dos alunos, pela manutenção do patrimônio físico-material da escola, entendendo ela mesma, como um grande patrimônio para a comunidade/bairro/localidade na qual esta inserida.

Sendo conhecedor do seu ambiente de atuação, em termos econômico e financeiros, a presença de um profissional técnico com as características mencionadas, propicia redução significativa de recursos monetários na manutenção e ampliação do parque escolar. De fato, sobre todos os primas possíveis, a formação dos servidores efetivos na rede pública de ensino no curso técnico, de modo geral, e especificamente, em Infraestrutura Escolar, vai além de uma imposição legal, mas torna-se uma oportunidade para a elevação dos índices de aprendizagem nas escolas públicas cearenses.

### **3.2 Objetivos**

Gerais:

- Promover a formação profissional técnica de nível médio, a distância, para profissionais da educação que atuam em áreas de apoio às atividades pedagógicas e administrativas nas escolas públicas de educação básica, com o entendimento de educação e de escola como espaços coletivos de formação humana, de diversidade étnica cultural, bem como do desenvolvimento de competências para atuar numa habilitação específica, sem perder a noção da totalidade da função social da educação; e
- Profissionalizar trabalhadores para atuarem como técnico na educação, valorizando o seu papel como trabalhador da educação por meio da qualificação e melhoria da sua prática.

Objetivos específicos:



- Formar profissionais capazes de contribuir para a manutenção adequada da Infraestrutura Escolar a partir de um entendimento das questões essenciais vinculadas ao espaço escolar e da sua utilização adequada;
- Desenvolver consciência crítica e ética dos trabalhadores em educação frente às inovações tecnológicas, apropriando-se delas e pondo-as a serviço dos objetivos escolares;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho; e
- Refletir acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber.

### **3.3 Requisitos de acesso**

O ingresso no curso Técnico em Infraestrutura Escolar, na modalidade a distância, só poderá ser realizado por trabalhadores que exercem funções administrativas nas escolas das redes públicas estaduais e municipais da educação básica. O candidato deve atender aos seguintes requisitos:

- a) ser portador do certificado de conclusão do ensino médio, ou documento equivalente, podendo ser oferecido concomitante ao ensino médio, de acordo com a Portaria n. 1.547/2011; e;
- b) estar em efetivo exercício da função nas escolas das redes estadual ou municipal.
- c) não estar matriculado em outro curso do mesmo nível.

O processo de seleção é específico e especial, de caráter classificatório, com publicação em Edital, do qual constará o curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção e demais informações úteis.

Poderá também haver seleção, através de chama pública, específica para funcionários pré-inscritos, oriundos de levantamento de demandas prioritárias junto às Secretarias Municipais de Educação e Representação de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, em cada Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação e/ou Município onde as vagas serão ofertadas, com apoio dos Sindicatos de Servidores de Educação e dos representantes locais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

No caso das vagas ofertadas, que não sejam plenamente preenchidas pelos servidores das escolas públicas, o IFCE, através da Pró-reitoria de ensino, poderá publicar edital complementar estendendo as vagas remanescentes à comunidade.

### **3.4. Área de atuação**

O Técnico em Infraestrutura Escolar, na modalidade a distância do IFCE, deverá ser um profissional com competências e habilidades técnicas nas atividades voltadas à Infraestruturação do ambiente escolar. Assim, o Técnico estará capacitado para atuar em:

- Escolas públicas e privadas;
- Centros de formação profissional;
- Centros de capacitação de pessoal;

- Órgãos de sistemas e redes de ensino.

### **3.5. Perfil profissional do egresso**

O profissional técnico de nível médio em Infraestrutura Escolar, na modalidade a distância do IFCE, deve apresentar um conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades que permitam a sua atuação na gestão do meio ambiente e da manutenção da Infraestrutura Escolar. Deverá demonstrar as seguintes competências:

#### *a) Relativas à gestão do espaço escolar:*

- Conhecer o histórico da evolução dos espaços escolares e as teorias arquitetônicas e pedagógicas de construção do espaço educativo;
- Identificar as carências e disfunções dos espaços físicos em relação aos princípios da educação brasileira e à proposta pedagógica da escola;
- Dispor-se a agir solidariamente com os educadores e educandos na gestão do meio ambiente e do espaço escolar para estruturá-los como agentes educativos;
- Ter ciência dos projetos físicos dos prédios que compõem a escola, localizando as diferentes áreas; as redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário; e as outras plantas da arquitetura escolar;

#### *b) Relativas à integração social da escola:*

- Pensar historicamente acerca da evolução do espaço geográfico do município, de suas zonas urbanas e rurais, na perspectiva da legislação ambiental e do plano diretor de ocupação territorial;
- Compreender as questões ambientais, no contexto da educação, para a cidadania e para o trabalho, bem como para desenvolvimento nacional, regional e local;

#### *c) Relativa à rotina de manutenção da infraestrutura escolar:*

- Dominar os princípios básicos e práticas mais simples da arquitetura e da engenharia civil, incluindo as técnicas de desenho, de forma a ser capaz de dialogar com os profissionais dessas áreas, na perspectiva da formulação de espaços educativos e da qualificação da aprendizagem;
- Efetuar os procedimentos de manutenção das redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário, além de ser capaz de identificar problema de funcionamento e executar reparos conjunturais, na medida dos recursos da escola;

- Gerenciar, do planejamento à execução, os serviços de higiene e limpeza da escola, solidariamente com os outros trabalhadores e com estudantes;
- Operar com destreza, os principais equipamentos elétricos e eletrônicos em uso nas escolas, inclusive os didáticos, como também executar reparos ao alcance dos recursos disponíveis;
- Conservar e manter o ótimo climático das escolas, em níveis desejáveis de ventilação e de temperatura;
- Executar a rotina de manutenção física dos prédios escolares, incluindo tarefas de impermeabilização, conservação de coberturas, pisos e pinturas, assim como técnicas simples de construção em madeira, metal e alvenaria;
- Reconhecer, distinguir e avaliar os equipamentos e materiais didáticos mais comuns nas escolas, de forma a aplicar o seu uso nas diferentes situações pedagógicas e prover sua manutenção e conservação;
- Contribuir para uma política de segurança nas escolas, no contexto de seu espaço geográfico e de seu projeto político-pedagógico, valorizando as relações de vizinhança e de serviço à comunidade;

d) *Relativa à postura e à ética profissional:*

- Utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- Aplicar normas de sustentabilidade ambiental na escola, respeitando o meio ambiente;
- Agir com ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- Demonstrar iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora;

### **3.6. Metodologia de Ensino.**

O curso técnico de Infraestrutura Escolar é produzido, gerenciado, oferecido e efetivado na modalidade de ensino à distância (EaD), na metodologia semi-presencial. Considerada, especificamente, sob o prisma da universalização da oferta, tal modalidade apresenta vantagens óbvias se comparada ao modelo tradicional de ensino presencial. Entretanto, é necessário ressaltar que tal modalidade enseja e estimula a autonomia do sujeito, fundada no sentimento de segurança em relação às próprias capacidades. Ao mesmo tempo, a experiência semi-presencial permite que o

aluno desenvolva linguagens e expressões adequadas aos mais diversos ambientes, interagindo em contextos complexos, em diferentes situações de aprendizagem.

Os princípios metodológicos que orientam este projeto estão alicerçados nos seguintes pressupostos filosóficos e pedagógicos:

- j) *Vocação do ser humano para o conhecimento e para a aprendizagem, independentemente de fatores genéticos, ambientais, sociais ou políticos.*
- k) *Respeito e compreensão aos ritmos diversos de aprendizagem de acordo com a subjetividade de cada um.*
- l) *Compreensão da educação como processo criativo;*
- m) *Unidade formal do conhecimento científico, sendo a fragmentação apenas expressão cultural e didático-pedagógico de apresentação de conteúdos. Instrumentos teóricos, tais como a interdisciplinaridade e a contextualização, são fundamentais para superação da fragmentação do conhecimento.*
- n) *Articulação entre a pesquisa científica e os seus conteúdos curriculares, como instrumento de criação do conhecimento, e não somente, repetição.*
- o) *Valorização dos conhecimentos e experiências prévias dos alunos no processo educativo.*
- p) *Compreensão da educação profissional como esfera de realização humana, na medida em que propicia o desenvolvimento de habilidades e competências próprias ao mundo do trabalho.*
- q) *Rejeição da educação instrumental e bancária.*
- r) *Articulação entre teoria e prática.*

O conjunto de todas essas ações pedagógicas proporciona ao corpo discente uma estrutura de ensino-aprendizagem que valoriza a participação efetiva do aluno no desenvolvimento das habilidades necessárias para o pleno exercício de sua profissão e de sua vida cidadã.

Durante o curso haverá momentos presenciais e a distância. Os encontros presenciais por disciplina correspondem a, no mínimo, 20% da carga horária, de forma que os alunos possam interagir com todos os Tutores a Distância das respectivas disciplinas do curso. Adicionalmente, ocorrem encontros presenciais que poderão ser adicionados para acompanhamento/revisão quando se evidenciar baixo desempenho dos alunos ou necessidade de revisão de conteúdo.

Cada disciplina prevê a utilização do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, são momentos em que os professores devem aproveitar para desenvolver atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da utilização de aulas práticas, seminários, visitas técnicas e estudos de caso.

No ambiente virtual são previstas a utilização de ferramentas de desenvolvimento de estudos que coloquem o aluno em contato com atividades diferenciadas, provendo assim um leque de opções para o auxílio à melhoria do auto desenvolvimento dos conhecimentos estudados pelos alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

A interação a distância acontece com a mediação dos meios de comunicação síncronos e assíncronos, predominantemente por meio do Ambiente Virtual (chats, fóruns de discussão, tarefas, atividades, entre outros) e de forma complementar por outros meios como telefone, fax, e-mail, listas, videoconferência e ainda pelos materiais didáticos impressos e em meio digital.

Durante as interações presenciais e/ou a distância, o papel do tutor é fundamental, pois a tutoria é elemento essencial no processo de aprendizagem a distância e agente direto de interação entre professor e conteúdo.

As principais funções da tutoria objetivam apoiar a aprendizagem à distância, visando à formação do saber, do saber-fazer e do saber-ser. Dentre outras funções, destacamos:

- Orientar e estimular os alunos no processo de ensino/aprendizagem;
- Manter contato constante com os alunos enviando notícias do curso, lembretes, motivando a uma participação mais ativa;
- Sugerir materiais e leituras complementares;
- Promover a adesão de alunos periféricos por meio de estratégias personalizadas;
- Atender dúvidas metodológicas e de conteúdo em conjunto com o professor responsável por sua produção;
- Avaliar as atividades realizadas a distância.

Outro aspecto a ser enfatizado é que as potencialidades pedagógicas das diversas mídias devem ser maximizadas, visando o atendimento às diversas necessidades e múltiplos perfis, que são característicos do aluno que estuda a distância, possibilitando a ele um retorno efetivo às dúvidas e anseios, bem como propiciando o diálogo necessário no processo de análise e produção do conhecimento na área de Informática. Portanto, faz-se a opção por utilizar concomitantemente diversas tecnologias, tais como o material impresso; ambiente virtual de aprendizagem (AVA); videoconferência, além do apoio dos tutores presenciais no polo.

A diversidade de mídias e de suportes de aprendizagem transforma a comunicação educativa em uma poderosa ferramenta capaz de minimizar a barreira (mas não eliminar) da separação física e do tempo entre professor (tutor) e aluno, além de proporcionar um aumento substancial do nível de interação e interatividade.

Nesse sentido, a videoconferência vem contribuir, também, para a comunicação síncrona entre professores e alunos, por propiciar uma efetiva participação, expondo ideias, discussões, além disso, por proporcionar visualização poderá contribuir para a construção de modelos mentais de objetos ou de processo a eles associados.

## **4 Organização Curricular**

### **4.1 Fundamentos Pedagógicos**

Os fundamentos pedagógicos do curso técnico de Infraestrutura Escolar baseiam-se nos princípios norteadores da educação profissional em nível técnico explicitados no artigo 3º da LDB 9394/96, bem como nos princípios abaixo, conforme a Resolução CEB Nº 04 de dezembro de 1999, que trata da instituição das Diretrizes Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico:

- I - independência e articulação com o ensino médio;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III - desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- IV - flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI - atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII - autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

Considerando os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, o Profuncionário leva em conta as competências gerais atribuídas ao técnico em Serviços de Apoio à Educação pela Câmara de Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação –CNE, por meio do Parecer nº 16/2005, a saber:

- identificar o papel da escola na construção da sociedade contemporânea; Além dos perfis específicos, as quatro categorias de técnicos têm como base estas competências gerais.
- assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir de estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento da educação escolar;
- identificar as diversas funções educativas presentes na escola;
- reconhecer e constituir a identidade profissional educativa em sua ação nas escolas e em órgãos dos sistemas de ensino;
- cooperar na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da instituição de ensino;
- formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa;
- dialogar e interagir com os outros segmentos da escola no âmbito dos conselhos escolares e de outros órgãos de gestão democrática da educação;
- coletar, organizar e analisar dados referentes, à manutenção da infraestrutura material e ambiental;
- redigir projetos, relatórios e outros documentos pertinentes à vida escolar, inclusive em formatos legais para as diversas funções de apoio pedagógico e administrativo.

Acrescentam-se, na tentativa de tornar mais específica a profissão, as seguintes competências:

- identificar e reconhecer a escola como uma das instituições sociais e nela desenvolver atividades que valorizem as funções da educação;

- descrever o papel do técnico em educação na educação pública do Brasil, de seu estado e de seu município;
- atuar e participar como cidadão, técnico, educador e gestor em educação nas escolas públicas, seja da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios;
- compreender que na escola todos os espaços são de vivência coletiva, nos quais deve saber atuar como educador;
- participar e contribuir na construção coletiva do projeto político pedagógico da escola em que trabalha de maneira a fazer avançar a gestão democrática;
- representar, nos conselhos escolares, o segmento dos funcionários da educação;
- compreender e assumir a inclusão social como direito de todos e função da escola;
- elaborar e articular com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e pais, projetos educativos que assegurem a boa qualidade da educação na escola, bem como o cumprimento dos objetivos pactuados em seu projeto político-pedagógico;
- diagnosticar e interpretar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional;
- manusear aparelhos e equipamentos de tecnologia, colocando-os a serviço do ensino e das aprendizagens educativas e formativas;
- investigar e refletir sobre o valor educativo das suas atividades no contexto escolar, para poder criar melhores e mais consistentes condições para realizá-las;
- transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais mais humanizadas.

Na organização curricular proposta, a abordagem dos conteúdos está voltada para as necessidades e especificidades da habilitação pretendida e as disciplinas têm carga horária compatível aos conhecimentos nelas contidos.

Com duração de dois anos, divididos em 04 (quatro) semestres letivos, o curso tem uma carga horária total de 1.680 horas, incluindo 400h de prática profissional supervisionada que é obrigatória ao aluno.

## **4.2. Matriz Curricular**

A organização curricular do Curso observa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Lei n. 9.394/96, alterada pela Lei n. 11.741/2008, bem como nos princípios e diretrizes definidos pelo Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

O curso possui uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB n. 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB n. 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial n. 870/2008.

A organização curricular está organizada da seguinte forma: Núcleo com seis módulos de Formação Pedagógica, Núcleo com três módulos de Formação Técnica Geral, e Núcleo Específico para cada curso com sete módulos de Formação Técnica Específica. O curso terá, no máximo, 80% de sua carga horária oferecida na modalidade a distância através do Ambiente Virtual de Aprendizagem — AVA, MOODLE e 20% presencial.

Com duração de dois anos, divididos em 04 (quatro) semestres letivos, o curso tem uma carga horária total de 1.680 (um mil seiscentos e oitenta) horas organizada por módulos sequenciais, distribuídas da seguinte forma: 320 (trezentos e vinte) horas destinadas aos módulos que compõem o Núcleo de Formação Pedagógica, 400 (quatrocentas) horas destinadas aos módulos que compõem o Núcleo de Formação Técnica Geral, 660 (setecentos e sessenta) horas destinadas aos módulos que compõem o Núcleo de Formação Específica e 300 (trezentas) horas destinadas à Prática Profissional Supervisionada (PPS).

O curso é estruturado numa sequência lógica e contínua através de módulos que compõem a matriz curricular, que deverão estar articulados entre si, fundamentados nos conceitos de interdisciplinaridade e de contextualização com a formação do profissional Técnico em Infraestrutura Escolar.

A distribuição dos componentes curriculares com sua carga horária, bem como a sua sequência é apresentada no quadro a seguir:

**CURSO TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR  
A DISTÂNCIA-ETEC/ PROFUNCIÁRIO**

EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 400h	NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA				SEMESTRES	
	Módulo Introdutório					
	Unidade curricular	Ch T/P		CH Total		
		T	P			
	Fundamentos e Práticas da EaD	32	08	40		
	Módulos pedagógicos					
	Educação: tempos históricos.	64	16	80h		1º
	Homem, Pensamento e Cultura: abordagem filosófica e antropológica.	48	12	60h		1º
	Relações Interpessoais: abordagem psicológica.	48	12	60h		1º
	Educação, Sociedade e Trabalho	64	16	80h		1º
<b>Sub-total CH</b>	<b>256</b>	<b>64</b>	<b>320</b>			
NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL						
Direito Administrativo e do Trabalho	64	16	80h	2º		
Informática Básica e Aplicada à Educação	64	16	80h	2º		
Produção Textual na Educação Escolar	64	16	80h	2º		
Gestão da Educação Escolar	64	16	80h	2º		
Higiene e Segurança nas Escolas	64	16	80h	2º		
<b>Sub-total CH</b>	<b>320</b>	<b>80</b>	<b>400</b>			
NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA						
Teoria do Espaço Educativo	80	20	100h	2º		
Meio Ambiente, Sociedade e Educação	80	20	100h	3º		
Equipamentos Hidráulicos e Sanitários	96	24	120h	3º		
Equipamentos Elétricos e Eletrônicos	96	24	120h	3º		



	Equipamentos e Materiais Didáticos	80	20	100h	3º
	Técnicas de Construção	96	24	120h	3º
	<b>Sub-total CH</b>	528	132	<b>660</b>	
	<b>Total de carga-horária de módulos</b>			<b>1380</b>	
	<b>NÚCLEO DE EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA (PPS)</b>				
	Prática como Componente Curricular: vivência da ação educativa	300		300	4º
	<b>Carga Horária Total</b>	300		<b>300</b>	
	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL COM PPS</b>			<b>1680</b>	

### 4.3 Programas de Unidades Didáticas – PUD

Abaixo são apresentados os Programas de Unidades Didáticas das disciplinas componentes da matriz curricular mencionada:

#### d) Primeiro Semestre

<b>DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EAD</b>	
<b>Código:</b>	FPEAD
<b>Carga Horária:</b>	40
<b>Número de</b>	2
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	1º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
O papel das tecnologias da informação e da comunicação nos processos de ensino e aprendizagem. Os principais aspectos e elementos constitutivos da educação a distância enquanto sistema de ensino. A educação a distância no contexto da sociedade contemporânea e o seu papel na ampliação das oportunidades de acesso à educação continuada.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o papel das tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem, como também os principais aspectos e elementos constitutivos da Educação a Distância como sistema de ensino.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Tecnologia: Conceitos fundamentais e teorias; 2. As tecnologias da informação e da comunicação no nosso cotidiano; 3. O que é Educação a Distância; 4. Modelos e sistemas de educação a distância; 5. Mídias e materiais didáticos na EaD.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da realização de seminários e atividades escritas em equipes. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AValiação</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer	

do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também seminários e avaliações escritas presenciais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.  
 KRAMER, Érika A. et. al. Educação a Distância: da teoria à prática. Porto Alegre: Alternativa. 1999.  
 LÉVI, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.  
 LIMA, A. A. Fundamentos e Práticas na EaD. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVERBUG, Regina. Material didático impresso para Educação a Distância: tecendo um novo olhar. **Colabor@ - Revista Digital da CVA - RICESU**, v. 2, n. 5, p. 16-31, agosto 2003. Disponível em <[http://www.ricesu.com.br/colabora/n5/artigos/n\\_5/pdf/id\\_02.pdf](http://www.ricesu.com.br/colabora/n5/artigos/n_5/pdf/id_02.pdf)> Acesso em 10/06/2007.  
 BENAKOUCHE, Tâmara. **Tecnologia é sociedade**: contra a noção de impacto tecnológico. Florianópolis: Cadernos de Pesquisa, n. 17, setembro de 1999.  
 KURZ, Robert. **A Ignorância da sociedade do conhecimento**. Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2002 – **Caderno Mais**, p. 14-15. Disponível em: <[www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)>.  
 McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2001.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

#### DISCIPLINA: EDUCAÇÃO: TEMPOS HISTÓRICOS

**Código:** EDUTH

**Carga Horária:** 80

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 1º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### EMENTA

A educação e a escola através dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. As tendências pedagógicas da educação. Educação e ensino. Processos educativos: continuidades e descontinuidades. Diversidade étnico-cultural: homens e mulheres sujeitos históricos.

#### OBJETIVO

- Apropriar-se de conhecimentos históricos e de interpretações da escola e da educação como espaços coletivos de formação humana, de contradições, de diversidade étnico-cultural.
- Compreender a educação e a escola como parte da cultura de um povo, num determinado tempo e espaço.
- Perceber a constituição dos processos históricos e sua vinculação as ações sociais promotoras de movimentos constantes de transformação, de rupturas ou de continuidades.

#### PROGRAMA

1. A Educação escolar nas províncias e a descentralização do ensino; 2. Manifestos de educação: ao povo e ao governo; 3. O golpe militar e a educação pública; 4. Redemocratização: cidadãos e consumidores; 5. Identidade profissional e o projeto político-pedagógico; 6. Políticas para a educação pública: direito e

gestão.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da utilização de reflexões sobre textos, discussões em grupo, seminários e produção textual. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também seminários, trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ALVES, Cunha. <b>Gaiolas e asas</b> . www.rubemalves.com.br SAVIANI, Dermeval. <b>Escola e democracia</b> . São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991. SILVA, M. A. <b>Educadores e educandos: tempos históricos</b> . 4.ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012. TEIXEIRA, Anísio Espíndola. <b>Educação não é privilégio</b> . Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
FERNANDES, Florestan. <b>Mudanças sociais no Brasil</b> . Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difel, 3. ed., 1979. HILSDORF, Maria Lucia. S. <b>História da educação brasileira: leituras</b> . São Paulo: Pioneira Thompson, 2003. MONLEVADE, João Antonio Cabral. <b>Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis</b> . Brasília: s/d. RIBEIRO, Maria Luisa. <b>História da Educação Brasileira</b> . São Paulo: Cortez, 10ª ed., 1990. STEPHANOV, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). <b>Histórias e memórias da educação no Brasil</b> . Sec. XXI. Petrópolis: Vozes, v. II , 2005.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: HOMEM, PENSAMENTO E CULTURA: ABORDAGEM FILOSÓFICA E ANTROPOLÓGICA</b>	
<b>Código:</b>	HOCAF
<b>Carga Horária:</b>	60
<b>Número de</b>	3
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	1º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Processo de construção da cidadania. Filosofia como instrumento de reflexão e prática. Ética, moral e política. O ambiente físico e social. Relações homem-natureza. Aspectos e valores culturais. Linguagem e comunicação.	

<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apropriar-se e criar condições teórico-práticas com as quais problematizar, investigar e criticar as práticas escolares, com vistas à identidade de profissional da educação.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. A natureza no humano; 2. Escola, cultura e cidadania; 3. Linguagem: conceito e elementos; 4. Escola, comunicação e cidadania; 5. Trabalho: conceito; 6. Escola, trabalho e cidadania; 6. Valorização ética e política; 7. Escola, valores e cidadania.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>ADORNO, Theodor W. <b>Educação e emancipação</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.</p> <p>BESSA, Dante. <b>Homem, pensamento e cultura</b>: abordagem filosófica e antropológica: formação técnica. 4.ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. <b>Convite à filosofia</b>. São Paulo: Ática, 1998.</p> <p>FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia</b> – saberes necessários à prática educativa. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>ALBORNOZ, Suzana. <b>O que é trabalho</b>. São Paulo: Brasiliense, 1992.</p> <p>FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.</p> <p>_____. <b>Medo e ousadia</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.</p> <p>RANCIÈRE, Jacques. <b>O mestre ignorante</b> – Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p>	
<b>Coordenador do Curso</b> <hr/>	<b>Setor Pedagógico</b> <hr/>

<b>DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS: ABORDAGEM PSICOLÓGICA</b>	
<b>Código:</b>	RIAP
<b>Carga Horária:</b>	60
<b>Número de</b>	3
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	1º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	

Processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Desenvolvimento afetivo e cognitivo.

### OBJETIVO

- Entender as construções teóricas sobre aspectos do desenvolvimento psicológico de modo a permitir uma reflexão sobre a importância do papel da escola e de todos os atores envolvidos na construção da cidadania.
- Refletir sobre o papel da escola na formação do sujeito.

### PROGRAMA

1. A Relação da Psicologia com a Educação; 2. A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; 3. A noção de estágios em psicologia do desenvolvimento; 4. Temas transversais; e, 5. Contexto social

### METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

### AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEDROZA, R. L. S.. **Relações interpessoais: abordagem psicológica**. 4 ed. atualizada e revisada Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.  
VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.  
PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. São Paulo: Forense, 2003.  
FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AQUINO, J.G. **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1996.  
BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L.T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.  
COLL, C. Palácios, J.; MARCHESI, A. (orgs.). **Desenvolvimento psicológico e Educação: Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. v. 2.

\_\_\_\_\_  
Coordenador do Curso

\_\_\_\_\_  
Setor Pedagógico

### DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO

**Código:** EDUST

**Carga Horária:** 80

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 2º

<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. O desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação. Educação e trabalho na construção da sociedade.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o papel do cidadão e da educação na conservação ou na transformação da presente realidade.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Construção da lente sociológica; 2. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social; 3. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho. 4. Trabalho e educação no mundo contemporâneo. 5. Dimensões e sentidos da relação educação e sociedade. Formação para o trabalho e educação profissional no Brasil.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>DURKHEIM, Émile. <b>Educação e sociologia</b>. São Paulo: Melhoramentos, 1975.</p> <p>PACHECO, R. G.; MENDONÇA, E. F. <b>Educação, sociedade e trabalho</b>: abordagem sociológica da educação. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006. 88 p.</p> <p>TEIXEIRA, Anísio. <b>Educação não é privilégio</b>. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BOTTOMORE, Tom. <b>Dicionário do pensamento marxista</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.</p> <p>COSTA, Maria Cristina Castilho. <b>Sociologia</b>: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987.</p> <p>COTRIN, Gilberto. <b>História e consciência do mundo</b>. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 2</p> <p>MARTINS, Carlos Benedito. <b>O que é sociologia</b>. São Paulo: Brasiliense, 1988.</p>	
<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____

e) Segundo Semestre

<b>DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO</b>	
<b>Código:</b>	DAT
<b>Carga Horária:</b>	80

<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos de Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os problemas relacionados à vida na escola, a partir da apropriação reflexiva dos conceitos fundamentais de Direito, Legislação e Cidadania, relacionando-os a aspectos atuais do mundo do trabalho e suas marcantes transformações.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Conceitos fundamentais do direito: O Direito e as normas sociais, A norma jurídica, As fontes do Direito, O Direito e suas vertentes, Direito e Ideologia; 2. O mundo do trabalho: As necessidades humanas e os fatores de produção, Os modos de produção e a transformação da sociedade, Trabalho e alienação, ; 3. A Constituição Federal e a conquista da cidadania – os direitos do trabalhador brasileiro: Aspectos jurídicos, sociológicos e éticos da cidadania, As garantias constitucionais e a soberania popular, Os direitos sociais na Constituição Federal: contradições e perspectivas, Fundamentos de legislação trabalhista brasileira, ; 4. Elementos de Direito Administrativo: Conceitos de Direito Administrativo, Autonomia, Fontes, Princípios do Direito Administrativo, Licitações e contratos, Controle da administração pública, O servidor público na Constituição Federal; 5. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CAMPOS, Nelson Palaia Ribeiro de. <b>Noções Essenciais de Direito</b> . 2 ed.São Paulo: Saraiva, 2005. Constituição da República Federativa do Brasil (1988, atualizada até a Emenda Constitucional 45). MORAES, W. C. B. <b>Direito Administrativo e do Trabalho</b> . Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
LYRA FILHO, Roberto. <b>O que é Direito</b> . 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. MONLEVADE, João. <b>Funcionários de Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis?</b> Brasília: IDEA, 1996. SOUZA JUNIOR, José Geraldo de.(org.) <b>O direito achado na Rua</b> . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA E APLICADA À EDUCAÇÃO</b>	
<b>Código:</b>	IBAE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>Informática na educação. Histórico da informática educativa no Brasil. O uso do computador na escola como recurso pedagógico. A importância da capacitação e do papel do professor, do administrador escolar e do funcionário da educação. O uso da internet na educação.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar-se na utilização de ferramentas da informática na educação, a fim de diversificar e ampliar os processos de ensino-aprendizagem.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. Histórico da informática educativa no Brasil; 2. O uso do computador na escola como recurso pedagógico; 3. A importância da capacitação e do papel do funcionário da educação; 4. O uso da internet na educação.</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de leituras, aulas expositivas e práticas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.</p>	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também realização de trabalhos práticos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas teóricas individuais/presenciais.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>NASCIMENTO, J. K. F. <b>Informática aplicada à educação</b>. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.  NIQUINI, D. P. <b>Informática na educação: implicações didático-pedagógicas e construção do conhecimento</b>. Brasília: Universidade Católica de Brasília; Universa, 1996.  TAJRA, S. F. <b>Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade</b>. 2. ed. São Paulo: Érica, 2000.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>LOPES, J. J. <b>A introdução da informática no ambiente escolar</b>. Disponível em:  &lt;<a href="http://www.clubedoprofessor.com.br/artigos/artigojunio.pdf">http://www.clubedoprofessor.com.br/artigos/artigojunio.pdf</a>&gt;.  VON STAA, B.. <b>Vi na internet</b>. Artigo publicado em:&lt;<a href="http://www.educacional.com.br/articulistas/betina_bd.asp?codtexto=627">http://www.educacional.com.br/articulistas/betina_bd.asp?codtexto=627</a>&gt;.</p>	
<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____



<b>DISCIPLINA: PRODUÇÃO TEXTUAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR</b>	
<b>Código:</b>	PTEE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Produção de textos. Leitura e compreensão de textos. Desenvolvimento da leitura e escrita em documentos oficiais educacionais. A arte de ler, de escrever e de comunicar.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ler, compreender e produzir textos, com autonomia, em diferentes linguagens – escrita, gráfica, artística – relacionando-os a práticas educacionais e a documentos oficiais.</li> <li>• Ler com autonomia e criticidade diversos tipos em relação à leitura e à produção de textos alheios ou próprios.</li> <li>• Desenvolver atitude crítica em relação à leitura e à produção de textos alheios ou próprios.</li> <li>• Produzir textos escritos, coesos e coerentes, contextualizados à prática educacional, considerando o destinatário, a finalidade e as características de gênero.</li> <li>• Produzir textos utilizando registros formais e estratégias de escrita.</li> <li>• Imprimir qualidade aos textos quanto à forma e ao conteúdo, aprimorando o controle sobre sua própria produção.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. O texto como registro das experiências pessoais; 2. Redação Oficial: rompendo as barreiras de escrita; 3. Memorandos, circulares, correio eletrônico; 4. Correspondência oficial: produzindo Atas e Relatórios; 5. Outros gêneros.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos variados, utilização de técnicas de escrita e interpretação.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Avaliação de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliação de provas escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
FREITAS, O. C. R. <b>Produção textual na educação escolar</b> . 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. GARCEZ, L. H. C. <b>O que é preciso para escrever bem</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2001. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília: Casa Civil, 2002	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. <b>Todos os textos</b> : uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos. São Paulo: Atual, 1998.	

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.

<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____

### DISCIPLINA: GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

**Código:** GEE

**Carga Horária:** 80

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 2º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### EMENTA

Administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. A gestão da educação: fundamentos e legislação. Reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Gestão, descentralização e autonomia. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.

#### OBJETIVO

- Compreender as diferentes concepções e abordagens da administração capitalista e a especificidade da gestão educacional, bem como aprenda a identificar as relações entre a reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar.
- Compreender os princípios da gestão democrática e, principalmente, construí-la em seu cotidiano.

#### PROGRAMA

1. A administração ou gestão da escola: concepções e escolas teóricas; 2. A Reforma do Estado brasileiro: a gestão da educação e da escola; 3. Gestão democrática da escola pública: concepções e implicações legais e operacionais; 4. Democratização da gestão escolar: mecanismos de participação e autonomia da unidade escolar; 5. Gestão democrática e os trabalhadores em educação.

#### METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

#### AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUSSMAN, Antônia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola.  
In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1998.  
DOURADO, L. F. **Gestão da educação escolar**. 4 ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2012.  
DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da**

rede municipal de ensino de Goiânia/GO. Goiânia: Alternativa, 2003.  
OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Política e gestão da educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, José do Prado. **Administração escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação**. São Paulo: Atlas, 1991.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

<b>Coordenador do Curso</b> _____	<b>Setor Pedagógico</b> _____
--------------------------------------	----------------------------------

#### **DISCIPLINA: HIGIENE E SEGURANÇA NAS ESCOLAS**

**Código:** HISE

**Carga Horária:** 80

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 3º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### **EMENTA**

A higiene como expressão material da saúde humana. Construção social do conceito de higiene e de sua realidade na escola. Cidade limpa, bairro limpo, escola limpa. O uso higiênico dos espaços escolares. O uso da água como bem escasso da natureza, da comunidade e da escola. Hábitos de higiene dos estudantes e limpeza do ambiente escolar. Coleta seletiva de lixo. O papel do funcionário como gestor da limpeza e higiene na escola. Conceitos de segurança. Relações sociais e educativas na comunidade e na escola: separação e integração. Cidade segura, bairro seguro, escola segura. Segurança no interior da escola: o funcionário como agente repressor ou mediador de conflitos. O adolescente infrator e a reeducação. O Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### **OBJETIVO**

- Refletir sobre a higiene e a segurança na escola e sobre seu papel na construção de uma escola onde educadores e educandos primem pela limpeza pessoal e do ambiente, bem como se sintam seguros e responsáveis pela construção de uma cultura de paz na escola e na comunidade.
- Reconhecer alternativas de práticas que se incluem no papel mais amplo de técnico em meio ambiente e infraestrutura das escolas.

#### **PROGRAMA**

1. Higiene: construção histórica do conceito; 2. Higiene e educação; 3. Higiene no trabalho do funcionário; 4. Segurança: construção histórica do conceito; 5. Segurança na sociedade e na comunidade; 6. Segurança na escola; 7. Segurança no trabalho; 8. O Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### **METODOLOGIA DE ENSINO**

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, estudos de caso, visitas técnicas e resolução de situações problema. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário,

pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, elaboração de relatório e as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ABRAMOVAY, Miriam. <b>Escola e violência</b> . Universidade Católica de Brasília: Unesco, 2003. BELLI, Roberto. <b>Boas maneiras</b> : higiene com os alimentos. 1. ed. [S.l.]: Todolivre, 2006. FARIA, I. D; MONLEVADE; J. A. C. <b>Higiene, segurança e educação</b> . Brasília: Universidade de Brasília, 2008. GUIMARÃES, Áurea. <b>Vigilância, punição e depredação escolar</b> . Campinas: Papirus, 2003.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
http://www.higienedosalimentos.com.br/ http://www.boasaude.uol.com.br http://www.mesabrasil.sesc.com.br/Cartilhas/Cartilha%20Higiene.pdf LUCINDA, M. da Consolação; NASCIMENTO, M. das Graças; CANDAU, Vera M. <b>Escola e violência</b> . Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

**a) Terceiro Semestre**

<b>DISCIPLINA: TEORIAS DO ESPAÇO EDUCATIVO</b>	
<b>Código:</b>	TEEE
<b>Carga Horária:</b>	100
<b>Número de</b>	5
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Conceito de espaço. História dos espaços escolares como expressão de diferentes culturas e pedagogias. Espaço natural, espaço arquitetônico e espaço educativo. O enxugamento dos espaços escolares nas décadas de massificação: salas de aula e dependências administrativas. O papel dos funcionários em cada modelo de escola. O currículo como modelador dos espaços: salas-ambiente. Educação e entorno socioambiental. Teorias de manutenção da qualidade material das edificações e dos equipamentos.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender e perceber os conhecimentos acerca do espaço, articulado ao espaço da educação escolar;</li> <li>• Estabelecer conexões entre as práticas espaciais e as pedagógicas, as administrativas, e as sociais;</li> <li>• Relacionar o espaço da escola ao espaço, urbano ou rural, em que se situa.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. O que é isso a que chamamos espaço?; 2. O edifício escolar; 3. A escola; 4. Escola e unidades ambientais.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no	

mínimo, 20% da carga horária da disciplina. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, resolução de situações problema, estudos de caso e visitas técnicas. Produção de Relatório parcial.

### **AVALIAÇÃO**

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de projetos, resolução de situações problemas, elaboração de relatórios, produção de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARPINTERO, A. C; ALMEIDA, J. G. **Teorias do espaço escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.  
 CARVALHO, Benjamin A. **Desenho geométrico**. Rio de Janeiro: Sociedade Editora e Gráfica Ltda., 1965.  
 TOLEDO, Eustáquio. **Ventilação natural das habitações**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 1999.  
 ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CARPINTERO, Antonio Carlos. **Sobre o conceito de espaço**. Trabalho Programado. São Paulo: USP-FAU, 1986  
 FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.  
 LEFÈBVRE, Henri. **La production de L'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.  
 SILVA, P. **Acústica arquitetônica**. Belo Horizonte: Edições Engenharia e Arquitetura, 1971.

<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____

### **DISCIPLINA: MEIO AMBIENTE, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO**

**Código:** MASE

**Carga Horária:** 100

**Número de** 5

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 3º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

### **EMENTA**

Noções básicas de ecologia, meio ambiente e sua preservação. Contribuições da física, química e biologia. Equilíbrio ecológico. A ocupação da natureza do território brasileiro e do município pelo homem em suas atividades econômicas: os impactos ambientais. Educação escolar e meio ambiente. Preservação dos mananciais hídricos. Manejo do lixo na comunidade e na escola. Desenvolvimento social e ambiental.

### **OBJETIVO**

- Conhecer as concepções de meio ambiente e de seus fundamentos científicos, de forma a desenvolver reflexões sobre a interação entre sociedade, meio ambiente e educação, como pré-condições de sua atuação como gestor do espaço educativo e mediador dos conflitos com o entorno natural.
- Reconhecer ações de rotina e atividades especiais que resgatem a harmonia da natureza se situa a escola.

<b>PROGRAMA</b>	
1. Conceitos fundamentais; 2. Meio ambiente: o que é isso?; 3. História, economia e impactos ambientais; 4. A sociedade e o meio ambiente; participação consciente; 5. As pessoas, a escola e o meio ambiente.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
FERREIRA, I. D. <b>Meio ambiente, sociedade e educação</b> . Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006. VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, J.; VIEIRA, P.F. (orgs.) <b>Dilemas do socioambientalismo e desenvolvimento sustentável</b> . Campinas: Unicamp, 1995.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BRASIL. COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL DE MEIO AMBIENTE. Brasília: Ibama, 1992. _____. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988. _____. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE. Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995. _____. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: 1988 – Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1/92 a 52/2006, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS</b>	
<b>Código:</b>	EHSA
<b>Carga Horária:</b>	120
<b>Número de</b>	6
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
O planeta água. Captação, distribuição e consumo de água nas escolas. Acesso à água potável. Bebedouros e refrigeradores: estrutura, funcionamento e reparos. Equipamentos hidrosanitários nas cozinhas, cantinas e	

sanitários. Leitura de plantas dos projetos hidrosanitários. Estrutura e funcionamento da rede de esgotamento sanitário, próprio ou integrado à cidade. Leitura e desenho de projetos. Prática de reparos nos equipamentos hidráulicos e sanitários.

### **OBJETIVO**

- Conhecer os equipamentos e o sistema hidro-sanitário permitindo que façam bom uso dos mesmos e contribuam para a qualidade do ambiente escolar.
- Compreender o percurso da água, desde sua captação até o destino final - esgoto, conhecendo todas as partes da rede de distribuição.
- Interpretar um projeto hidro-sanitário, permitindo que tome a correta decisão em momentos como uma eventual falta de água em uma torneira.
- Reconhecer a importância do uso racional da água e conhecer os novos equipamentos que auxiliam nesta economia.

### **PROGRAMA**

1. O planeta água; 2. Captação, distribuição e consumo da água; 3. Equipamentos e materiais constituintes do sistema hidro-sanitário; 4. Leitura e interpretação de um projeto hidro-sanitário; 5. Estrutura e funcionamento da rede de esgoto sanitário; 6. Uso racional de água; 7. Análise de projetos. 8. Manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos hidro-sanitários

### **METODOLOGIA DE ENSINO**

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir resolução de situações problema, análise de projetos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

### **AVALIAÇÃO**

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise da participação nos trabalhos escritos individuais e em grupo, produção de relatórios, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FIGUEIREDO, C. R.. **Equipamentos hidráulicos e sanitários**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.  
CREDER, H. **Instalações hidráulicas e sanitárias**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda., 1998.  
MELO, V. O. ; AZEVEDO NETTO, J. M. **Instalações Prediais Hidráulico-Sanitárias**. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda., 2000.  
Manual Técnico de Instalações Hidráulicas e Sanitárias. São Paulo: Editora PINI, 1996.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5626: Instalações prediais de água fria. Rio de Janeiro, 1998.  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8160: Instalação predial de esgoto sanitário. Rio de Janeiro, 1983.  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7198: Projeto e execução de instalações prediais de água quente. Rio de Janeiro, 1993.

**Coordenador do Curso**

**Setor Pedagógico**

**DISCIPLINA: EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS**

<b>Código:</b>	EQEE
<b>Carga Horária:</b>	120
<b>Número de</b>	6
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>Eletricidade como fonte de energia. Fundamentos teóricos e aplicações na escola. Iluminação de ambientes externos e internos ao prédio escolar. Equipamentos e gasto de energia: estrutura e funcionamento. Ventilação e condicionamento artificiais do ar. Instalações elétricas. Manutenção e reparo de instalações e equipamentos. Leitura e desenho de projetos. Aparelhos eletrônicos: manuseio, manutenção e reparos. Progresso científico e impacto ambiental da produção de energia.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer o funcionamento do sistema de fornecimento da energia elétrica, desde sua geração até o destino final.</li> <li>• Reconhecer a importância da boa iluminação dos ambientes e conhecer os diversos tipos de lâmpadas, bem como os demais equipamentos e acessórios elétricos que contribuem para que a energia elétrica chegue até a escola, nas tomadas e/ou nas lâmpadas.</li> <li>• Entender um projeto elétrico, desde sua concepção, oferecendo conhecimentos que permitam que você faça o correto uso e manutenção da sua escola.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. Eletricidade como fonte de energia; 2. Das teorias da física às aplicações no cotidiano da escola; 3. Iluminação dos ambientes; 4. Equipamentos e gastos de energia; 5. Funcionamento das instalações Elétricas; 6. Princípios e desenvolvimento da eletrônica; 7. Análise de Projetos; 8. Conservação, uso e manutenção das instalações e dos aparelhos elétricos.</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de projetos e visitas técnicas.</p>	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de avaliações de projetos técnicos, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, e as avaliações escritas individuais/presenciais. Produção de Relatório parcial.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão</i>. Rio de Janeiro, 2004.          CREDER, H. <i>Instalações elétricas</i>. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda., 1991.          FIGUEIREDO, C. R. <i>Equipamentos elétricos e eletrônicos</i>. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>NORMA TÉCNICA DE DISTRIBUIÇÃO. <i>NTD – 6.01</i>. 1. ed. Brasília:CEB, 1997.          SOUZA, A. P. A. <i>Uso da energia em edifícios</i>: estudo de caso de escolas municipais e estaduais de Itabira, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado)–Centro Federal de Educação Tecnológica, Minas Gerais, 2005.          YAZIGI, W. <i>A técnica de edificar</i>. São Paulo: Editora Pini, 1999.</p>	



<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____

<b>DISCIPLINA: EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIDÁTICOS</b>	
<b>Código:</b>	EQMD
<b>Carga Horária:</b>	100
<b>Número de</b>	5
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>Conceitos básicos de Didática e Metodologias do ensino na educação básica. Equipamentos e materiais de creches e de pré-escolas. Equipamentos e materiais nos processos de alfabetização. Equipamentos e materiais no ensino fundamental e médio: do quadro de giz aos recursos específicos modernos. Equipamentos e recursos específicos para portadores de necessidades educacionais especiais. Papel do técnico em sua relação com professores e estudantes.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer os materiais e os equipamentos didáticos em uso nas escolas brasileiras.</li> <li>• Entender o processo de conservação, de manutenção e o emprego desses equipamentos no ambiente escolar, por meio de reflexões sobre um contexto educacional criativo, inclusivo e de qualidade, com vistas ao desenvolvimento de um perfil profissional técnico, gestor e educador.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. Interrelações da didática e das metodologias de ensino no ambiente escolar: alguns conceitos; 2. Principais materiais e equipamentos didáticos utilizados nas escolas brasileiras; 3. Sala de aula: espaço educativo de convivência; 4. Equipamentos didáticos na educação infantil; 5. Materiais e equipamentos didáticos no ensino fundamental; 6. Materiais e equipamentos didáticos no ensino médio; 7. Materiais e equipamentos didáticos na Educação de Jovens e Adultos; 8. Materiais e equipamentos didáticos na educação especial</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de análise de material disponibilizado, seminários, leitura de textos e estudos de caso.</p>	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais. Produção de Relatório parcial.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>ALBANO, A. A. <b>Artes visuais: estética e expressão</b>. Disponível em: <a href="http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004">http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004</a>&gt;.</p> <p>FREITAS, Olga. <b>Equipamentos e materiais didáticos</b>. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.</p> <p>MELLO, R. M. <b>Tecnologia educacional</b>. Paraná: CRTE Telêmaco Borba, 2004.</p>	

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/Seesp, 2001.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Parecer CEB 15/98. Câmara de Educação Básica, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: MEC/ SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais, 3o e 4o ciclos do Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino médio*. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília: MEC/Seesp, 1998.

\_\_\_\_\_. *Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 2002

RECURSOS DIDÁTICOS. Disponível em: <[www.febnet.org.br/file/781.ppt](http://www.febnet.org.br/file/781.ppt)>.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

## DISCIPLINA: TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

**Código:** TECO

**Carga Horária:** 120

**Número de** 6

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 3º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

### EMENTA

Construção como aplicação de materiais e de suas relações com a sustentabilidade ambiental. Arquitetura, engenharia civil e educação. Leitura e desenho de projetos. Especificações escolares. Leitura de plantas de prédios escolares. Prática elementar de construções e reformas: alicerces, vigas, pilares, ferragens, paredes, rebocos, azulejos, pisos, pintura, impermeabilizações, cercados e muros. Instalações elétricas e hidrosanitárias adaptadas às especificações escolares. Construção e manutenção de quadros de giz. Orçamentação e custos de construções. Papel do funcionário quanto à construção, conservação e manutenção física dos prédios escolares. Qualidade e segurança.

### OBJETIVO

- Reconhecer o impacto ambiental da construção civil e do manejo correto de seus resíduos;
- Conhecer informações básicas sobre a história das técnicas construtivas na Europa, na América pré-colombiana e no Brasil;
- Compreender os princípios básicos da arquitetura e da engenharia civil, como leituras de plantas de escolas, de seu entorno e de seus componentes, destacando as especificações escolares;
- Reconhecer as técnicas e materiais de construção e, ainda, indicar algumas técnicas de reparos que podem ser executadas em sua escola;
- Entender os processos de manutenção e conservação do espaço escolar, por meio de sua intervenção visando fazer da escola um espaço de convivência, como, por exemplo, no enfrentamento da depredação, na manutenção de quadros-de-giz e no manuseio de extintores de incêndio;
- Compreender as informações básicas sobre o papel do funcionário quanto à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

### PROGRAMA

1. Construção como aplicação de materiais e de suas relações com a sustentabilidade ambiental; 2. Evolução técnica das construções: passado e presente. História das construções: na Europa, na América pré-

colombiana, no Brasil colonial, independente e moderno; 3. O edifício escolar; 4. Técnicas de construção aplicadas à escola; 5. Papel do funcionário na construção, conservação e manutenção física dos prédios escolares.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de projetos e visitas técnicas.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de avaliações de projetos técnicos, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, e as avaliações escritas individuais/presenciais. Produção de Relatório parcial.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ABNT. <i>NBR 9050/2004</i> : acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. FNDE/MEC. <i>Subsídios para elaboração de projetos e adequação de edificações escolares</i> . Brasília: FNDE/MEC, 2002. PEREIRA, A. G. <b>Técnicas de construção</b> . Brasília: Universidade de Brasília, 2009.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
FAZ FÁCIL. [Site com informações sobre pequenas reformas.] Disponível em: <www.fazfacil.com.br>. Acesso em: 27 set. 2007. TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares para Brasília. <i>RBEP – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i> , Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

#### 4.4. Prática Profissional Supervisionada (PPS)

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais, a Prática Profissional Supervisionada (PPS) é compreendida como um componente curricular e se constitui em uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios. É estabelecida, portanto, como condição indispensável para obtenção do Diploma de Técnico de Nível Médio.

A prática profissional terá carga horária mínima de 300 horas, deverá ser devidamente planejada, acompanhada e registrada, a fim de que se configure em aprendizagem significativa, experiência profissional e preparação para os desafios do exercício profissional, ou seja, uma metodologia de ensino que atinja os objetivos propostos. Para tanto, deve ser supervisionada como atividade própria da formação profissional e relatada pelo estudante. Os relatórios finais deverão ser produzidos seguindo as regras básicas da Língua Portuguesa e as orientações do tutor, podendo ser escrito em forma de relatório técnico ou portfólio.

A prática profissional supervisionada do Curso Técnico de Nível Médio em Infraestrutura Escolar será realizada integralmente no estabelecimento de ensino de lotação do cursista. Fundamentalmente, o estudo dos módulos remete à Prática Profissional Supervisionada e aos saberes elementares a ela, proporcionando atividades de reflexão, investigação e práticas,

havendo necessariamente a correlação contínua, mesmo que nem todas as atividades sugeridas nos módulos sejam abrangidas pelo plano a ser elaborado para a PPS. O começo das atividades ocorre concomitante ao desenvolvimento dos estudos do primeiro módulo, sendo que o cursista deve elaborar os planos de trabalho (plano de ação educativa), baseando-se na integração teoria-prática e na perspectiva interdisciplinar.

O estudante-funcionário deverá colocar em prática o seu plano de trabalho por meio da vivência da ação educativa, que deverá resultar em relatórios parciais (memoriais), sob o acompanhamento e supervisão de um tutor, como forma de registrar as intervenções realizadas em sua própria prática, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso e em articulação com as suas experiências profissionais.

#### **4.5. Critérios de aproveitamento de conhecimentos**

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Profissional, o aluno poderá solicitar aproveitamento de conhecimentos desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional. (ver CEB 04/12/99). No IFCE, o curso de Técnico em Infraestrutura Escolar na modalidade a distância ainda assegura ao aluno o direito de aproveitamento de disciplinas desde que haja compatibilidade de conteúdo e carga horária de, no mínimo, 75% do total estipulado para a disciplina considerando os demais critérios de aproveitamento determinados no Regulamento da Organização Didática.-ROD.

#### **4.6. Critérios de avaliação da aprendizagem**

A avaliação da aprendizagem tem se constituído historicamente, como o momento do julgamento por parte do professor, daqueles conteúdos que o estudante demonstra poder reproduzir. Tal perspectiva ainda atrela o processo de aprendizagem aos princípios pedagógicos mais arcaicos, em que aprender nada mais é que sinônimo de imitar. As consequências dessa prática são visíveis em nosso cotidiano escolar, impregnando-se na cultura da “aprovação e da reprovação”, valorizando antes o diploma que o conhecimento, e por fim, frustrando o processo educativo como dimensão vital e criativa do ser humano.

Necessariamente, para se obter resultados diversos, que consigam a educação como dimensão necessária no processo de amadurecimento e desenvolvimento humano, é importante repensar o modelo tradicional da avaliação. Neste sentido, avaliar deve ser um ato de reflexão e de crítica, cujo objetivo deva ser o de situar o indivíduo no interior de um processo mais amplo, de domínio de competências e habilidades que se desenvolvem costumeiramente no seu ambiente escolar. Não deve ser usada para julgamento, mas para reformular e apontar novos caminhos, soluções e estratégias didáticas que respeitem e potencializem o ritmo criativo de cada educando.

É assim que, ao invés de fazer da avaliação um momento específico de julgamento, deve-se construí-la como processo, incluindo todos os momentos relativos à prática e à reflexão situadas no ambiente escolar. Neste sentido, a avaliação processual deve ser instrumento de construção, desconstrução e reconstrução das identidades escolares e profissionais, na medida em que deva ser encarada como instrumento de crítica e de reflexão. Não se pode assim, deslocar a avaliação da relação mais vital que estabelece com o próprio cotidiano dos sujeitos envolvidos dentro do processo de aprendizagem.

O Profucionário foi concebido de tal forma que o percurso pedagógico do estudante, a partir de sua experiência na escola e no sistema educacional, leve-o, gradativamente, a se familiarizar com outros conhecimentos, habilidades e valores que passam a constituir sua nova identidade profissional. No Profucionário, prioriza-se, então, a avaliação participativa e dialógica, realizada ao longo de cada um das disciplinas, nos encontros presenciais e na PPS, que são momentos constitutivos de um mesmo processo.

O processo de avaliação é momento do processo de formação (ele deve contribuir para a aprendizagem, mas não julgá-la) e tem objetivo emancipatório: que os sujeitos envolvidos se tornem capazes de se autoavaliar (avaliar-se com autonomia) em relação ao processo de que participam como protagonistas.

Os instrumentos de avaliação de aprendizagem do programa e, conseqüentemente, deste curso são:

- d) Memorial;
- e) Relatório de Atividades da Prática Profissional Supervisionada;
- f) Formulário de registro e acompanhamento da carga horária das atividades.

A função, especificidade e autoria de cada instrumento são relativas a:

- d) Memorial: de redação do aluno, com comentários do tutor. No memorial, faz-se o registro das atividades e vivências dos estudantes, suas dúvidas, observações e experimentações relacionadas à disciplina. O que se relacionar às situações de estudo, de manipulação de ferramentas, de vivência prática ou teórica, deve ser relatado no memorial. Assim, ele é base para a construção da auto-avaliação da aprendizagem.
- e) Relatório: de autoria do tutor, não tem como finalidade julgar o aluno, mas situá-lo no quadro das expectativas do processo de aprendizagem daquela disciplina em particular. Fruto da observação do tutor, não deve ser, contudo, observação de valores, mas sim, observação dialógica e participativa.
- f) Formulário: preenchido pelo tutor, acompanha o cotidiano escolar com o registro das diversas atividades e as cargas horárias envolvidas em cada processo.

É preciso deixar claro, ainda, que Memorial, Relatório Final e Formulário são documentos diferentes com objetivos diferentes. O Memorial documenta toda a trajetória do estudante a partir de suas reflexões (destina-se a ele mesmo), incluídas as reflexões sobre as atividades da Prática Profissional Supervisionada. O Relatório Final, de autoria do estudante, por sua vez, documenta descritivamente a realização das atividades da PPS e os resultados alcançados (aquisição e construção de competências previstas) em processo e propostas. Este documento pode ser construído passo a passo, conforme a realização das atividades de PPS. O Formulário, por fim, serve para o registro dos locais onde foram realizadas as atividades, do número de horas previstas para as atividades, do tipo de atividade teórico-prática realizada e outros registros a serem definidos pelo IF ou pelas equipes estaduais.

#### **4.7. Diploma**

Após a integralização dos componentes curriculares do Curso Técnico de Nível Médio em Infraestrutura Escolar, na forma subseqüente, na modalidade a distância, dos módulos referentes à Formação Pedagógica e Técnica Geral e Específica, e da realização da correspondente Prática Profissional Supervisionada, será conferido o Diploma de **Técnico de Nível Médio em**

**Infraestrutura Escolar** ao cursista portador de diploma do ensino médio, conforme exigência legal brasileira.

## 5. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

O pessoal docente e técnico necessário ao funcionamento do curso Técnico de Nível Médio em Infraestrutura Escolar, são apresentados tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso, correspondente. E são apresentados a seguir.

### 5.1 Pessoal Docente

Descrição	
<b>Tutoria presencial</b>	<b>Qtde./40 alunos</b>
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e módulos	01
<b>Tutoria a distância</b>	<b>Qtde./40 alunos/por disciplina</b>
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e módulos	01
<b>Formadoras</b>	<b>Qtde./40 alunos/por disciplina</b>
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e módulos	01

### 5.2. Pessoal Técnico-Administrativo

Descrição	Qtde.
<b>Equipe Técnica</b>	
Coordenação Geral para a organização e funcionamento do Curso em concordância com as orientações da Setec /PROGRAMA PROFUNCIÁRIO	01
Coordenador Adjunto para assessorar a Coordenação Geral	01
Coordenador de Curso	01
Coordenador de Tutoria para cada curso	01
<b>Descrição</b>	<b>Qtde./Polo</b>
Coordenador de Polo (polos no E-tec)	01
<b>Total de técnicos-administrativos necessários</b>	<b>05</b>

## 6. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

### 6.1. Estrutura Física dos Polos

A estrutura física dos pólos é constituída, no mínimo, pelos itens abaixo especificados:

- 1 sala de recepção e secretaria acadêmica
- 1 sala de tutoria ou estudos
- 1 sala de aula convencional equipada com projetor LCD e PC ou notebook equipado com kit multimídia.

- 1 biblioteca contendo os títulos indicados para o curso e títulos complementares
- 1 laboratório de informática com 25 computadores (especificação no Anexo I) com conexão à Internet (2MB/s, conforme edital) e equipados com kit multimídia.

Com esta infraestrutura pode-se promover outros tipos de cursos em diferentes áreas e níveis, atendendo-se às demandas da região e às políticas nacionais de democratização da educação e inclusão digital, fortalecendo as parcerias entre Município, Estado e União, com responsabilidade social e visando o desenvolvimento sustentável das regiões.

### **6.3 Infraestrutura de Laboratórios e Ambientes de Aprendizagem:**

#### **6.3.1 Videoconferência no *campus* Quixadá (em fase de instalação)**

O IFCE conta com uma sala de 80 m<sup>2</sup>, climatizada e equipada com sistema de videoconferência.

Os equipamentos da sala de videoconferência são:

- Codec: View Station VSX 7000
- 1 Codec View Station VSX Móvel (para ser levada para os polos)
- 2 Microfone Pod
- 1 Monitor de LCD - 40"
- 2 Projetor Multimídia (um deles Móvel para ser levado para os polos)
- 2 Central de Ar-Condicionado – 30.000 BTUs

São utilizados os protocolos de rede H. 323 (LAN/via IP – ponto a ponto).

#### **6.2.2. Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA**

Os processos de ensino aprendizagem adquirem uma nova dinâmica com a possibilidade de uso da Internet, como ferramenta de apoio, quer seja no modelo presencial ou à distância. No modelo de educação a distância o uso da Internet permite ampliar os recursos de interação e compartilhamento de informações.

Os ambientes virtuais de aprendizagem – AVA são construídos para permitir que professores e alunos do ensino a distância tenham à sua disposição uma variada quantidade de ferramentas de interação e comunicação.

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado no e-Tec é um aplicativo que disponibiliza recursos e ferramentas especialmente projetados para desenvolver o processo educativo a distância, e por ser um ambiente totalmente digital permite a manipulação de informações hipermídia e a interação síncrona e assíncrona entre os participantes. Isso favorece as características de aprendizagem de cada aluno.

Para o desenvolvimento do curso, o IFCE optou pelo ambiente virtual de aprendizagem denominado Moodle, pois, várias experiências práticas anteriores demonstraram sua adequabilidade às necessidades didáticas, de comunicação e gestão do curso, bem como ao perfil de um público-alvo com diferentes níveis de experiência no uso da Internet. Justifica-se também seu uso por conter

todas as ferramentas de base necessárias à realização do curso de Técnico em Infraestrutura Escolar (agenda, fórum, bate-papo, repositório de material, portfólio, entre outros recursos).

O Moodle é um software livre amplamente utilizado em diversas instituições de ensino pública e privada. Esse ambiente é um importante recurso de aprendizagem, pois ele proporciona que os alunos tenham um apoio para a construção de seu conhecimento. Além disso, ele permite a comunicação entre tutores e alunos, bem como entre alunos, tornando o aprendizado um processo coletivo e de qualidade.

### 6.2.3 Laboratório de Informática nos Polos

O laboratório de Informática comporta 40 alunos, contendo 20 postos de trabalho, cada um para dois alunos, além do posto do tutor presencial.

Especificação	Quantidade
Computador Core Duo E4300 1.80Ghz FSB 800Mhz, Monitor LCD 17", Teclado, Mouse, Estabilizador	20
Rack 8Us	04
Path panel	08
Switch	05
Alicates	06
Decapadores	06
Push down	06
Testadores de cabo	10
Switch gerenciáveis	04
Access point	04
Roteadores	02

Cada posto contém um equipamento com a seguinte configuração mínima:

Item	Especificação
Processador	Core 2 Duo E4300 1.80Ghz FSB 800Mhz
Memória	1 GB DDR2 667
Disco Rígido	160 GB SATA 2
Drives	DVD-RW
Vídeo	1 interface para vídeo VGA integrado padrão DB-15 pinos
Som	1 Interface de Áudio: Line Out/Line In/ Microfone
Leitor de Cartão	Sim
Rede	(10/100/1000 Mbit)
Teclado	Enhanced Brasil ABNT Variante II, 107 teclas (padrão brasileiro, todos os caracteres da língua portuguesa)
Mouse	PadrãoPS/2
Monitor	LCD 17"
Conexões	1 interface PS/2 para mouse, 1 interface PS/2 para teclado, 1 Interface para rede integrada RJ-45, 1 Interface de Áudio: Line Out/Line In/Microfone, 1 paralela padrão CENTRONICS - EPP/ECP, 1 porta serial COM 1 integrada



	e 1 porta serial COM 2 através de cabo (opcional), 1 interface para vídeo VGA integrado padrão DB-15 pinos, 4 interfaces USB (Universal Serial Bus) 2.0/1.1
Estabilizador	300W REAIS 110/220V ±10% - 50/60Hz

## 6.2.4 Laboratórios de informática do IFCE campus Quixadá

### Equipamentos:

Especificação	Quantidade
Computador Core Duo E4300 1.80Ghz FSB 800Mhz	20
Monitor LCD 17"	20
Teclado	20
Mouse	20
Switch	20
Estabilizador	10
Ar condicionado Spliter	01

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E BAES LEGAIS

### Leis e Decretos

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº. 9394/96. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL/MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico**. MEC/SEMTEC. Brasília, 2000.

BRASIL. **Decreto 2.208/1997**. MEC/SETEC. Disponível em <<http://mec.gov.br>> acesso em janeiro de 2010.

BRASIL. **Decreto 7.415/2010**. MEC/SETEC. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=7599&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7599&Itemid=>) acesso em 10 de julho de 2012.

BRASIL. **Decreto 5.154/2004**. Disponível em <<http://mec.gov.br>> acesso em janeiro de 2010.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos** – SETEC/MEC. Disponível em <<http://catalogonct.mec.gov.br/>> acesso em janeiro 2010.

BRASIL. **CURRÍCULO REFERÊNCIA PARA O SISTEMA e-Tec BRASIL - UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA**. Disponível em <<http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/cr/pretextos/3.html>> acesso em outubro de 2011.

MEC/ IFCE. **Regulamento da Organização Didática**. Fortaleza: IFCE, 2010

### Portarias e Pareceres:

- m) o Parecer CEB/CNE n. 15/98 e da Resolução CEB/CNE n. 03/98 sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio;
- n) o Parecer CEB/CNE n. 01/99 e da Resolução CEB/CNE n. 02/99 sobre as Diretrizes Curriculares para o Curso Normal de Nível Médio;
- o) o Parecer CEB/CNE n. 11/00 e da Resolução CEB/CNE n. 01/00 sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos;
- p) o Parecer CEB/CNE n. 36/04 que propõe reformulação da Resolução CEB/CNE n. 01/00 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- q) o Parecer CEB/CNE 16/99 e da Resolução CEB/CNE n. 04/99 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação profissional de Nível Técnico;
- r) o Parecer CEB/CNE n. 41/02 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a etapa da educação básica no Ensino Médio;
- s) o Parecer CEB/CNE n. 35/03 e da Resolução CEB/CNE n. 01/04 sobre a organização e realização de estágio de alunos do ensino médio e da educação profissional;
- t) o Parecer CEB/CNE n. 16/05 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de serviços de Apoio Escolar;
- u) a Resolução CEB/CEE n. 02/02 que trata das Diretrizes para a Educação Profissional de Nível Técnico no âmbito do Estado do RN;
- v) a Resolução CNE/CEB n. 03/2008 que dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de nível médio;
- w) o Decreto n. 7.415 de 30 de dezembro de 2010 que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO); e
- x) a Portaria n. 1.547, de 24 de outubro de 2011 que altera dispositivos da Portaria n. 25, de 31 de maio de 2007.

O Curso técnico em Alimentação Escolar, na modalidade a distância, faz parte do *Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação*, o PROFUNCIÓNÁRIO, uma iniciativa do governo federal. Tal programa surge como instrumento de qualificação, profissionalização e valorização dos servidores públicos, criado pelo Parecer CNE / CEB nº 16/2005.

Seus marcos legais estruturam-se na Constituição Federal (finalidades e princípios da educação); nos artigos 1º (natureza do processo educativo), 3º (princípios da educação) e 61 (dos profissionais em educação); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº9394/96); no Plano Nacional de Educação – PNE , fixado pela lei nº 10.172/2001; no Decreto 6.094/2007 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso *Todos pela Educação*; além dos pareceres CNE / CEB nos. 15/1998, 03/1998, 1/2005, 4/2006 relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; ao parecer CNE / CEB nº 41/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicadas à Educação à Distância de Jovens e Adultos; além de outros pareceres CNE / CEB relativas à educação profissional.

A análise pedagógica do Curso técnico em Alimentação Escolar a distância, indica que o projeto atende:

- ao que estabelece o Catálogo Nacional para os Cursos Técnicos no que tange à nomenclatura do curso analisado, eixo tecnológico e carga horária mínima obrigatória a ele pertinente;
- às Diretrizes Curriculares para os Cursos Técnicos quanto à estrutura do projeto (itens e subitens por elas indicados), organização didático-pedagógica e curricular e normas internas da Instituição;
- ao perfil de conclusão, às competências e às habilidades profissionais enunciadas no projeto, visto estarem em consonância com o exposto no Catálogo Nacional para os Cursos Técnicos do Eixo Tecnológico Apoio Educacional, com o Decreto 7.415/2010 e com as orientações emanadas do MEC;
- ao que se estabelece como objetivos para o curso, em relação á matriz curricular por sua coerência e adequação ao perfil de formação;
- ao que se pede quanto à existência e ou previsão de aquisição de materiais, ferramentas, equipamentos, acervo bibliográfico e laboratórios destinados ao desenvolvimento das atividades do curso, nessa modalidade de ensino.

Diante do exposto, recomenda-se a aprovação do curso.

Este é o parecer.

Fortaleza, 10 de agosto de 2012

Equipe pedagógica da PROEN



## Projeto Pedagógico

*Curso Técnico de Alimentação  
Escolar na Modalidade à  
Distância*

*Eixo Tecnológico: APOIO EDUCACIONAL*

# PROGRAMA PROFUNSIONÁRIO

Julho, 2012



**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Dilma Vana Rousseff

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

Aloizio Mercadante

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Nelson Maculan Filho

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Eliezer Moreira Pacheco

**COORDENADOR NACIONAL DO E-TEC**

Marcelo Camilo Pedra



**REITOR**

Cláudio Ricardo Gomes de Lima

**PRÓ-REITOR DE ENSINO**

Gilmar Lopes Ribeiro

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

Glória Maria Marinho Silva

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**

Francisco Gutemberg Albuquerque Filho

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Francisco Tasso Lofti

**DIRETOR DO CAMPUS QUIXADÁ**

Aristides de Souza Neto

**DIRETORA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Cassandra Ribeiro Joye

**DEPARTAMENTO DE ENSINO**

Eduardo Lúcio Guilherme Amaral

**COORDENADOR DO PROGRAMA ESCOLA TÉCNICA ABERTA DO BRASIL – IFCE**

Márcio Daniel Santos Damasceno

**COORDENADORA ADJUNTA DO PROGRAMA ESCOLA TÉCNICA ABERTA DO BRASIL IFCE**

Ana Cláudia Uchôa Araújo

**COORDENADOR DO INSTITUCIONAL DO PROFUNCIÓNÁRIO**

Lucas da Silva

**COORDENADORA DO CURSO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Jaqueline Maria Coêlho Freitas

## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	05
2	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	07
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	08
	3.1. Justificativa	08
	3.2. Objetivos	11
	3.3. Requisitos de Acesso	12
	3.4. Áreas de Atuação	13
	3.5. Perfil Profissional do Egresso	14
	3.6. Metodologia de Ensino	15
4	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	18
	4.1 Fundamentos Pedagógicos	18
	4.2 Matriz Curricular	21
	4.3 Programas de Unidade Didática	24
	4.4 Prática Profissional Supervisionada	51
	4.5 Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos	52
	4.6 Critérios de Avaliação da Aprendizagem	52
	4.7 Diploma	54
5	PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	55
	5.1 Pessoal Docente	55
	5.2 Pessoal Técnico-Administrativo	55
6	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	56
	6.1 Estrutura Física dos Polos	56
	6.2 Infraestrutura de Laboratórios e Ambientes de Aprendizagem	57
	6.2.1 Videoconferência no Campus de Quixadá	57
	6.2.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem	57
	6.2.3 Laboratório de Informática nos Polos	58
	6.2.4 Laboratório de Informática do IFCE Campus de Quixadá	59
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BASES LEGAIS	60

## 1. APRESENTAÇÃO

Este documento é fruto do esforço articulado das mais diversas instâncias do serviço público, federal e estaduais e do movimento nacional dos trabalhadores em educação, com o fito de promover a qualificação e formação profissional e técnica de nível médio dos servidores públicos dos sistemas de ensino básico, oferecidos pelos estados e pelos municípios. Neste sentido, faz parte do *Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação*, o PROFUNCIÓNÁRIO. Tal programa surge como instrumento de qualificação, profissionalização e valorização dos servidores públicos, criado pelo Parecer CNE/CEB nº 16/2005. Assim, o PROFUNCIÓNÁRIO se consolida a partir de uma proposta pedagógica pensada para superar as barreiras entre qualificação técnica e sua dimensão humanística, entre a formação cidadã e as competências instrumentais voltadas para o mundo do trabalho. Sua essência baseia-se no comprometimento com a ética, sob a perspectiva do aprimoramento do serviço público, na construção da educação de qualidade para todos e na superação das desigualdades sociais.

Visando democratizar o acesso à educação de qualidade, tal programa se estrutura na modalidade à distância, compreendida como uma ferramenta tecnológica imprescindível na superação dos desafios demandados pela nova *Sociedade do Conhecimento*. Esta modalidade tem como razão de ser, não somente a prática da educação continuada, compreendida como instrumento de desenvolvimento do potencial humano, como também articulada à formação humana geral, que não seja necessariamente orientada para o mercado, mas que não prescinda da orientação para o mundo do trabalho, dimensão necessária para conquista, afirmação e expressão da dignidade humana em toda a sua essência. Seus marcos legais estruturam-se nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal (finalidades e princípios da educação); nos artigos 1º (natureza do processo educativo), 3º (princípios da educação) e 61 (dos profissionais em educação) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº9394/96); no Plano Nacional de Educação – PNE, fixado pela lei nº 10.172/2001; no Decreto 6.094/2007 que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso *Todos pela Educação*; além dos pareceres CNE / CEB nos. 15/1998, 03/1998, 1/2005, 4/2006 relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; ao parecer CNE / CEB nº 41/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicadas à Educação à Distância de Jovens e Adultos; além de outros pareceres CNE / CEB relativas à educação profissional.

Esse roteiro tem continuidade com a Portaria Normativa MEC nº 25/2007, que instituiu o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público – PROFUNCIÓNÁRIO, objetivando, através do ensino a distância, oferecer uma formação técnica em nível médio aos funcionários das redes públicas de educação básica dos sistemas de ensino, nas habilitações de Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Meio ambiente e Manutenção da Infraestrutura. Sendo que o Decreto nº 7.415 30 de dezembro de 2010 institui a Política nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, e no seu artigo 6º redimensiona o rol de cursos, ficando estabelecido o seguinte elenco de cursos técnicos: i. Secretaria Escolar; ii. Alimentação Escolar; iii. Infraestrutura Escolar; iv. Multimeios Didáticos; v. Biblioteconomia; e vi. Orientação Comunitária.

Neste ínterim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, realizou em 2008 e 2009 a formação de tutores para atuar no PROFUNCIÓNÁRIO, inicialmente, coordenado e executado pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará. Com a Resolução nº 05 de março de 2012 ficou estabelecido o apoio financeiro aos Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para a



formação dos profissionais da educação das redes públicas da educação básica. A partir de então, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, através da Rede E-Tec, torna-se instituição responsável pela consecução dos objetivos do Programa no Ceará, estabelecendo, em parceria com as secretarias municipais de educação e a Secretaria Estadual de Educação, os cursos prioritários, a saber: Secretaria Escolar, Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar.

Em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional e com as diretrizes do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO), este documento apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes do Curso Técnico em Alimentação Escolar. Em todos os elementos, estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta prática pedagógica.

## 2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

### CURSO TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

<b>Denominação:</b>	Curso Técnico em Alimentação Escolar
<b>Eixo Tecnológico:</b>	Apoio Educacional
<b>Titulação Conferida:</b>	Técnico em Alimentação Escolar
<b>Nível:</b>	Médio
<b>Forma de Ingresso:</b>	Exame de Seleção
<b>Requisito de Acesso:</b>	Conclusão do Ensino Médio e estar de acordo com os requisitos da resolução MEC 7415/10, de 30 de dezembro de 2010, e com a Portaria n. 1.547/2011.
<b>Modalidade:</b>	A distância
<b>Número de Vagas Anuais:</b>	40 (Quarenta)
<b>Turno de Funcionamento ( presencial):</b>	Matutino e vespertino
<b>Início do Curso:</b>	2012.2
<b>Carga Horária das Disciplinas:</b>	1280 (hum mil, duzentos e oitenta)
<b>Prática Profissional Supervisionada (PPS):</b>	300 (trezentos)
<b>Carga Horária Total (Incluindo PPS)</b>	1680 (hum mil, seiscentos e oitenta)
<b>Sistema de Carga Horária</b>	Crédito. (1 Crédito = 20 horas)

### 3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

#### 3.1 Justificativa

O Programa Nacional de Valorização dos Profissionais da Educação nasce de uma conjuntura que aponta para a superação da dívida histórica que o Brasil tem para com o seu povo e que nos mantém como uma das nações mais desiguais do mundo, malgrado o desenvolvimento econômico experimentado no último século. Construir uma sociedade mais justa e que distribua de maneira mais equânime os frutos do trabalho de seu povo significa criar oportunidades iguais para todos e oferecer as condições básicas para que, através da organização, mobilização e participação, a sociedade logre transformar o panorama que ainda hoje se nos impõe.

A educação, como comprovam unanimemente todas as estatísticas e pesquisas, é uma ferramenta de transformação. Transformação não só individual, no sentido da conquista da dignidade pessoal, como também transformação social, no sentido da construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Neste esforço, o país já alcançou o feito, considerado distante há poucas décadas, de universalizar o acesso à educação básica, com praticamente todas as crianças em idade escolar. Só que, necessariamente, urge agora, transformar a escola. É necessário que ela passe a se integrar no cotidiano, oferecendo um ensino de qualidade e representando as justas aspirações do povo brasileiro.

No caso específico da educação profissional e tecnológica, pretende-se avançar para além dos estreitos horizontes da idéia de qualificação profissional. A formação profissional deve vincular-se à vida na sua integralidade, e não somente, ao adestramento puro e simples do homem como apêndice de um mercado orientado apenas para a realização do lucro. O novo homem que inspira a nossa vocação pedagógica é um ser para o qual a educação é um processo contínuo, orquestrado num processo de contínua reinvenção de si mesmo que aponta no caminho da autonomia. Desta feita, considera-se a vocação do homem para aprender e, aprendendo, reinventar-se, de maneira que possa, livre para o desenvolvimento de suas potencialidades, orientar-se num mundo em perene transformação.

O programa a qual este projeto se refere, é apenas uma das ações voltadas para a consecução deste objetivo maior: o da educação como instrumento de autonomia do cidadão. Entretanto, dada as suas características específicas, faz-se necessária a sua compreensão sob um contexto dado: o da recuperação, valorização e construção da identidade dos trabalhadores em educação. Em primeiro lugar, não se concebe que uma escola que aspire ao cumprimento do seu papel universalizante, prescindia de profissionais capazes de geri-la com respeito à ética, compromisso, capacidade técnica e espírito público. Em segundo lugar, levar a escola ao centro do processo de transformação da sociedade brasileira significa valorizar todos aqueles que contribuem na sua construção. E, finalmente, em terceiro lugar, capacitar, formar e habilitar os trabalhadores em educação para a consecução dos objetivos escolares, significa dotá-los do espírito que orienta o próprio processo escolar, ou seja, o da contínua reinvenção de si mesmos e do mundo.

Em virtude disso, o Ministério da Educação, juntamente com a CONSED, a UNDIME e a CNTE vêm acolhendo a política de valorização dos trabalhadores, como uma das principais vias promotoras da qualidade social da educação básica escolar, no intuito de garantir a efetivação do preceito da Constituição Federal de que o ensino seja ministrado com base em princípios como o da “*valorização dos profissionais da educação escolar...*” (CF 88, Art. 206 – V), assim como o da Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDBEN), no tocante à determinação do princípio da “*valorização do profissional da educação escolar*” (Lei nº 9.394/1996 Art. 3º - VII) e, ainda, o do Decreto 6.094/2007, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, quando este fixa como uma das diretrizes desse Plano “a instituição de programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação” (Art.2º - XII).

Outro importante instrumento para a política de valorização desses profissionais é o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001. No conjunto de suas metas, ele fixa que, nos sistemas de ensino, há a necessidade de identificação e mapeamento de “*as necessidades de formação inicial e continuada do pessoal técnico administrativo, elaborando e dando início à implementação, (...) de programas de formação e criar, no prazo de dois anos, cursos profissionalizantes de nível médio destinados à formação de pessoal de apoio para as áreas de administração, multimeios e manutenção de infra-estruturas escolares, inclusive para alimentação escolar e, a médio prazo para outras áreas que a realidade demonstrar ser necessário*”.

Na concretização dessa intenção, tem sido gestada uma série de ações, tais como, a implantação da Rede Nacional de Formação Continuada, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a elaboração e implementação do Pró-Infantil, entre tantas outras.

Nesse sentido, a criação da política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, que visa a atender mais de um milhão de funcionários caracterizados como “não-docentes”, distribuídos nas duzentas mil escolas públicas do país, encarregados do desempenho de tarefas consideradas “inferiores” e por isso, vistas com certo preconceito, é uma ação positiva e estratégica, no sentido de contribuir para a formação e afirmação da sua identidade profissional, respaldada pela formação integral desses trabalhadores em educação, que também podem ser vistos como educadores.

Assim, a criação do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação surge como uma ferramenta de formação específica, requerida por uma área que veio a ser criada pelo Conselho Nacional de Educação (a esse respeito ver o Parecer CNE/CEB nº 16/2005, que trata da criação da área de Serviços de Apoio Escolar, bem como a Resolução CNE/CEB nº. 05/2005, que propõem, respectivamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar e inclui nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº. 04/99, a 21ª Área de Serviços de Apoio Escolar).

Em função dessa política nacional implementada, o IFCE propõe-se a oferecer o Curso Técnico em Alimentação Escolar, por entender que contribuirá para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Alimentação Escolar, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico do Ceará articulado aos processos de democratização e justiça social.

Dentro do processo de enfrentamento desses desafios, o segmento do pessoal de apoio às atividades pedagógicas precisa ser contemplado com ações efetivas que permitam a sua formação profissional para ter um desempenho mais eficiente e comprometido com as atividades fins da instituição escolar e com o papel social da educação.

Diante do exposto, constata-se que existe um grande número de servidores no Brasil trabalhando em instituições de ensino sem nenhuma qualificação profissional para as funções que exercem, além de demonstrarem uma baixa autoestima, uma vez que não são considerados competentes para o exercício da função que desempenham.

Com a formação técnica em Alimentação escolar, os servidores da rede pública do Ceará serão habilitados a desenvolver suas atividades com maior habilidade e competência, com domínio dos principais conhecimentos da profissão, aplicando o conhecimento científico e tecnológico transmitidos nas práticas da educação alimentar, como diagnosticar casos de subnutrição e obesidade, desenvolver cardápios e desenvolver técnicas de higiene e segurança alimentar na escola, além de auxiliar a sua experiência profissional.

### **3.2 Objetivos**

Gerais:

- Promover a formação profissional técnica de nível médio, à distância, para profissionais da educação que atuam em áreas de apoio às atividades pedagógicas e administrativas nas escolas públicas de educação básica, com o entendimento de educação e de escola como espaços coletivos de formação humana, de diversidade étnica cultural, bem como do desenvolvimento de competências para atuar numa habilitação específica, sem perder a noção da totalidade da função social da educação.
- Profissionalizar trabalhadores para atuarem como técnico na educação, valorizando o seu papel como trabalhador da educação por meio da qualificação e melhoria da sua prática.

Objetivos específicos:

- Realizar atividades vinculadas ao desenvolvimento da Alimentação Escolar com base no entendimento das questões essenciais como, planejamento, elaboração e desenvolvimento de processos que estão vinculadas a esta área de atuação.
- Desenvolver consciência crítica e ética dos trabalhadores em educação frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de

comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho.

- Refletir acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber.

### **3.3 Requisitos de Acesso**

O ingresso no curso Técnico em Alimentação Escolar, na modalidade a distância, só poderá ser realizado por trabalhadores que exercem funções administrativas nas escolas das redes públicas estaduais e municipais da educação básica. O candidato deve atender aos seguintes requisitos:

a) ser portador do certificado de conclusão do ensino médio, ou documento equivalente, podendo ser oferecido concomitante ao ensino médio, de acordo com a Portaria n. 1.547/2011; e;

b) estar em efetivo exercício da função nas escolas das redes estadual ou municipal.

c) não estar matriculado em outro curso do mesmo nível.

O processo de seleção é específico e especial, de caráter classificatório, com publicação em Edital, do qual constará o curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção e demais informações úteis.

Poderá também haver seleção, através de chama pública, específica para funcionários pré-inscritos, oriundos de levantamento de demandas prioritárias junto às Secretarias Municipais de Educação e Representação de Ensino da Secretaria de Estado da Educação, em cada Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação e/ou Município onde as vagas serão ofertadas, com apoio dos Sindicatos de Servidores de Educação e dos representantes locais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Nesses casos as vagas serão exclusivas aos funcionários de escolas públicas municipais e/ou estaduais em efetivo exercício da função.

No caso das vagas ofertadas, que não sejam plenamente preenchidas pelos servidores das escolas públicas, o IFCE, através da pró-reitoria de ensino, poderá publicar edital complementar estendendo as vagas remanescentes à comunidade.

### **3.4 Área de Atuação**

O Técnico em Alimentação Escolar, na modalidade a distância, deverá ser um profissional com competências e habilidades técnicas para atuar nas atividades voltadas à Alimentação Escolar. Assim, o Técnico estará capacitado para atuar em:

- Escolas públicas e privadas;
- Centros de formação profissional;
- Centros de capacitação de pessoal;
- Órgãos de sistemas e redes de ensino.

### **3.5. Perfil Profissional do Egresso**

O profissional técnico de nível médio em Alimentação Escola, na modalidade a distância, deve apresentar um conjunto de conhecimentos, atitudes e habilidades que permitam a sua atuação em Alimentação Escolar. Deverá demonstrar as seguintes competências:

- elaborar cardápios escolares de alto valor nutritivo, baixo custo, preparo rápido e sabor regionalizado e sazonal;
- ter domínio dos principais conhecimentos da profissão, integrando os conhecimentos científicos e tecnológicos transmitidos e produzidos, além de ressignificar a sua experiência profissional;
- conhecer na teoria e na prática os valores nutricionais dos alimentos, à luz dos aportes da química e da biologia, bem como a oferta regional de nutrientes de origem animal, vegetal e mineral em suas variações culinárias;
- ter conhecimento dos fundamentos e das práticas da educação alimentar nas diferentes fases da vida humana, assim como nas situações familiar, pessoal e escolar;
- diagnosticar na escola casos de subnutrição, obesidade e outros estados que exigem processo de reeducação alimentar;
- conhecer várias opções de receitas e de preparação de alimentos compatíveis com as refeições escolares, a partir da oferta regional e das estações do ano;
- escolher e planejar cardápios escolares a partir da elaboração das alternativas criadas pelos nutricionistas, quando houver;
- ter conhecimento do mercado local de oferta de alimentos industriais, semielaborados e in-natura; e ser capaz de sugerir a compra dos insumos para a preparação semanal da merenda na escola;
- conhecer teorias e práticas do manejo de hortas domiciliares e escolares, como suporte parcial dos insumos da merenda escolar;
- dominar as técnicas de relações humanas com crianças, adolescentes e adultos, no sentido de acompanhá-los em sua educação alimentar, inclusive no consumo das refeições e alimentos escolares;
- ter domínio dos princípios e práticas da organização de uma cantina e cozinha escolar, como também o funcionamento e reparo dos seus equipamentos;

- conhecer os princípios e as técnicas de higiene e segurança do trabalho referentes à sua área de atuação na escola, incluindo práticas de conservação e armazenamento de alimentos e correto manejo do lixo;
- conhecer as políticas nacionais de abastecimento, de produção de alimentos e de alimentação escolar no contexto nacional;
- conhecer os princípios das dietas alimentares, a composição dos nutrientes e as quantidades adequadas para a merenda escolar na condição de alimentação diária e semanal de crianças, adolescentes, jovens e adultos;
- ter habilidade para dialogar com os profissionais das diversas áreas da educação e esforçar-se para praticar a interdisciplinaridade na educação alimentar e na oferta de merenda escolar;
- comunicar-se com os estudantes antes e durante a oferta dos alimentos, conduzindo-os para saber decidir a quantidade adequada e a qualidade das suas escolhas;
- criar e manter hábitos saudáveis como educador da alimentação escolar e auxiliar a comunidade escolar e familiar a adquirir hábitos saudáveis;
- ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- conhecer e aplicar normas de sustentabilidade ambiental, respeitando o meio ambiente e entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço e história;
- ter atitude ética no trabalho e no convívio social, compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo e perceber-se como agente social que intervém na realidade;
- ter iniciativa, criatividade, autonomia, responsabilidade, saber trabalhar em equipe, exercer liderança e ter capacidade empreendedora; e
- posicionar-se crítica e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.

### **3.6 Metodologia de Ensino**

O curso técnico de Alimentação Escolar é produzido, gerenciado, oferecido e efetivado na modalidade de ensino à distância (EaD), na metodologia semi-presencial.

Considerada, especificamente, sob o prisma da universalização da oferta, tal modalidade apresenta vantagens óbvias se comparada ao modelo tradicional de ensino presencial. Entretanto, é necessário ressaltar que tal modalidade enseja e estimula a autonomia do sujeito, fundada no sentimento de segurança em relação às próprias capacidades. Ao mesmo tempo, a experiência semi-presencial permite que o aluno desenvolva linguagens e expressões adequadas aos mais diversos ambientes, interagindo em contextos complexos, em diferentes situações de aprendizagem.

Os princípios metodológicos que orientam este projeto estão alicerçados nos seguintes pressupostos filosóficos e pedagógicos:

- a) *Vocação do ser humano para o conhecimento e para a aprendizagem, independentemente de fatores genéticos, ambientais, sociais ou políticos.*
- b) *Respeito e compreensão aos ritmos diversos de aprendizagem de acordo com a subjetividade de cada um.*
- c) *Compreensão da educação como processo criativo;*
- d) *Unidade formal do conhecimento científico, sendo a fragmentação apenas expressão cultural e didático-pedagógico de apresentação de conteúdos. Instrumentos teóricos, tais como a interdisciplinaridade e a contextualização, são fundamentais para superação da fragmentação do conhecimento.*
- e) *Articulação entre a pesquisa científica e os seus conteúdos curriculares, como instrumento de criação do conhecimento, e não somente, repetição.*
- f) *Valorização dos conhecimentos e experiências prévias dos alunos no processo educativo.*
- g) *Compreensão da educação profissional como esfera de realização humana, na medida em que propicia o desenvolvimento de habilidades e competências próprias ao mundo do trabalho.*
- h) *Rejeição da educação instrumental e bancária.*
- i) *Articulação entre teoria e prática.*

O conjunto de todas essas ações pedagógicas proporciona ao corpo discente uma estrutura de ensino-aprendizagem que valoriza a participação efetiva do aluno no desenvolvimento das habilidades necessárias para o pleno exercício de sua profissão e de sua vida cidadã.

Durante o curso haverá momentos presenciais e a distância. Os encontros presenciais por disciplina correspondem a, no mínimo, 20% da carga horária, de forma que os alunos possam interagir com todos os Tutores a Distância das respectivas disciplinas nos cursos. Adicionalmente, ocorrem encontros presenciais que poderão ser adicionados para acompanhamento/revisão quando se evidencia baixo desempenho dos alunos ou necessidade de revisão de conteúdo.

Cada disciplina prevê a utilização do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões



dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, são momentos em que os professores devem aproveitar para desenvolver atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da utilização de aulas práticas, seminários, visitas técnicas e estudos de caso.

No ambiente virtual são previstas a utilização de ferramentas de desenvolvimento de estudos que coloquem o aluno em contato com atividades diferenciadas, provendo assim um leque de opções para o auxílio à melhoria do auto desenvolvimento dos conhecimentos estudados pelos alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

A interação a distância acontece com a mediação dos meios de comunicação síncronos e assíncronos, predominantemente por meio do Ambiente Virtual (chats, fóruns de discussão, tarefas, atividades, entre outros) e de forma complementar por outros meios como telefone, fax, e-mail, listas, videoconferência e ainda pelos materiais didáticos impressos e em meio digital.

Durante as interações presenciais e/ou à distância, o papel do tutor é fundamental, pois a tutoria é elemento essencial no processo de aprendizagem à distância e agente direto de interação entre professor e conteúdo.

As principais funções da tutoria objetivam apoiar a aprendizagem à distância, visando à formação do saber, do saber-fazer e do saber-ser. Dentre outras funções, destacamos:

- Orientar e estimular os alunos no processo de ensino/aprendizagem;
- Manter contato constante com os alunos enviando notícias do curso, lembretes, motivando a uma participação mais ativa,
- Sugerir materiais e leituras complementares;
- Promover a adesão de alunos periféricos por meio de estratégias personalizadas;
- Atender dúvidas metodológicas e de conteúdo em conjunto com o professor responsável por sua produção;
- Avaliar as atividades realizadas a distância.

Outro aspecto a ser enfatizado é que as potencialidades pedagógicas das diversas mídias devem ser maximizadas, visando o atendimento às diversas necessidades e múltiplos perfis, que são característicos do aluno que estuda a distância, possibilitando a ele um retorno efetivo às dúvidas e anseios, bem como propiciando o diálogo necessário no processo de análise e produção do conhecimento na área de Informática. Portanto, faz-se a opção por utilizar concomitantemente diversas tecnologias, tais como o material impresso; ambiente virtual de aprendizagem (AVA); videoconferência, além do apoio dos tutores presenciais no polo.

A diversidade de mídias e de suportes de aprendizagem transforma a comunicação educativa em uma poderosa ferramenta capaz de minimizar a barreira (mas não eliminar) da separação física e do tempo entre professor (tutor) e aluno, além de proporcionar um aumento substancial do nível de interação e interatividade.

Nesse sentido, a videoconferência vem contribuir, também, para a comunicação síncrona entre professores e alunos, por propiciar uma efetiva participação, expondo ideias, discussões, além disso, por proporcionar visualização poderá contribuir para a construção de modelos mentais de objetos ou de processo a eles associados.

## **4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

### **4.1 Fundamentos Pedagógicos**

Os fundamentos pedagógicos do curso técnico de Alimentar Escolar baseiam-se nos princípios norteadores da educação profissional em nível técnico explicitados no artigo 3º da LDB 9394/96, bem como nos princípios abaixo, conforme a Resolução CEB Nº 04, de dezembro de 1999, que trata da instituição das Diretrizes Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico:

- I - independência e articulação com o ensino médio;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III - desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- IV - flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI - atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII - autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

Considerando os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, o Profuncionário leva em conta as competências gerais atribuídas ao técnico em Serviços de Apoio à Educação pela Câmara de Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação –CNE, por meio do Parecer nº 16/2005, a saber:

- identificar o papel da escola na construção da sociedade contemporânea; Além dos perfis específicos (a partir do 3.4.3.1), as quatro categorias de técnicos têm como base estas competências gerais.
- assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir de estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento da educação escolar;
- identificar as diversas funções educativas presentes na escola;
- reconhecer e constituir a identidade profissional educativa em sua ação nas escolas e em órgãos dos sistemas de ensino;
- cooperar na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da instituição de ensino;
- formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa;
- dialogar e interagir com os outros segmentos da escola no âmbito dos conselhos escolares e de outros órgãos de gestão democrática da educação;
- coletar, organizar e analisar dados referentes à alimentação escolar, à alimentação escolar;
- redigir projetos, relatórios e outros documentos pertinentes à vida escolar, inclusive em formatos legais para as diversas funções de apoio pedagógico e administrativo.

Acrescentam-se, na tentativa de tornar mais específica a profissão, as seguintes competências:

- identificar e reconhecer a escola como uma das instituições sociais e nela desenvolver atividades que valorizem as funções da educação;
- descrever o papel do técnico em educação na educação pública do Brasil, de seu estado e de seu município;
- atuar e participar como cidadão, técnico, educador e gestor em educação nas escolas públicas, seja da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios;
- compreender que na escola todos os espaços são de vivência coletiva, nos quais deve saber atuar como educador;
- participar e contribuir na construção coletiva do projeto político pedagógico da escola em que trabalha de maneira a fazer avançar a gestão democrática;
- representar, nos conselhos escolares, o segmento dos funcionários da educação;
- compreender e assumir a inclusão social como direito de todos e função da escola;
- elaborar e articular com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e pais, projetos educativos que assegurem a boa qualidade da educação na escola, bem como o cumprimento dos objetivos pactuados em seu projeto político-pedagógico;
- diagnosticar e interpretar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional;
- manusear aparelhos e equipamentos de tecnologia, colocando-os a serviço do ensino e das aprendizagens educativas e formativas;
- investigar e refletir sobre o valor educativo das suas atividades no contexto escolar, para poder criar melhores e mais consistentes condições para realizá-las;
- transformar o saber fazer da vivência em prática educativa para a construção de outras relações sociais mais humanizadas.

Na organização curricular proposta, a abordagem dos conteúdos está voltada para as necessidades e especificidades da habilitação pretendida e as disciplinas têm carga horária compatível aos conhecimentos nelas contidos.

Com duração de dois anos, divididos em 04 (quatro semestres letivos), o curso tem uma carga horária total de 1.680 horas, incluindo 300h de prática profissional supervisionada que é obrigatório ao aluno.

## **4.2 Matriz Curricular**

A organização curricular do Curso observa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Lei n. 9.394/96, alterada pela Lei n. 11.741/2008, bem como nos princípios e diretrizes definidos pelo Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

O curso possui uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB n. 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB n. 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial n. 870/2008.

A organização curricular está organizada da seguinte forma: um Núcleo com seis módulos de Formação Pedagógica, um Núcleo com três módulos de Formação

Técnica Geral, e um Núcleo Específico para cada curso com sete módulos de Formação Técnica Específica. O curso terá, no máximo, 80% de sua carga horária oferecida na modalidade à distância através do Ambiente Virtual de Aprendizagem — AVA, MOODLE e 20% presencial.

Com duração de dois anos, divididos em 04 (quatro) semestres letivos, o curso tem uma carga horária total de 1.680 (um mil seiscentos e oitenta) horas organizada por módulos sequenciais, distribuídas da seguinte forma: 320 (trezentos e vinte) horas destinadas aos módulos que compõem o Núcleo de Formação Pedagógica, 400 (quatrocentas) horas destinadas aos módulos que compõem o Núcleo de Formação Técnica Geral, 660 (setecentos e sessenta) horas destinadas aos módulos que compõem o Núcleo de Formação Específica e 300 horas destinadas à Prática Profissional Supervisionada (PPS).

O curso é estruturado numa sequência lógica e contínua através de módulos que compõem a matriz curricular, que deverão estar articulados entre si, fundamentados nos conceitos de interdisciplinaridade e de contextualização com a formação do profissional Técnico em Alimentação Escolar.

A distribuição dos componentes curriculares com sua carga horária, bem como a sua sequência é apresentada no quadro a seguir.

**CURSO TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
A DISTÂNCIA-ETEC/ PROFUNCIÓNÁRIO**

<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA</b>					<b>SEMESTRES</b>
<b>Módulo Introdutório</b>					
<b>Unidade curricular</b>	<b>Ch T/P</b>		<b>CH Total</b>		
	<b>T</b>	<b>P</b>			
Fundamentos e Práticas da EaD	32	08	<b>40</b>		
<b>Módulos pedagógicos</b>					
Educação: tempos históricos.	64	16	80h	1°	
Homem, Pensamento e Cultura: abordagem filosófica e antropológica.	48	12	80h	1°	
Relações Interpessoais: abordagem psicológica.	48	12	60h	1°	
Educação, Sociedade e Trabalho	64	16	80h	1°	
<b>Sub-total CH</b>	<b>256</b>	<b>64</b>	<b>320</b>		
<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO TÉCNICA GERAL</b>					
Direito Administrativo e do Trabalho	64	16	80h	2°	
Informática Básica e Aplicada à Educação	64	16	80h	2°	
Produção Textual na Educação Escolar	64	16	80h	2°	
Gestão da Educação Escolar	64	16	80h	2°	
Higiene e Segurança nas Escolas	64	16	80h	2°	
<b>Sub-total CH</b>	<b>320</b>	<b>80</b>	<b>400</b>		
<b>NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</b>					
Alimentação e Nutrição no Brasil	64	16	80h	2°	
Alimentação Saudável e Sustentável	64	16	80h	3°	
Políticas de Alimentação Escolar	64	16	80h	3°	
Produção e Industrialização de Alimentos	96	24	120h	3°	
Organização e Operação de Cozinhas Escolares	96	24	120h	3°	
Planejamento e Preparo de Alimentos	80	20	100h	3°	
Cardápios Saudáveis	64	16	80h	3°	
<b>Sub-total CH</b>	<b>528</b>	<b>132</b>	<b>660</b>		
<b>Total de carga-horária de módulos</b>			<b>1380</b>		
<b>NÚCLEO DE EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA (PPS)</b>					
Prática como Componente Curricular: vivência da ação educativa	<b>300</b>		<b>300</b>	4°	
<b>Carga Horária Total</b>			<b>300</b>		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL COM PPS</b>			<b>1680</b>		

**4.3 Programas de Unidades Didáticas – PUD**

Abaixo são apresentados os Programas de Unidades Didáticas das disciplinas componentes da matriz curricular mencionada:

**f) Primeiro Semestre**

**DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EAD**

<b>Código:</b>	FPEAD
<b>Carga Horária:</b>	40
<b>Número de</b>	2
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	1º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
O papel das tecnologias da informação e da comunicação nos processos de ensino e aprendizagem. Os principais aspectos e elementos constitutivos da educação a distância enquanto sistema de ensino. A educação a distância no contexto da sociedade contemporânea e o seu papel na ampliação das oportunidades de acesso à educação continuada.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o papel das tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem, como também os principais aspectos e elementos constitutivos da Educação a Distância como sistema de ensino.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Tecnologia: Conceitos fundamentais e teorias; 2. As tecnologias da informação e da comunicação no nosso cotidiano; 3. O que é Educação a Distância; 4. Modelos e sistemas de educação a distância; 5. Mídias e materiais didáticos na EaD.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da realização de seminários e atividades escritas em equipes. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também seminários e avaliações escritas presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p> <p>KRAMER, Érika A. et. al. Educação a Distância: da teoria à prática. Porto Alegre: Alternativa. 1999.</p> <p>LÉVI, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.</p> <p>LIMA, A. A. Fundamentos e Práticas na EaD. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>AVERBUG, Regina. Material didático impresso para Educação a Distância: tecendo um novo olhar. Colabor@ - Revista Digital da CVA - RICESU, v. 2, n. 5, p. 16-31, agosto 2003. Disponível em &lt;<a href="http://www.ricesu.com.br/colabora/n5/artigos/n_5/pdf/id_02.pdf">http://www.ricesu.com.br/colabora/n5/artigos/n_5/pdf/id_02.pdf</a>&gt; Acesso em 10/06/2007.</p> <p>BENAKOUCHE, Tâmara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. Florianópolis: Cadernos de Pesquisa, n. 17, setembro de 1999.</p> <p>Kurz, Robert. A Ignorância da sociedade do conhecimento. Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2002 – Caderno Mais, p. 14-15. Disponível em: &lt;<a href="http://www.folha.com.br">www.folha.com.br</a>&gt;.</p> <p>McLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensão do homem. São Paulo: Cultrix, 2001.</p>	

<b>Coordenador do Curso</b> _____	<b>Setor Pedagógico</b> _____
--------------------------------------	----------------------------------

### DISCIPLINA: EDUCAÇÃO: TEMPOS HISTÓRICOS

**Código:** EDUTH

**Carga Horária:** 80

**Número de** 4

**Código pré-** NÃO HÁ

**Semestre:** 1º

**Nível:** TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### EMENTA

A educação e a escola através dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. As tendências pedagógicas da educação. Educação e ensino. Processos educativos: continuidades e descontinuidades. Diversidade étnico-cultural: homens e mulheres sujeitos históricos.

#### OBJETIVO

- Apropriar-se de conhecimentos históricos e de interpretações da escola e da educação como espaços coletivos de formação humana, de contradições, de diversidade étnico-cultural.
- Compreender a educação e a escola como parte da cultura de um povo, num determinado tempo e espaço.
- Perceber a constituição dos processos históricos e sua vinculação as ações sociais promotoras de movimentos constantes de transformação, de rupturas ou de continuidades.

#### PROGRAMA

1. A Educação escolar nas províncias e a descentralização do ensino; 2. Manifestos de educação: ao povo e ao governo; 3. O golpe militar e a educação pública; 4. Redemocratização: cidadãos e consumidores; 5. Identidade profissional e o projeto político-pedagógico; 6. Políticas para a educação pública: direito e gestão.

#### METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da utilização de reflexões sobre textos, discussões em grupo, seminários e produção textual. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

#### AValiação

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também seminários, trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas presenciais.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Cunha. **Gaiolas e asas**. www.rubemalves.com.br  
SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.  
SILVA, M. A. **Educadores e educandos: tempos históricos**. 4.ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.  
TEIXEIRA, Anísio Espíndola. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>FERNANDES, Florestan. <b>Mudanças sociais no Brasil</b>. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difel, 3. ed., 1979.</p> <p>HILSDORF, Maria Lucia. S. <b>História da educação brasileira: leituras</b>. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.</p> <p>MONLEVADE, João Antonio Cabral. <b>Funcionários das escolas públicas</b>: educadores profissionais ou servidores descartáveis. Brasília: s/d.</p> <p>RIBEIRO, Maria Luisa. <b>História da Educação Brasileira</b>. São Paulo: Cortez, 10ª ed., 1990.</p> <p>STEPHANOV, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). <b>Histórias e memórias da educação no Brasil</b>. Sec. XXI. Petrópolis: Vozes, v. II, 2005.</p>	
<b>Coordenador do Curso</b> <hr/>	<b>Setor Pedagógico</b> <hr/>

<b>DISCIPLINA: HOMEM, PENSAMENTO E CULTURA: ABORDAGEM FILOSÓFICA E ANTROPOLÓGICA</b>	
<b>Código:</b>	HOCAF
<b>Carga Horária:</b>	60
<b>Número de</b>	3
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	1º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>Processo de construção da cidadania. Filosofia como instrumento de reflexão e prática. Ética, moral e política. O ambiente físico e social. Relações homem-natureza. Aspectos e valores culturais. Linguagem e comunicação.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apropriar-se e criar condições teórico-práticas com as quais problematizar, investigar e criticar as práticas escolares, com vistas à identidade de profissional da educação.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. A natureza no humano; 2. Escola, cultura e cidadania; 3. Linguagem: conceito e elementos; 4. Escola, comunicação e cidadania; 5. Trabalho: conceito; 6. Escola, trabalho e cidadania; 6. Valorização ética e política; 7. Escola, valores e cidadania.</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.</p>	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.</p>	



BESSA, Dante. **Homem, pensamento e cultura**: abordagem filosófica e antropológica: formação técnica. 4.ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.  
 CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1998.  
 FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1992.  
 FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.  
 \_\_\_\_\_. Medo e ousadia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.  
 RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante – Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____
--	--------------------------------------

#### DISCIPLINA: RELAÇÕES INTERPESSOAIS: ABORDAGEM PSICOLÓGICA

<b>Código:</b>	RIAP
<b>Carga Horária:</b>	60
<b>Número de</b>	3
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	1º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

#### EMENTA

Processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Desenvolvimento afetivo e cognitivo.

#### OBJETIVO

- Entender as construções teóricas sobre aspectos do desenvolvimento psicológico de modo a permitir uma reflexão sobre a importância do papel da escola e de todos os atores envolvidos na construção da cidadania.
- Refletir sobre o papel da escola na formação do sujeito.

#### PROGRAMA

1. A Relação da Psicologia com a Educação; 2. A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; 3. A noção de estágios em psicologia do desenvolvimento; 4. Temas transversais; e, 5. Contexto social

#### METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

#### AValiação

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos

individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>PEDROZA, R. L. S. 4 ed. atualizada e revisada. <b>Relações interpessoais: abordagem psicológica</b>. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), 2012.</p> <p>VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.</p> <p>PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. São Paulo: Forense, 2003.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>AQUINO, J.G. Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1996.</p> <p>BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L.T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>COLL, C. Palácios, J.; MARCHESI, A. (orgs.). Desenvolvimento psicológico e Educação: Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. v. 2.</p>	
<b>Coordenador do Curso</b> _____	<b>Setor Pedagógico</b> _____

<b>DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO</b>	
<b>Código:</b>	EDUST
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. O desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação. Educação e trabalho na construção da sociedade.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o papel do cidadão e da educação na conservação ou na transformação da presente realidade.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. Construção da lente sociológica; 2. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social; 3. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho. 4. Trabalho e educação no mundo contemporâneo. 5. Dimensões e sentidos da relação educação e sociedade. Formação para o trabalho e educação profissional no Brasil.</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.</p>	

<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
DURKHEIM, Émile. <i>Educação e sociologia</i> . São Paulo: Melhoramentos, 1975. PACHECO, R. G.; MENDONÇA, E. F. <b>Educação, sociedade e trabalho</b> : abordagem sociológica da educação. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006. 88 p. TEIXEIRA, Anísio. <i>Educação não é privilégio</i> . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BOTTOMORE, Tom. <i>Dicionário do pensamento marxista</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. COSTA, Maria Cristina Castilho. <i>Sociologia</i> : introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987. COTRIN, Gilberto. <i>História e consciência do mundo</i> . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. v. 2 MARTINS, Carlos Benedito. <i>O que é sociologia</i> . São Paulo: Brasiliense, 1988.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

**g) Segundo Semestre**

<b>DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO</b>	
<b>Código:</b>	DAT
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos de Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender os problemas relacionados à vida na escola, a partir da apropriação reflexiva dos conceitos fundamentais de Direito, Legislação e Cidadania, relacionando-os a aspectos atuais do mundo do trabalho e suas marcantes transformações.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Conceitos fundamentais do direito: O Direito e as normas sociais, A norma jurídica, As fontes do Direito, O Direito e suas vertentes, Direito e Ideologia; 2. O mundo do trabalho: As necessidades humanas e os fatores de produção, Os modos de produção e a transformação da sociedade, Trabalho e alienação, ; 3. A Constituição Federal e a conquista da cidadania – os direitos do trabalhador brasileiro: Aspectos jurídicos, sociológicos e éticos da cidadania, As garantias constitucionais e a soberania popular, Os direitos sociais na Constituição Federal: contradições e perspectivas, Fundamentos de legislação trabalhista brasileira, ; 4. Elementos de Direito Administrativo: Conceitos de Direito Administrativo, Autonomia, Fontes, Princípios do Direito Administrativo, Licitações e contratos, Controle da administração pública, O servidor público na Constituição Federal; 5. Os	

funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CAMPOS, Nelson Palaia Ribeiro de. Noções Essenciais de Direito. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Constituição da República Federativa do Brasil (1988, atualizada até a Emenda Constitucional 45). MORAES, W. C. B. Direito Administrativo e do Trabalho. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
LYRA FILHO, Roberto. O que é Direito. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. MONLEVADE, João. Funcionários de Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis? Brasília: IDEA, 1996. SOUZA JUNIOR, José Geraldo de.(org.) O direito achado na Rua. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA E APLICADA À EDUCAÇÃO</b>	
<b>Código:</b>	IBAE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Informática na educação. Histórico da informática educativa no Brasil. O uso do computador na escola como recurso pedagógico. A importância da capacitação e do papel do professor, do administrador escolar e do funcionário da educação. O uso da internet na educação.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar-se na utilização de ferramentas da informática na educação, a fim de diversificar e ampliar os processos de ensino-aprendizagem.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Histórico da informática educativa no Brasil; 2. O uso do computador na escola como recurso pedagógico; 3. A importância da capacitação e do papel do funcionário da educação; 4. O uso da internet na educação.	

<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de leituras, aulas expositivas e praticas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também realização de trabalhos práticos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas teóricas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
NASCIMENTO, J. K. F. Informática aplicada à educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. NIQUINI, D. P. <i>Informática na educação: implicações didático-pedagógicas e construção do conhecimento</i> . Brasília:Universidade Católica de Brasília; Univera, 1996. TAJRA, S. F.. <i>Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade</i> . 2. ed.São Paulo: Érica, 2000.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
LOPES, J. J. A introdução da informática no ambiente escolar. Disponível em: < <a href="http://www.clubedoprofessor.com.br/artigos/artigojunio.pdf">http://www.clubedoprofessor.com.br/artigos/artigojunio.pdf</a> >. STAA, B. von. Vi na internet. Artigo publicado em:< <a href="http://www.educacional.com.br/articulistas/betina_bd.asp?codtexto=627">http://www.educacional.com.br/articulistas/betina_bd.asp?codtexto=627</a> >.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: PRODUÇÃO TEXTUAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR</b>	
<b>Código:</b>	PTEE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Produção de textos. Leitura e compreensão de textos. Desenvolvimento da leitura e escrita em documentos oficiais educacionais. A arte de ler, de escrever e de comunicar.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ler, compreender e produzir textos, com autonomia, em diferentes linguagens – escrita, gráfica, artística – relacionando-os a práticas educacionais e a documentos oficiais.</li> <li>• Ler com autonomia e criticidade diversos tipos em relação à leitura e à produção de textos alheios ou próprios.</li> <li>• Desenvolver atitude crítica em relação à leitura e à produção de textos alheios ou próprios.</li> <li>• Produzir textos escritos, coesos e coerentes, contextualizados à prática educacional, considerando o destinatário, a finalidade e as características de gênero.</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir textos utilizando registros formais e estratégias de escrita.</li> <li>• Imprimir qualidade aos textos quanto à forma e ao conteúdo, aprimorando o controle sobre sua própria produção.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. O texto como registro das experiências pessoais; 2. Redação Oficial: rompendo as barreiras de escrita; 3. Memorandos, circulares, correio eletrônico; 4. Correspondência oficial: produzindo Atas e Relatórios; 5. Outros gêneros.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos variados, utilização de técnicas de escrita e interpretação.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Avaliação de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliação de provas escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
FREITAS, O. C. R. Produção textual na educação escolar. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. GARCEZ, L. H. C. O que é preciso para escrever bem. São Paulo: Martins Fontes, 2001. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília: Casa Civil, 2002	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Todos os textos: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos. São Paulo: Atual, 1998. SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1986.	
<b>Coordenador do Curso</b> <hr/>	<b>Setor Pedagógico</b> <hr/>

<b>DISCIPLINA: GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR</b>	
<b>Código:</b>	GEE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. A gestão da educação: fundamentos e legislação. Reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Gestão, descentralização e autonomia. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender as diferentes concepções e abordagens da administração capitalista e a especificidade da gestão</li> </ul>	

educacional, bem como aprenda a identificar as relações entre a reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar.	
• Compreender os princípios da gestão democrática e, principalmente, construí-la em seu cotidiano.	
<b>PROGRAMA</b>	
1. A administração ou gestão da escola: concepções e escolas teóricas; 2. A Reforma do Estado brasileiro: a gestão da educação e da escola; 3. Gestão democrática da escola pública: concepções e implicações legais e operacionais; 4. Democratização da gestão escolar: mecanismos de participação e autonomia da unidade escolar; 5. Gestão democrática e os trabalhadores em educação.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos, estudos de caso e visitas técnicas. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BUSSMAN, Antônia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998. DOURADO, L. F. <b>Gestão da educação escolar</b> . 4 ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2012. DOURADO, Luiz Fernandes (org.). Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia/GO. Goiânia: Alternativa, 2003. OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. Política e gestão da educação. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998. da escola: uma construção possível. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998. MARTINS, José do Prado. Administração escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. São Paulo: Atlas, 1991. NEVES, Carmen Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto Político-Pedagógico	
<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____

<b>DISCIPLINA: HIGIENE E SEGURANÇA NAS ESCOLAS</b>	
<b>Código:</b>	HISE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de</b>	4
<b>Código pré-</b>	NÃO HÁ

<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
A higiene como expressão material da saúde humana. Construção social do conceito de higiene e de sua realidade na escola. Cidade limpa, bairro limpo, escola limpa. O uso higiênico dos espaços escolares. O uso da água como bem escasso da natureza, da comunidade e da escola. Hábitos de higiene dos estudantes e limpeza do ambiente escolar. Coleta seletiva de lixo. O papel do funcionário como gestor da limpeza e higiene na escola. Conceitos de segurança. Relações sociais e educativas na comunidade e na escola: separação e integração. Cidade segura, bairro seguro, escola segura. Segurança no interior da escola: o funcionário como agente repressor ou mediador de conflitos. O adolescente infrator e a reeducação. O Estatuto da Criança e do Adolescente.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre a higiene e a segurança na escola e sobre seu papel na construção de uma escola onde educadores e educandos primem pela limpeza pessoal e do ambiente, bem como se sintam seguros e responsáveis pela construção de uma cultura de paz na escola e na comunidade.</li> <li>• Reconhecer alternativas de práticas que se incluem no papel mais amplo de técnico em meio ambiente e infraestrutura das escolas.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Higiene: construção histórica do conceito; 2. Higiene e educação; 3. Higiene no trabalho do funcionário; 4. Segurança: construção histórica do conceito; 5. Segurança na sociedade e na comunidade; 6. Segurança na escola; 7. Segurança no trabalho; 8. O Estatuto da Criança e do Adolescente.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, estudos de caso, visitas técnicas e resolução de situações problema. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, elaboração de relatório e as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>ABRAMOVAY, Miriam. <i>Escola e violência</i>. Universidade Católica de Brasília: Unesco, 2003.</p> <p>BELLI, Roberto. <i>Boas maneiras: higiene com os alimentos</i>. 1. ed. [S.l.]: Todolivre, 2006.</p> <p>FARIA, I. D; MONLEVADE; J. A. C.. <i>Higiene, segurança e educação</i>. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.</p> <p>GUIMARÃES, Áurea. <i>Vigilância, punição e depredação escolar</i>. Campinas: Papirus, 2003.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p><a href="http://www.higienedosalimentos.com.br/">http://www.higienedosalimentos.com.br/</a></p> <p><a href="http://www.boasaude.uol.com.br">http://www.boasaude.uol.com.br</a></p> <p><a href="http://www.mesabrasil.sesc.com.br/Cartilhas/Cartilha%20Higiene.pdf">http://www.mesabrasil.sesc.com.br/Cartilhas/Cartilha%20Higiene.pdf</a></p> <p>LUCINDA, M. da Consolação; NASCIMENTO, M. das Graças; CANDAU, Vera M. <i>Escola e violência</i>. Rio de Janeiro: DP&amp;A Editora, 1999.</p>	
<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____



<b>DISCIPLINA: ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO BRASIL</b>	
<b>Código:</b>	ANB
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de Créditos:</b>	4
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>Alimentação e nutrição no Brasil. Homem gabiru. Conferência Nacional de Saúde. Significado da alimentação. Formação da cozinha brasileira. Fome oculta. Anemia. Vitamina A. Bócio. Zinco. Transição nutricional. Memória do comer. Alimentação da criança. Criança para criança. Plano rotativo e recreação orientada. Sal de cozinha. Alimentação saudável x Constipação. Comensalidade. Estilo de vida x novas doenças. Ciclos da vida. Atividade física e saúde. Projeto político-pedagógico: exercício de democracia e participação na escola.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o contexto da alimentação e nutrição no Brasil e o seu desdobramento no estilo de vida da população e no ambiente escolar.</li> <li>• Conhecer e promover alimentação saudável, para contribuir para a saúde de toda comunidade escolar.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. Significação da Alimentação e Nutrição; 2. História da alimentação e nutrição no Brasil; 3. Formação da cozinha brasileira; 4. Quadro nutricional brasileiro e; 5. Estilo de vida X Novas doenças.</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.</p>	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>BRASIL. <i>Lei de Segurança Alimentar e Nutricional</i>: conceitos. Brasília, CONSEA, 2006.  BRASIL. <i>Alimentos Regionais Brasileiros</i>. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição, 2002.  GUIA ALIMENTAR PARA A POPULACAO BRASILEIRA: Promovendo a Alimentação Saudável. Ministério da Saúde. Brasília, 2006.  VALENTE, F. L. S.; BEGHIN, N. <i>Realização do Direito Humano a Alimentação Adequada e a Experiência Brasileira</i>: Subsídios para a Replicabilidade. FAO, 2006.  SCHMITZ, B. A. S.; et al. Políticas e programas governamentais de alimentação e nutrição no Brasil e sua involução. <i>Cadernos de nutrição</i>, v. 13, p. 39-54, 1997.</p>	

<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>FLECK, M. P. A.; et al. Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação da qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-100). <i>Revista de Saúde Pública</i>, v. 33, n. 2, p. 198-205, abril 1999.</p> <p>LEME, P. M. J; PERIM, F. M. L. <i>1,2 Feijão com arroz: educação alimentar e tecnologia</i>. FAE, 1995.</p> <p>ROTENBERG, Sheila; VARGAS, Sonia de. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança a alimentação da família. <i>Rev. Bras. Saúde Mater. Infantil</i>. v. 4, n. 1, p. 85-94, jan./mar. Recife, 2004.</p>	
<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____

**c) Terceiro Semestre**

<b>DISCIPLINA: ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL</b>	
<b>Código:</b>	ASS
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de Créditos:</b>	4
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>Alimentação Saudável. Influência da propaganda nos hábitos alimentares. Obesidade. Saúde bucal. Comparação de cardápios. Comer bem e barato. Experiências de sucesso. Hortas perenes. Diferentes tipos de contaminação. Aditivos químicos nos alimentos. Dieta, crime e delinquência. Gráficos: comparação de valores nutritivos. Conquistas de uma alimentação saudável.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apropriar-se dos conceitos de alimentação saudável e sustentável para auxiliar na construção de um processo de educação e alimentação de estudantes e profissionais ligados a rotina escola e;</li> <li>• Contribuir para a formação de indivíduos que compreendam, problematizem e atuem na construção de propostas para a melhoria das condições de saúde e alimentação da comunidade escolar.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. Alimentação saudável; 2. Desmistificação a alimentação; 3. Da desnutrição à obesidade; 4. Alimentos industrializados e alimentos naturais; 5. Conquistas de uma alimentação saudável; 6. Segurança alimentar e nutrição e; 6. Experiências de sucesso na gestão do PNAE.</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.</p>	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso.</p>	

Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ALMEIDA, S. S. <i>et al.</i> Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. <i>Revista de Saúde Pública</i> , v. 36, n. 3, p. 353-355, 2002.	
COSTA, E. <i>et al.</i> Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. <i>Revista de Nutrição</i> , Campinas, v. 14, n. 3, p. 225-229, set./dez. 2001.	
GAMBARDELLA, A. M. D. Prática alimentar de adolescentes. <i>Revista de Nutrição</i> , Campinas, v. 12, n. 1, p. 5-19, jan./abr. 1999.	
MELLO, E. D. <i>et al.</i> Obesidade infantil: como podemos ser eficazes? <i>Jornal de Pediatria</i> , Rio de Janeiro, v. 80, n. 3, p. 173-182, 2004.	
RAMOS, A. M. P. P.; FILHO, A. A. B. Prevalência da obesidade em adolescentes de Bragança Paulista e sua relação com a obesidade dos pais. <i>Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia</i> , v. 47, n. 6, p. 663-668, 2003.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
PINHEIRO, A. B. V. <i>et al.</i> <i>Tabela para avaliação de consumo alimentar em medidas caseiras</i> . 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2004.	
SHILS, M. E.; OLSON, J. A.; SHIKE, M.; ROSS, A. C. <i>Tratado de nutrição moderna na saúde e na doença</i> . 9. ed. São Paulo: Manole, 2003.	
VALENTE, F. L. S.; BEGHIN, N. <i>Realização do direito humano à alimentação adequada e a experiência brasileira: subsídios para a replicabilidade</i> . Brasília, set. 2006.	
<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Setor Pedagógico</b>
_____	_____

<b>DISCIPLINA: POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>	
<b>Código:</b>	PAE
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de Créditos:</b>	4
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	2º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
A ação do Estado brasileiro como regulador e provedor da alimentação escolar. Alimentação escolar e seus benefícios: fundamentos para a educação de qualidade. A Entidade executora: estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais. A gestão da alimentação escolar: centralização, descentralização, semi-descentralização, escolarização e terceirização. O nutricionista na alimentação escolar. Da(o) merendeira(o) à educadora alimentar. Cozinhas e cantinas nas escolas públicas. Alimentação escolar no contexto internacional.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender a política de alimentação escolar, orientar sobre o funcionamento do país, bem como promover a sensibilização quanto às formas de participação e do papel nessa política e;</li> <li>• Contribuir para a formação de profissionais que compreendem e intervenham na construção de políticas para a alimentação da comunidade escolar.</li> </ul>	

<b>PROGRAMA</b>	
1. A ação do Estado brasileiro como regulador e provedor da alimentação escolar; 2 Alimentação escolar e seus benefícios: fundamentos para a educação de qualidade; 3. A entidade executora (municípios, estados, Distrito Federal e escolas federais) e a gestão de alimentação escolar (centralização, descentralização, semidescentralização, escolarização e terceirização); 4. O nutricionista na alimentação escolar; 5. Da(o) merendeira(o) à educadora(o) alimentar; 6. Cozinhas e cantinas nas escolas públicas e; 7 Alimentação escolar no contexto internacional.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BIZZO, M.L.G. & LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. <i>Revista de Nutrição</i> . Campinas, v. 18, n. 5, set/out. 2005. BRASIL. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação e nutrição: caminhos para uma vida saudável. <i>Caderno de atividades</i> , n. 3, Brasília, 2006. COIMBRA, M.; MEIRA, J. F. P.; ESTARLING, M. B. L. <i>Comer e apreender: uma história da alimentação escolar no Brasil</i> . Belo Horizonte: Editora, 1982. PHILIPPI, S. T. <i>Tabela de composição de alimentos: suporte para decisão nutricional</i> . 1. ed. Brasília: ANVISA: FINATEC/NUT-UNB, 2001. SANTOS, L.A.S. Educação Alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. <i>Revista de Nutrição</i> . Campinas, v. 18, n. 5, set./out. 2005.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
COSTA & RIBEIRO & RIBEIRO. Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. <i>Revista de Nutrição</i> . Campinas, v. 14, n. 3, set./dez. 2001. STURION G.L., SILVA M.V., OMETTO A.M.H., FURTUOSO M.C.O., PIPITONE M.A.P. <i>Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil</i> . <b>Revista de Nutrição</b> , Campinas, v. 18, n. 2, mar/abr. 2005.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS</b>	
<b>Código:</b>	PIA
<b>Carga Horária:</b>	120
<b>Número de Créditos:</b>	6
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ

<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Contextualização da produção e industrialização de alimentos a partir da ocupação dos portugueses. Análise da importância regional da cultura e meio ambiente para a segurança alimentar do povo brasileiro e sua contribuição para a merenda escolar. Evolução da população brasileira. Da geopolítica da fome ao “celeiro do mundo”. Brasil autossuficiente na produção de alimentos. Dados da produção, industrialização e distribuição de alimentos nos anos 2000. Comercialização no atacado e no varejo. Produção familiar e escolar: hortas, pomares e criações.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer o processo de produção e industrialização de alimentos no país ao longo da história e;</li> <li>• Dispor de melhores ferramentas teóricas e práticas quanto à importância e do uso adequado dos alimentos, contribuindo para a valorização das ações de cidadania nas escolas.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Evolução da população brasileira; 2. Da geopolítica da fome ao “celeiro do mundo”; 3. Brasil auto-suficiente na produção de alimentos; 4. Dados da produção, industrialização e distribuição de alimentos em 2000; 5. Comercialização no atacado e no varejo; 6. Produção familiar e escolar: hortas e pomares.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>BRANDÃO, C.T.; BRANDÃO, R.F. <i>Alimentação alternativa</i>. Brasília: Centro de Pastoral Popular; Editora Redentorista, 1996.</p> <p>LEGAN, Lucia. <i>A escola sustentável: eco-alfabetizando pelo ambiente</i>. São Paulo; Pirenópolis, GO: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec), 2004.</p> <p>POUBEL, Rafael de Oliveira. <i>Hábitos alimentares, nutrição e sustentabilidade: agroflorestas sucessionais como estratégia na agricultura familiar</i>. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006.</p> <p>ROSA, Antonio Carlos Machado. <i>Hortas escolares: o ambiente horta escolar como espaço de aprendizagem no contexto do Ensino Fundamental</i>. 2. ed. Florianópolis: Instituto Souza Cruz, 2005. v. 1.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>GUAGLIARD, Eduardo. <i>Pequeno guia de alimentação saudável e consumo responsável</i>. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2004. 52p.</p> <p>Jornal: Financial Time Título: <i>Top of the crops: Brazil's huge heartland is yielding farms that can feed the world</i> Data: 23/06/2005 Crédito: Alan Beattie.</p> <p>MINISTÉRIO DA SAÚDE. <i>Alimentos regionais</i>. Versão preliminar. Brasília, 2000.</p>	

<b>Coordenador do Curso</b> _____	<b>Setor Pedagógico</b> _____
--------------------------------------	----------------------------------

<b>DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO E OPERAÇÃO DE COZINHAS ESCOLARES</b>	
<b>Código:</b>	OOCE
<b>Carga Horária:</b>	120
<b>Número de Créditos:</b>	6
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
<p>Aspectos fisiológicos e culturais da alimentação nas diferentes fases da vida e na escola. Papel do (a) educador(a) alimentar. Demanda energética em cada faixa etária, demanda sociocultural e regionalismo alimentar. Alimentação como celebração. Conceito de cantina, cozinha e refeitório, na escola. Como o merendeiro (a) pode tornar-se um(a) educador(a) alimentar. Como incentivar atividades educativas e formativas relacionadas à alimentação na escola. Contaminantes de alimentos. Noções básicas sobre microorganismos e as doenças transmitidas por alimentos. Uso consciente da água. Tratamento e destino do lixo. Higiene pessoal, no lar, dos alimentos, dos utensílios, do local de trabalho e dos equipamentos. Utilização de receitas, pesos e medidas. Ambiência, composição e organização da área de alimentação na escola. A implantação de um serviço de alimentação saudável na escola pública.</p>	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver atividades relacionadas à organização da cozinha escolar de maneira adequada, multiplicando conceitos e práticas que envolvam a promoção de hábitos alimentares saudáveis e;</li> <li>• Contribuir para a formação e conscientização dos estudantes que frequentam a escola. para o consumo de alimentos saudáveis e seguros.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
<p>1. A alimentação saudável no contexto escolar; 2. Alimentação: da necessidade de sustentação ao convívio social; 3. Alimentação saudável para além das cozinhas escolares; 4. Noções sobre contaminação alimentar; 5. Aspectos higiênico-sanitários; 6. Noções sobre preparos culinários e; 7. O espaço da cozinha escolar.</p>	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
<p>Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.</p>	
<b>AValiação</b>	
<p>A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.</p>	

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS (ABERC). <i>Manual ABERC de Práticas de Elaboração e Serviço de Refeições para Coletividades</i> . 8. ed. São Paulo, 2003.	
UPPARI, L. <i>Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto</i> . 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Manole, 2005.	
ORNELLAS, L. H. <i>Técnica Dietética: seleção e preparo de alimentos</i> . 7. ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2001.	
RIEDEL, G. <i>Controle sanitário dos alimentos</i> . 2. ed. São Paulo: Livraria Atheneu, 1992.	
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição. Projeto A Escola Promovendo Hábitos Alimentares Saudáveis. <i>Manual da Cantina Escolar Saudável</i> . Brasília: UnB, 2006.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
ORNELLAS, L. H. <i>Técnica Dietética: seleção e preparo de alimentos</i> . 7. ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2001.	
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). <i>Banco de alimentos e colheita urbana: manipulador de alimentos II. Cuidados na preparação de alimentos</i> . Mesa Brasil SESC: segurança alimentar e nutricional. Programa alimentos seguros. Convênio CNC/CNI/SENAI/ANVISA/SESI/SEBRAE, 2003.	
SILVA JR., E. A. <i>Manual de controle higiênico sanitário em alimentos</i> . 4. ed. São Paulo: Livraria Varela, 2001.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

<b>DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E PREPARO DE ALIMENTOS</b>	
<b>Código:</b>	PPA
<b>Carga Horária:</b>	100
<b>Número de Créditos:</b>	5
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Orientação alimentar. Alimentos nacionais, regionais e sazonais. Fome oculta e doenças da fome. Enriquecimento e fortificação de alimentos. Rotulagem nutricional. Aditivos químicos. Hortas perenes. Muros vivos. Paisagismo produtivo e plantas medicinais. Preparação e conservação de alimentos. Pirâmide alimentar. Mídia e alimentação saudável. Vida ativa e saúde.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular o consumo de alimentos saudáveis e contribuir para a saúde de toda a comunidade da escola e;</li> <li>• Desenvolver atividades para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar.</li> </ul>	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Estratégias de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar; 2. Rotulagem nutricional como instrumento para escolhas saudáveis; 3. Hortas escolares; 4. Influência positiva da mídia; 5. Aproveitamento total dos alimentos; 6. Experiências de sucesso; 7. Projeto Político Pedagógico: exercício de democracia e participação na escola.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente	

virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio a aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.

### **AVALIAÇÃO**

A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi; LEDER, Lídia. Educação nutricional nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 18, n. 5, p. 661-667, 2005.  
 COSTA, Ester de Queirós; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Cláudia de Otero. Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 14, n. 3, p. 225-229, 2001.  
 GONDIM, Jussara A. Melo et al. Composição centesimal e de minerais em cascas de frutas. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 825-827, 2005.  
 MUNIZ, Vanessa Messias; CARVALHO, Alice Teles de. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do Estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 285-296, 2007.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CUPPARI, Lílían. *Guia de nutrição: nutrição clínica no adulto*. Barueri, SP: Manole, 2002.  
 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO). *Guia Metodológico de Comunicação Social em Nutrição*. Roma, 1999.  
 ROSA, A. C. M. *Hortas escolares: o ambiente horta escolar como espaço de aprendizagem no contexto do Ensino Fundamental/ Instituto Souza Cruz. Programas Hortas Escolares*. Florianópolis: Instituto Souza Cruz, 2006

<b>Coordenador do Curso</b>	<b>Sector Pedagógico</b>
_____	_____

<b>DISCIPLINA: CARDÁPIOS SAUDÁVEIS</b>	
<b>Código:</b>	CS
<b>Carga Horária:</b>	80
<b>Número de Créditos:</b>	4
<b>Código pré-requisito:</b>	NÃO HÁ
<b>Semestre:</b>	3º
<b>Nível:</b>	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO
<b>EMENTA</b>	
Patrimônio cultural de alimentação brasileira. Segurança e soberania alimentar. Café da manhã tradicional e regional. Desperdício de alimentos. Memória alimentar. Cardápios saudáveis.	
<b>OBJETIVO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer a importância do cardápio saudável, da manipulação higiênica dos alimentos, do aproveitamento seguro dos alimentos, da valorização de alimentos regional e da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, orientando o(a) educador(a) alimentar para que possa colocar em pratica os conhecimentos adquiridos ao</li> </ul>	



longo do curso.	
<b>PROGRAMA</b>	
1. Cardápio: seu planejamento faz toda a Diferença; 2. Técnica de preparo dos alimentos na alimentação escolar: estratégia segura de promoção de alimentação saudável <sup>3</sup> . Valorize o que sempre esteve próximo de você; 4. Aproveitamento integral dos alimentos: uma alternativa nutritiva e de baixo custo; 5. Educador(a) alimentar e seu papel no controle da qualidade da alimentação escolar.	
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>	
Metodologia semi-presencial: utilização da modalidade Ead, com encontros presenciais equivalendo a, no mínimo, 20% da carga horária da disciplina. Utilizar-se-á do ambiente de ensino virtual e encontros presenciais com os alunos. Através dos encontros presenciais são realizadas as revisões dos conteúdos ministrados, através do ambiente virtual, bem como, desenvolvimento de atividades que complementam os conhecimentos estudados na disciplina, através da discussão a partir de vídeos, seminários, leitura de textos e estudos de caso. São previstas as seguintes ferramentas de auxílio à aprendizagem no ambiente virtual – vídeo aulas, chat, mensagem instantânea, quiz, fórum, glossário, pesquisa e wiki.	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
A avaliação será contínua, levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos alunos no decorrer do curso. Serão considerados os comentários, resolução de exercícios e discussões disponibilizados nas ferramentas de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como também análise de seminários, de trabalhos escritos individuais e em grupo, assim como, as avaliações escritas individuais/presenciais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ANDRADE, N. J.; SILVA, R. M. M.; BRABES, K. C. S. <i>Avaliação das condições microbiológicas em Unidades de Alimentação e Nutrição</i> . Ciência e Agrotecnologia. Volume 27. Número 3. Minas Gerais, 2003. ARAÚJO, W. M. C.; MONTEBELLO, N. D. P.; BOTELHO, R. B. A.; BORGIO, L. A. <i>Alquimia dos alimentos</i> . Volume 2. Brasília: Editora Senac, 2007 (Série Alimentos e bebidas). DIEZ, R. W. G. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. <i>Caderno de Saúde Pública</i> . Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 1997. FISBERG, Mauro; WEHBA, Jamal; COZZOLINO, Silvia Maria Franciscato. <i>Um, dois, feijão com arroz: A alimentação no Brasil de norte a sul</i> . São Paulo: Editora Ateneu, 2002.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
CRUZ, G. F. et al. Avaliação dietética em creches municipais de Teresina, Piauí, Brasil. <i>Revista de Nutrição</i> . Vol. 14. n. 1. São Paulo, 2001. MASCARENHAS, J. M. O., SANTOS, J. C. <i>Avaliação da Composição nutricional dos cardápios e custos da alimentação escolar da rede municipal de Conceição do Jacuípe/ BA</i> . Sitientibus, n. 35, Feira de Santana, 2006. OLIVEIRA, L. F., NASCIMENTO, M. R. F., BORGES, S. V. Aproveitamento alternativo da casca do maracujá-amarelo. <i>Ciência e tecnologia de alimentos</i> . Volume 22, número 3. São Paulo, 2002.	
<b>Coordenador do Curso</b>  _____	<b>Setor Pedagógico</b>  _____

#### 4.4. Prática Profissional Supervisionada (PPS)

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais, a Prática Profissional Supervisionada (PPS) é compreendida como um componente curricular e se constitui em uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios. É estabelecida, portanto, como condição indispensável para obtenção do Diploma de Técnico de Nível Médio.

A prática profissional terá carga horária mínima de 300 horas, deverá ser devidamente planejada, acompanhada e registrada, a fim de que se configure em aprendizagem significativa, experiência profissional e preparação para os desafios do exercício profissional, ou seja, uma metodologia de ensino que atinja os objetivos propostos. Para tanto, deve ser supervisionada como atividade própria da formação profissional e relatada pelo estudante. Os relatórios finais deverão ser produzidos seguindo as regras básicas da Língua Portuguesa e as orientações do tutor, podendo ser escrito em forma de relatório técnico ou portfólio. Em relação à distribuição da carga horária, a prática profissional supervisionada do Curso Técnico de Nível Médio em Alimentação Escolar será realizada 100% – 300 h/a – na escola de lotação do cursista, o estudo dos módulos remete à Prática Profissional Supervisionada e aos saberes elementares a ela, proporcionando atividades de reflexão, investigação e práticas, havendo necessariamente a correlação contínua, mesmo que nem todas as atividades sugeridas nos módulos sejam abrangidas pelo plano a ser elaborado para a PPS. O começo das atividades ocorre concomitante ao desenvolvimento dos estudos do primeiro módulo, sendo que o cursista deve elaborar os planos de trabalho (plano de ação educativa), baseando-se na integração teoria-prática e na perspectiva interdisciplinar.

O estudante-funcionário deverá colocar em prática o seu plano de trabalho por meio da vivência da ação educativa, que deverá resultar em relatórios parciais (memoriais), sob o acompanhamento e supervisão de um tutor, como forma de registrar as intervenções realizadas em sua própria prática, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso e em articulação com as suas experiências profissionais.

#### **4.5 Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos**

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Profissional, o aluno poderá solicitar aproveitamento de conhecimentos desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional. (ver CEB 04/12/99). No IFCE, o curso de Técnico em Alimentação Escolar na modalidade a distância ainda assegura ao aluno o direito de aproveitamento de disciplinas desde que haja compatibilidade de conteúdo e carga horária de, no mínimo, 75% do total estipulado para a disciplina, considerando os demais critérios de aproveitamento determinados no Regulamento da Organização Didática.- ROD.

#### **4.6. Critérios de Avaliação da Aprendizagem**

A avaliação da aprendizagem tem se constituído historicamente, como o momento do julgamento por parte do professor, daqueles conteúdos que o estudante demonstra poder reproduzir. Tal perspectiva ainda atrela o processo de aprendizagem aos princípios pedagógicos mais arcaicos, em que aprender nada mais é que sinônimo de imitar. As consequências dessa prática são visíveis em nosso cotidiano escolar, impregnando-se na cultura da “aprovação e da reprovação”, valorizando antes o diploma que o conhecimento, e por fim, frustrando o processo educativo como dimensão vital e criativa do ser humano.

Necessariamente, para se obter resultados diversos, que consigam a educação como dimensão necessária no processo de amadurecimento e desenvolvimento humano, é importante repensar o modelo tradicional da avaliação.

Neste sentido, avaliar deve ser um ato de reflexão e de crítica, cujo objetivo deva ser o de situar o indivíduo no interior de um processo mais amplo, de domínio de competências e habilidades que se desenvolvem costumeiramente no seu ambiente escolar. Não deve ser usada para julgamento, mas para reformular e apontar novos caminhos, soluções e estratégias didáticas que respeitem e potencializem o ritmo criativo de cada educando.

É assim que, ao invés de fazer da avaliação um momento específico de julgamento, deve-se construí-la como processo, incluindo todos os momentos relativos à prática e à reflexão situadas no ambiente escolar. Neste sentido, a avaliação processual deve ser instrumento de construção, desconstrução e reconstrução das identidades escolares e profissionais, na medida em que deva ser encarada como instrumento de crítica e de reflexão. Não se pode assim, deslocar a avaliação da relação mais vital que estabelece com o próprio cotidiano dos sujeitos envolvidos dentro do processo de aprendizagem.

O Profuncionário foi concebido de tal forma que o percurso pedagógico do estudante, a partir de sua experiência na escola e no sistema educacional, leve-o, gradativamente, a se familiarizar com outros conhecimentos, habilidades e valores que passam a constituir sua nova identidade profissional. No Profuncionário, prioriza-se, então, a avaliação participativa e dialógica, realizada ao longo de cada um das disciplinas, nos encontros presenciais e na PPS, que são momentos constitutivos de um mesmo processo.

O processo de avaliação é momento do processo de formação (ele deve contribuir para a aprendizagem, mas não julgá-la) e tem objetivo emancipatório: que os sujeitos envolvidos se tornem capazes de se autoavaliar (avaliar-se com autonomia) em relação ao processo de que participam como protagonistas.

Os instrumentos de avaliação de aprendizagem do programa e, conseqüentemente, deste curso são:

- Memorial;
- Relatório de Atividades da Prática Profissional Supervisionada;
- Formulário de registro e acompanhamento da carga horária das atividades.

A função, especificidade e autoria de cada instrumento são relativas a:

- a) Memorial: de redação do aluno, com comentários do tutor. No memorial, faz-se o registro das atividades e vivências dos estudantes, suas dúvidas, observações e experimentações relacionadas à disciplina. O que se relacionar às situações de estudo, de manipulação de ferramentas, de vivência prática ou teórica, deve ser relatado no memorial. Assim, ele é base para a construção da auto-avaliação da aprendizagem.
- b) Relatório: de autoria do tutor, não tem como finalidade julgar o aluno, mas situá-lo no quadro das expectativas do processo de aprendizagem daquela disciplina em particular. Fruto da observação do tutor, não deve ser, contudo, observação de valores, mas sim, observação dialógica e participativa.

- c) Formulário: preenchido pelo tutor, acompanha o cotidiano escolar com o registro das diversas atividades e as cargas horárias envolvidas em cada processo.

É preciso deixar claro, ainda, que Memorial, Relatório Final e Formulário são documentos diferentes com objetivos diferentes. O Memorial documenta toda a trajetória do estudante a partir de suas reflexões (destina-se a ele mesmo), incluídas as reflexões sobre as atividades da Prática Profissional Supervisionada. O Relatório Final, de autoria do estudante, por sua vez, documenta descritivamente a realização das atividades da PPS e os resultados alcançados (aquisição e construção de competências previstas) em processo e propostas. Este documento pode ser construído passo a passo, conforme a realização das atividades de PPS. O Formulário, por fim, serve para o registro dos locais onde foram realizadas as atividades, do número de horas previstas para as atividades, do tipo de atividade teórico-prática realizada e outros registros a serem definidos pelo IF ou pelas equipes estaduais.

#### 4.7. Diploma

Após a integralização dos componentes curriculares do Curso Técnico de Nível Médio em Alimentação Escolar, na forma subsequente, na modalidade a distância, dos módulos referentes à Formação Pedagógica e Técnica Geral e Específica, e da realização da correspondente Prática Profissional Supervisionada, será conferido o Diploma de **Técnico de Nível Médio em Alimentação Escolar** ao cursista portador de diploma do ensino médio, conforme exigência legal brasileira.

### 5. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

O pessoal docente e técnico necessário ao funcionamento do curso Técnico de Nível Médio em Alimentação Escolar, são apresentados tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso, correspondente. E são apresentados a seguir.

#### 5.1 Pessoal Docente

Descrição	
<b>Tutoria presencial</b>	<b>Qtde./40 alunos</b>
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e módulos	01
<b>Tutoria a distância</b>	<b>Qtde./40 alunos/por disciplina</b>
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e módulos	01
<b>Formadoras</b>	<b>Qtde./40 alunos/por disciplina</b>
Profissional com formação equivalente aos conteúdos a serem trabalhados nos núcleos e	01

módulos	
---------	--

## 5.2 Pessoal Técnico-Administrativo

Descrição	Qtde.
<b>Equipe Técnica</b>	
Coordenação Geral para a organização e funcionamento do Curso em concordância com as orientações da Setec /PROGRAMA PROFUNCIARIO	01
Coordenador Adjunto para assessorar a Coordenação Geral	01
Coordenador de Curso	01
Coordenador de Tutoria para cada curso	01
Descrição	Qtde./Polo
Coordenador de Polo (polos no E-tec)	01
<b>Total de técnico administrativos necessários</b>	<b>05</b>

## 6. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

### 6.1. Estrutura Física dos Polos

A estrutura física dos pólos é constituída, pelos itens abaixo especificados:

- 1 sala de recepção e secretaria acadêmica
- 1 sala de tutoria ou estudos
- 1 sala de aula convencional equipada com projetor LCD e PC ou notebook equipado com kit multimídia.

1 biblioteca contendo os títulos indicados para o curso e títulos complementares

- 1 laboratório de informática com 25 computadores (especificação no Anexo I) com conexão à Internet (2MB/s, conforme edital) e equipados com kit multimídia.

Com esta infraestrutura pode-se promover outros tipos de cursos em diferentes áreas e níveis, atendendo-se às demandas da região e às políticas nacionais de democratização da educação e inclusão digital, fortalecendo as parcerias entre Município, Estado e União, com responsabilidade social e visando o desenvolvimento sustentável das regiões.

### 6.2 Infraestrutura de Laboratórios e Ambientes de Aprendizagem:

#### 6.2.1 Videoconferência no *campus* Quixadá (em fase de instalação)

O IFCE conta com uma sala de 80 m<sup>2</sup>, climatizada e equipada com sistema de videoconferência.

Os equipamentos da sala de videoconferência são:

- Codec: View Station VSX 7000
- 1 Codec View Station VSX Móvel (para ser levada para os polos)
- 2 Microfone Pod
- 1 Monitor de LCD - 40"
- 2 Projetor Multimídia (um deles Móvel para ser levado para os polos)
- 2 Central de Ar-Condicionado – 30.000 BTUs

São utilizados os protocolos de rede H. 323 (LAN/via IP – ponto a ponto).

### 6.2.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

Os processos de ensino aprendizagem adquirem uma nova dinâmica com a possibilidade de uso da Internet, como ferramenta de apoio, quer seja no modelo presencial ou à distância. No modelo de educação a distância o uso da Internet permite ampliar os recursos de interação e compartilhamento de informações.

Os ambientes virtuais de aprendizagem – AVA são construídos para permitir que professores e alunos do ensino a distância tenham à sua disposição uma variada quantidade de ferramentas de interação e comunicação.

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado no e-Tec é um aplicativo que disponibiliza recursos e ferramentas especialmente projetados para desenvolver o processo educativo a distância, e por ser um ambiente totalmente digital permite a manipulação de informações hipermídia e a interação síncrona e assíncrona entre os participantes. Isso favorece as características de aprendizagem de cada aluno.

Para o desenvolvimento do curso, o IFCE optou pelo ambiente virtual de aprendizagem denominado Moodle, pois, várias experiências práticas anteriores demonstraram sua adequabilidade às necessidades didáticas, de comunicação e gestão do curso, bem como ao perfil de um público-alvo com diferentes níveis de experiência no uso da Internet. Justifica-se também seu uso por conter todas as ferramentas de base necessárias à realização do curso a distância de Alimentação Escolar (agenda, fórum, bate-papo, repositório de material, portfólio, entre outros recursos).

O Moodle é um software livre amplamente utilizado em diversas instituições de ensino pública e privada. Esse ambiente é um importante recurso de aprendizagem, pois ele proporciona que os alunos tenham um apoio para a construção de seu conhecimento. Além disso, ele permite a comunicação entre tutores e alunos, bem como entre alunos, tornando o aprendizado um processo coletivo e de qualidade.

### 6.2.3 Laboratório de Informática nos Polos

O laboratório de Informática comporta 40 alunos, contendo 20 postos de trabalho, cada um para dois alunos, além do posto do tutor presencial.

Especificação	Quantidade
Computador Core Duo E4300 1.80Ghz FSB 800Mhz, Monitor LCD 17", Teclado, Mouse, Estabilizador	20
Rack 8Us	04
Path panel	08
Switch	05

Alicates	06
Decapadores	06
Push down	06
Testadores de cabo	10
Switch gerenciáveis	04
Access point	04
Roteadores	02

Cada posto contém um equipamento com a seguinte configuração mínima:

Item	Especificação
Processador	Core 2 Duo E4300 1.80Ghz FSB 800Mhz
Memória	1 GB DDR2 667
Disco Rígido	160 GB SATA 2
Drives	DVD-RW
Vídeo	1 interface para vídeo VGA integrado padrão DB-15 pinos
Som	1 Interface de Áudio: Line Out/Line In/ Microfone
Leitor de Cartão	Sim
Rede	(10/100/1000 Mbit)
Teclado	Enhanced Brasil ABNT Variante II, 107 teclas (padrão brasileiro, todos os caracteres da língua portuguesa)
Mouse	PadrãoPS/2
Monitor	LCD 17"
Conexões	1 interface PS/2 para mouse, 1 interface PS/2 para teclado, 1 Interface para rede integrada RJ-45, 1 Interface de Áudio: Line Out/Line In/Microfone, 1 paralela padrão CENTRONICS - EPP/ECP, 1 porta serial COM 1 integrada e 1 porta serial COM 2 através de cabo (opcional), 1 interface para vídeo VGA integrado padrão DB-15 pinos, 4 interfaces USB (Universal Serial Bus) 2.0/1.1
Estabilizador	300W REAIS 110/220V ±10% - 50/60Hz

#### 6.2.4 Laboratórios de Informática do IFCE *campus* Quixadá

##### Equipamentos:

Especificação	Quantidade
Computador Core Duo E4300 1.80Ghz FSB 800Mhz	20
Monitor LCD 17"	20
Teclado	20
Mouse	20
Switch	20
Estabilizador	10
Ar condicionado Spliter	01

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

### Leis e Decretos

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº. 9394/96*. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL/MEC. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico*. MEC/SEMTEC. Brasília, 2000.

BRASIL. *Decreto 2.208/1997*. MEC/SETEC. Disponível em <<http://mec.gov.br>> acesso em janeiro de 2010.

BRASIL. *Decreto 5.154/2004*. Disponível em <<http://mec.gov.br>> acesso em janeiro de 2010.

BRASIL. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – SETEC/MEC*. Disponível em <<http://catalogonct.mec.gov.br/>> acesso em janeiro 2010.

BRASIL. *Currículo referência para o sistema e-Tec Brasil - Uma construção coletiva*. Disponível em <<http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/cr/pretextos/3.html>> acesso em outubro de 2011.

MEC/ IFCE. *Regulamento da Organização Didática*. Fortaleza: IFCE, 2010

### Portarias e Pareceres:

- Parecer CEB/CNE n. 15/98 e Resolução CEB/CNE n. 03/98 sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio;
- Parecer CEB/CNE n. 01/99 e Resolução CEB/CNE n. 02/99 sobre as Diretrizes Curriculares para o Curso Normal de Nível Médio;
- Parecer CEB/CNE n. 11/00 e Resolução CEB/CNE n. 01/00 sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos;
- Parecer CEB/CNE n. 36/04 que propõe reformulação da Resolução CEB/CNE n. 01/00 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Parecer CEB/CNE 16/99 e da Resolução CEB/CNE n. 04/99 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação profissional de Nível Técnico;
- Parecer CEB/CNE n. 41/02 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a etapa da educação básica no Ensino Médio;
- Parecer CEB/CNE n. 35/03 e da Resolução CEB/CNE n. 01/04 sobre a organização e realização de estágio de alunos do ensino médio e da educação profissional;



- Parecer CEB/CNE n. 16/05 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de serviços de Apoio Escolar;
- Resolução CEB/CEE n. 02/02 que trata das Diretrizes para a Educação Profissional de Nível Técnico no âmbito do Estado do RN;
- Resolução CNE/CEB n. 03/2008 que dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de nível médio;
- Decreto n. 7.415 de 30 de dezembro de 2010 que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (PROFUNCIONÁRIO); e
- Portaria n. 1.547, de 24 de outubro de 2011 que altera dispositivos da Portaria n. 25, de 31 de maio de 2007.

### **PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO**

O curso de Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica é caracterizado como segunda licenciatura e destina-se aos professores bacharéis e tecnólogos que atuam nas instituições da rede pública de ensino estadual e federal de Educação Profissional do Ceará.

O curso, a ser ofertado a distância, apresenta estrutura pedagógica compatível com o que preceitua a Resolução nº 01, de 08/06/2007, que estabelece normas para o funcionamento dos cursos de graduação; a Resolução CNE/PC nº 2, de 19/02/2002, art. 1º, parágrafo único, que determina a carga horária para estágio, mínima de 200 horas; a Resolução CNE/CP nº 1, de 19/02/2002 alterada pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 27/08/2004; a de nº 01 de 17/11/2005 que trata das DCN; a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que tem como um de seus objetivos a oferta de: “[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.” (BRASIL, MEC, 2008); e o Decreto 5.626 de 2005 que regulamenta a lei 10.436 de 2002 referentes à disciplina LIBRAS e a Lei 9394/96, lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/2006).

Tem como objetivo principal formar professores portadores de títulos de bacharéis e tecnólogos para atuarem na Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT) a partir da mediação teoria, prática e pesquisa, fundamentando-se na perspectiva de professor-pesquisador.

O Curso de Segunda Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica está organizado em 03 semestres, com carga horária total de 1.200 horas.

A organização curricular do curso está disposta em três núcleos: (1) no núcleo contextual, constam as disciplinas que visam à preparação do professor para o exercício docente na educação profissional, científica e tecnológica, tanto no que se refere às ações próprias da escola quanto às relações da escola, como instituição, no contexto onde está inserida; (2) no núcleo estrutural é estudada a metodologia das disciplinas específicas da

educação básica quanto à abordagem dos conteúdos curriculares: organização sequencial, avaliação e inter-relação entre as disciplinas com vistas à eficácia do processo ensino-aprendizagem. Os conhecimentos teórico-metodológicos são indispensáveis ao trabalho interdisciplinar de concepção, elaboração e desenvolvimento integrado das áreas que compõem o currículo do ensino profissional e tecnológico; (3) núcleo integrador, que visa concretizar as diferentes perspectivas teóricas em forma de pesquisa e prática de ensino, por meio de projetos multidisciplinares que assegurem a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso. Este núcleo possibilitará um maior dinamismo curricular, garantindo a articulação teoria-prática e levando os alunos a refletir sobre as questões ligadas às políticas educacionais, ao projeto político-pedagógico da escola e às ações pedagógicas desenvolvidas no cotidiano de sua prática docente

A matriz curricular permeia a teoria com a prática, e propõe uma relação entre as áreas do conhecimento escolar, conduzindo o aluno ao aprofundamento do saber. A sequência lógica das disciplinas objetiva a formação paulatina e continuada do profissional, e o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos que o tornarão aptos a atender os objetivos delineados quando da concepção do curso.

O corpo docente é composto de professores qualificados na área da formação a ser ofertada, o que possibilita o desenvolvimento do curso com as condições humanas necessárias.

A infraestrutura é composta de salas de aula, nos pólos, biblioteca, sala de vídeo conferência, e de outros espaços necessários ao desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

As disciplinas serão ministradas utilizando-se diversos recursos pedagógicos e tecnológicos, já enunciados no projeto de curso.

Mediante essas considerações recomenda-se a aprovação do projeto do curso de Segunda Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na modalidade a distância, do IFCE. Este é o parecer.

Fortaleza, 08 agosto de 2012.  
Equipe pedagógica da PROEN



PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
NÚCLEO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (EPCT) NA MODALIDADE  
A DISTÂNCIA**

Fortaleza, CE

Abril – 2012

Cláudio Ricardo Gomes de Lima  
**Reitor do IFCE**

Gilmar Lopes Ribeiro  
**Pró-reitor de Ensino**

Cassandra Ribeiro Joye  
**Diretora de Educação a Distância DEAD**  
**Coordenadora UAB**

Cristiane Borges Braga  
**Vice-coordenadora da UAB**

Gina Maria Porto de Aguiar  
**Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica**

#### **Comissão de Elaboração do Projeto**

Cassandra Ribeiro Joye

Gina Maria Porto de Aguiar

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Cristiane Borges Braga

Raimunda Olímpia de Aguiar Gomes

Andrea Maria Rocha Rodrigues

***Márcia Roxana da Silva Regis***

***Livia Maria de Lima Santiago***

## SUMÁRIO

<b>DADOS GERAIS DO CURSO</b> .....	<b>4</b>
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b> .....	<b>5</b>
EXPERIÊNCIA DO IFCE EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	5
DENOMINAÇÃO DO CURSO .....	7
ABRANGÊNCIA.....	9
<b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA</b> .....	<b>10</b>
JUSTIFICATIVA.....	10
<b>PERFIL DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLÓGICA</b> .....	<b>13</b>
Objetivos .....	16
Objetivo Geral .....	16
Objetivos específicos .....	16
Formas de acesso.....	16
Perfil profissional de egresso do curso superior .....	16
Metodologia de ensino .....	17
<b>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b> .....	<b>22</b>
Matriz curricular .....	22
Estágio Curricular .....	23
Trabalho de Conclusão de Curso.....	25
Atividades acadêmico-cientifico-culturais .....	26
Avaliação do projeto do curso.....	26
Avaliação da aprendizagem.....	28
Ementa das unidades curriculares .....	31
Diploma .....	40
<b>CORPO DOCENTE</b> .....	<b>41</b>
<b>CORPO TECNICO-ADMINISTRATIVO</b> .....	<b>42</b>
<b>ESTRUTURA E MODELO DO CURSO</b> .....	<b>43</b>
Controle acadêmico .....	45
Oferta de disciplinas .....	45
Material didático e metodológico .....	48
<b>DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES PARA ATENDIMENTO NOS POLOS</b> .....	<b>50</b>
Infra-estrutura física e recursos materiais.....	51
Polo de apoio presencial .....	51
A equipe e atribuições .....	52
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO</b> .....	<b>54</b>
Bibliografia .....	54
Anexos	

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Órgão/Entidade Proponente INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ				CNPJ/MF. 35005347/0001-01	
Endereço Av 13 de Maio, 2081 Benfica					
Cidade Fortaleza	U.F. Ceará	C.E.P. <b>60040-531</b>	DDD/Telefone <b>(85)33073666</b>	E.A Federal	
Unidade Gestora 153009			Gestão 15206		
URL: <a href="http://www.ifce.edu.br">www.ifce.edu.br</a>		Emails: <a href="mailto:claudior@ifce.edu.br">claudior@ifce.edu.br</a> , <a href="mailto:reitoria@ifce.edu.br">reitoria@ifce.edu.br</a>			

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

### **1.1 Instituição Proponente**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará -IFCE

### **1.2 Experiência do IFCE em Educação a Distância**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando, na forma da lei, de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, tendo como marco referencial de sua história institucional um contínuo processo de evolução, que acompanha o processo de desenvolvimento do Ceará, da Região Nordeste e do Brasil.

O Ministério da Educação, reconhecendo a vocação institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) para o desenvolvimento do ensino de graduação e pós-graduação tecnológica, bem como extensão e pesquisa aplicada, reconheceu através do Decreto Nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, que os IFs “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.” (BRASIL, 2008.).

Destaque-se ainda que a mesma Lei afirma que um dos objetivos dos Institutos é ofertar: “[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.” (BRASIL, 2008.).

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE), através do Núcleo de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NTEAD), vinculado à Diretoria de Educação a Distância, ligado a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) tem atuado em formação profissional na coordenação dos projetos e programas de EAD, como o Pró-Funcionário, o Portal EPCT Virtual, UAB (Universidade Aberta do Brasil) ee-Tec (Rede Escola Técnica Aberta do Brasil).



Como participante do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, o IFCE desenvolve dois cursos superiores a Distância: Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Hotelaria e cinco cursos técnicos de nível médio: Meio-ambiente, Segurança do Trabalho, Informática, Eletrotécnica e Edificações incorporados à Rede Escola Técnica Aberta do Brasil- e-TEC (SETEC/MEC). Ainda dentro sua experiência em Educação a Distância, desenvolve cursos do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores – Profucionário. Na pós-graduação *latu sensu*, ofertadois cursos: Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase na Diversidade e Produção de Material Didático com Ênfase na Diversidade, ambos em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Ainda em parceria com essa secretaria, oferece o curso de extensão em Mediadores de Leitura.

Na área de EAD, também atua fortemente na pesquisa, inovação e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e pedagógicas para uso nos cursos presenciais e a distância - o EPCT Virtual (<http://interred.ifce.edu.br/>), como repositórios, salas de aula virtuais, produção de conteúdo, produção de avaliações, laboratórios virtuais, sistemas de gestão entre outras, gerando, além dos produtos que serão incorporados ao Portal do MEC, trabalhos acadêmicos como monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O projeto, ora proposto, de Curso Superior de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica constitui uma oportunidade para a formação e qualificação de professores em diferentes municípios do Ceará carentes e distantes dos centros formadores, os quais já possuem uma graduação na área Educação Profissional e Tecnológica, mas não são licenciados.

O ensino presencial constitui a fórmula pedagógica universal no campo da educação e formação em geral, em suas diferentes modalidades e níveis, entretanto essa realidade é impelida a mudar substancialmente com a apropriação das tecnologias da informação e comunicação, notadamente na formação superior, profissional e tecnológica. O uso das tecnologias é um diferencial competitivo por favorecer maior rapidez no acesso ao conhecimento, acessibilidade, personalização e/ou massificação da formação, economia (de tempo, deslocamento e infraestrutura física), além da multiplicidade e ampliação da oferta, entre outros fatores que tornaram a Educação a

Distância-EAD um sistema eficiente de provimento de formação, aprendizagem e colaboração.

O IFCE, tendo como referência a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96) que enuncia em seu artigo 80 a inclusão da EAD, se propõe a oferecer curso superior de Licenciatura em Educação Profissional Científica e Tecnológica, visando atender a uma demanda reprimida e crescente de professores bacharéis e tecnólogos que atuam nas escolas estaduais de educação profissional, bem como nos campi do IFCE. Contingente de professores que não possui formação pedagógica para trabalhar com as suas especificidades, fato resultante da expansão dessa modalidade de educação no estado.

Pela via da modalidade de Educação a Distância, o IFCE está apto a expandir o acesso, interiorizando e levando a formação necessária àqueles indivíduos e profissionais que estão distantes dos grandes centros de ensino e/ou que enfrentam limitações para a frequência ao ensino presencial. Tal modalidade deve assegurar a concepção, produção, difusão, gestão e avaliação dos projetos e programas de EAD, sob a responsabilidade de uma equipe multidisciplinar representativa das diferentes áreas do conhecimento, provenientes dos diversos Setores/Departamentos e Cursos da Instituição que constituem os Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância dos campi e da Diretoria de Educação a Distância, a qual coordena e articula os núcleos.

Dada a especificidade do curso e seu modelo pedagógico, pretende-se utilizar diferentes mídias combinadas: Internet, impresso, videoconferência, webconferência, CD ROM, telefone e fax, visando alcançar o ponto de equilíbrio entre o conteúdo e a atividade experimental; e entre o indivíduo e a aprendizagem colaborativa de forma a diminuir a distância espaço-temporal e aumentar a frequência ao curso.

O IFCE, ao reconhecer a importância estratégica do uso das tecnologias da informação e comunicação para a expansão e democratização do ensino, para a ampliação do acesso e como apoio e enriquecimento do ensino presencial e a distância, vem envidando esforços para assumir o desafio de levar educação onde ela for necessária e consolidar-se como centro de excelência em EAD.

## **2. DENOMINAÇÃO DO CURSO**

Área profissional: Ciências Humanas

Titulação conferida: Licenciado em Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Nível: Segunda graduação

Modalidade de oferta: semipresencial

Duração do curso: 3 semestres

Regime escolar: semestral

Requisito de acesso: Bacharéis ou tecnólogos da rede pública de ensino estadual e federal, que atuam nas instituições públicas de Educação Profissional do Ceará.

Início de funcionamento: 2013.1

Nº de vagas semestrais: 30 por polo

Turno de oferta: Diurno

Carga horária das disciplinas: 800 horas

Carga horária do estágio: 200 horas

Carga horária das atividades acadêmico-científico-culturais: 200 horas

Carga horária total (incluindo estágio e atividades culturais) 1.200 horas

Sistema de carga horária: 1 crédito = 20 horas

Para a caracterização do quantitativo de vagas e a indicação dos quantitativos de polos e suas localizações, serão considerados os seguintes itens:

- 1- Polos do Estado do Ceará (UAB 1 e 2);
- 2- Polos novos aprovados para atender o PAR (Plano de Ação Articulada).

A proposta é ofertar o curso, inicialmente, para o estado do Ceará, sendo 30 vagas, em média, para cada polo, totalizando 960 vagas. As vagas podem ser ampliadas de conformidade com a demanda dos municípios polos a serem atendidos, bem como ser ofertadas para os Estados e polos da Região Nordeste, participantes da UAB.

**Quadro1:** vagas por polo

Nº	Polos	Edital	Qtd Vagas
1	Acaraú	PAR	30
2	Aracati	UAB 1	30
3	Aracoiaba	UAB 1	30
4	Barbalha	UAB 1	30
5	Beberibe	UAB 2	30
6	Brejo Santo	UAB 2	30
7	Cedro	IFCE	30
8	Camocim	UAB 1	30

9	Campos Sales	UAB 2	30
10	Caucaia (Polo Jurema)	UAB 1	30
11	Caucaia (Polo Praia)	UAB 1	30
12	Caucaia (Polo Sede)	UAB 1	30
13	Crato	IFCE	30
14	Fortaleza	UAB 1	30
15	Iguatu	PAR	30
16	Ipueiras	UAB 2	30
17	Itapipoca	UAB 2	30
18	Jaguaribe	UAB 2	30
19	Juazeiro do Norte	IFCE	30
20	Maracanaú	IFCE	30
21	Maranguape	UAB 2	30
22	Mauriti	UAB 2	30
23	Meruoca	UAB 1	30
24	Missão Velha	UAB 2	30
25	Orós	UAB 2	30
26	Piquet Carneiro	UAB 2	30
27	Quixadá	UAB 1	30
28	Quixeramobim	UAB 1	30
29	São Gonçalo	UAB 1	30
30	Tauá	UAB 2	30
31	Ubajara	UAB 1	30
32	Viçosa	PAR	30
	<b>Total</b>		960

Elaborado pela comissão do projeto – 2012

## 2.1 Abrangência

O curso será oferecido no Estado do Ceará, conveniado para os municípios Acaraú, Aracati, Aracoiaba, Barbalha, Beberibe, Brejo Santo, Cedro, Camocim, Campos Sales, Caucaia (Polo Jurema), Caucaia (Polo Praia), Caucaia (Polo Sede), Crato, Fortaleza, Iguatu, Ipueiras, Itapipoca, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mauriti, Meruoca, Missão Velha, Orós, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, São Gonçalo, Tauá, Ubajara.

Serão utilizados os polos de apoio presencial organizados para realização do curso bem como será extensivo aos municípios circunvizinhos.

### **3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

#### **3.1 Justificativa**

As políticas públicas voltadas para Educação Profissional Científica e Tecnológica têm se ampliado na contemporaneidade, principalmente com o aumento do número de vagas e criação de cursos. Através de programas, como Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), Programa Mulheres Mil, RedeCertific, Programa Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec Brasil, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário). Com estes programas tem-se buscado o fortalecimento e a expansão da formação profissional e tecnológica em nosso país.

No caso do Brasil Profissionalizado, para onde converge a demanda de formação docente para a educação profissional, por meio do repasse de recursos do governo federal para os estados investirem em suas escolas técnicas. Esse programa foi criado em 2007, e possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de integrar, no ensino médio, a teoria à prática (MEC, 2010).

No estado do Ceará, esse programa recebeu em 2009, o repasse de R\$ 115, 721 milhões. Todos os recursos foram empregados em obras de infra-estrutura. Destaca-se ainda que a rede estadual de ensino conta, atualmente, com 95 Escolas Profissionais em funcionamento e outras em construção, de modo que até 2013 terá em torno de 115 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EETPs) implantadas em 85 municípios, dentre eles: Acaraú, Aurora, Beberibe, Guaraciaba do Norte, Hidrolândia, Icó, Ipu, Itaitinga, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Massapé, Mauriti, Pedra Branca. Hoje, a grande maioria dos professores que lecionam nessas escolas, não possui licenciatura. Fazer uma formação em serviço é o grande desafio do IFCE.

Para se atender à legislação, que exige licenciatura para quem assume a docência, é necessária uma ação conjunta com outras instituições, de modo a desenhar uma formação

específica, com conteúdos à distância, para os 1.600 docentes que estão atuando nas escolas de educação profissional e para a demanda que surgirá com a implantação de novas unidades de ensino.

A rede de escolas técnicas estaduais, como ressalta Marcelo Camilo Pedra, coordenador geral de projetos especiais da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, “permite que os estados atuem em áreas onde a demanda não é totalmente atendida pela rede federal” (MEC, 2010). Isso vem a atender as necessidades específicas de cada município na inclusão do jovem no mercado de trabalho, como pode ser observado na justificativa do projeto de Lei Nº 123/2007, que cria a Escola Técnica Estadual de Itapipoca:

Obedecendo ao preceito legal previsto no art. 58, da carta Estadual, acrescidos pela Emenda Constitucional nº18/94, como também na Resolução nº 389 de 11 de dezembro de 1996, art. 215, esta iniciativa tem por finalidade instalar uma Escola Técnica de caráter regional com cursos que oferecerão formação técnica para o aluno e dar apoio a grupos e cooperativas, na realização de atividades produtivas com suporte de tecnologia de ponta, através de sofisticados laboratórios tecnológicos. A vantagem da escola técnica é que o aluno tem maior oportunidade dentro do mercado de trabalho.

Por outro lado, identifica-se a falta de formação dos profissionais para a prática docente, considerando que a maioria deles ingressou em cursos técnicos e possuem apenas a experiência da prática profissional adquirida no “chão de fábrica”, o que não basta para garantir a esse profissional a capacidade de ensinar. Ademais, muitos desses professores são profissionais que advêm de bacharelados e não possuem os saberes necessários para exercer a docência.

Considerando que o ato de ensinar exige saberes específicos, Shulman (1988) os classifica em três dimensões: acadêmica (ênfaticamente nas disciplinas da licenciatura), a dimensão subjetiva (saber ser professor-educador) e a dimensão da prática (saber-fazer). Essas três dimensões possibilitam a profissionalização docente.

Sob essa premissa, verifica-se a necessidade da urgente formação de professores tecnólogos e bacharéis para o ensino na educação profissional, a qual poderá ser ofertada nos Institutos Federais, uma vez que a Lei Nº 11. 892, de 29 de dezembro de 2008, que os regulamenta, afirma que um de seus objetivos é ofertar: “[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.” (BRASIL, MEC, 2008.)

Um passo importante, no sentido de atender a essa necessidade, foi o surgimento do Plano

Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) em cumprimento ao Decreto 6.755. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) cabe a responsabilidade pela indução, fomento e avaliação dos cursos no âmbito do PARFOR. Todas as licenciaturas das áreas de conhecimento da educação básica são ministradas no PARFOR, podendo ocorrer na modalidade presencial e a distância. Podem ser oferecidos cursos de primeira licenciatura para professores sem graduação e de segunda licenciatura para licenciados que atuam fora da área de formação e de formação pedagógica para bacharéis sem licenciatura (CAPES, 2010).

Como anuncia Taglieber (2007), com base em investigação intitulada “Formação continuada de professores em educação ambiental: contribuições, obstáculos e desafios”, os professores que participaram dessa investigação consideraram como maior dificuldade a falta de “tempo disponível para realizar sua formação”, ou seja, conciliar prática docente e formação.

A partir de sua experiência em EaD e da história de mais de cem anos na oferta de educação profissional, o IFCE propõe a criação e implantação do curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, de forma semipresencial, de maneira a possibilitar ao professor administrar seu tempo de formação, ao mesmo tempo em que propicia sua inclusão no mundo digital.

Os princípios norteadores do curso estão alicerçados nos princípios pedagógicos e políticos da autonomia, historicidade, diversidade, teoria-prática, investigação, interdisciplinaridade e construção.

A autonomia dos alunos será construída ao longo do curso numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação se transforme em atitude que possibilite ultrapassar o senso comum e se torne o fio condutor do processo de aquisição e produção do conhecimento.

O princípio da historicidade caracteriza as ciências, sustenta-se na premissa de que o conhecimento é construído e se desenvolve num determinado contexto histórico/social/cultural e a ele está sujeito, consubstanciando-se num *continuum* determinado pelas condições em que o conhecimento é processado.

A diversidade é outro princípio em que se baseia a licenciatura, para que o professor-aluno tenha bem claro que a natureza dos conhecimentos com os quais trabalha não é única e que, por isso, a abordagem a ser-lhes dada se diversificará conforme o enfoque teórico-metodológico. Como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação educativa, o conceito de diversidade é fundamental para a compreensão de que o trabalho

pedagógico não é neutro, tendo em vista os desafios e os dilemas do pluralismo em razão das diversidades étnicas, culturais e sociais do país, principalmente se tratando da Região Nordeste, onde o Ceará está inserido.

A integração entre a teoria e a prática é uma exigência do processo de formação do professor, na sua “práxis” por ser uma mediação entre o “saber teórico” e o “fazer concreto”, na construção histórica e interdisciplinar do conhecimento.

Investigar como prática pedagógica, garantir a mobilização dos diferentes saberes pedagógicos e metodológicos, que requerem do professor capacidade investigativa para conhecer e avaliar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais é fundamental, uma vez que a tarefa docente não é uma ação isolada, mas socialmente comprometida. Dessa forma, evita-se a postura de simples reprodução para vivenciar a experiência de construção do conhecimento, num processo que pressupõe momentos articulados de ação-reflexão-ação.

Assim, a interdisciplinaridade é um dos fatores de mudança na atitude de compreender o mundo, que favorece o olhar epistemológico, ajudando o professor a sair do âmbito fechado da sua disciplina e promover experiências pedagógicas significativas, além dos limites de um componente curricular. A interdisciplinaridade não pode ser entendida como uma justaposição de disciplinas do currículo, mas sim como uma articulação de saberes, um produto de relações.

Todos esses princípios permitem a construção de conhecimentos que ocorrem no contexto das relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura.

### **3.2 Perfil do curso Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT)**

A proposta de Cursos de Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica se dá a partir do estabelecimento e inter-relação de três aspectos ou dimensões do saber, segundo anuncia Pereira (2009):

- a) a dimensão técnico-científica
- b) a dimensão sócio-político-cultural
- c) a dimensão específica da formação do professor

Na formação do professor em EPCT, de acordo com o autor, “deve ser estabelecido o entrecruzamento do conteúdo específico de uma determinada área da formação profissional



(elétrica, mecânica, química, etc.) com aqueles destinados ao domínio do que é específica à produção do conhecimento” (PEREIRA, 2009, p. 2). Dessa forma, incorpora-se a dimensão formativa sócio-político-cultural e a dimensão pedagógica; e a formação do professor para a EPCT se dá a partir de um modelo diferente do aligeiramento e simplificação próprio do modelo atual (PEREIRA, 2009). Destaca, ainda, que essa formação deve tomar como referencial:

- as exigências do mundo atual;
- os aspectos legais;
- o entendimento de que o estudo dos conteúdos científicos e tecnológicos deve refletir sua natureza dinâmica, articulada, histórica e acima de tudo não neutra;
- os referenciais curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica a partir de uma base nacional comum sem, contudo, deixar de reconhecer a necessidade de se respeitarem as diversidades regionais, políticas e culturais existentes (PEREIRA, 2009).

Defende o autor que a formação do professor em EPCT deve se pautar nos seguintes objetivos:

- a) A dinamização da relação ensino-aprendizagem, promovendo a autonomia e a contextualização dos diversos saberes disciplinares ao integrar os conhecimentos científicos aos pedagógicos,
- b) A compreensão de que os modelos da Ciência são construções da mente humana que procuram "manter a realidade observada como critério de legitimação" e que a produção científico-tecnológica está a serviço da estrutura social que lhe dá suporte, estrutura essa que necessita revisitar suas concepções analíticas, considerar o importante papel das interações existentes em sistemas complexos e propor modelos que melhor representem o todo,
- c) Comprometimento uma educação inclusiva;
- d) O reconhecimento de que a realidade social deve ser tomada como ponto de partida e o fator de cidadania como pano de fundo das ações educativas;
- e) A compreensão de que a figura central de todo e qualquer processo educativo é o ser humano com suas coerências e incoerências;
- f) O desenvolvimento do trabalho educativo através de saberes não-fragmentados a partir da compreensão de que os saberes disciplinares sendo recortes de uma mesma área guardam correlações entre si, assim como as áreas devem articular-se umas às outras;
- g) O entendimento de que o magistério, considerado como base imprescindível à

formação docente, deve incluir a necessidade de o professor vir a ser pesquisador de sua própria prática pedagógica;

h) A compreensão do processo de produção de conhecimento e da provisoriade das verdades científicas;

i) A superação entre o saber e o fazer pedagógico, daí o processo pedagógico ser encarado como uma totalidade na qual ocorre a articulação de diferentes áreas do saber, exigindo na formação docente uma sólida base humanística, científica e tecnológica articulada com a prática pedagógica através de um processo dinâmico de apropriação e produção do conhecimento; (PEREIRA, 2009).

Reforça Pereira (2009) que a reflexão deve configurar a prática docente com o intuito de fundamentar:

a) A reflexão sempre presente acerca dos riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas;

b) O desenvolvimento de metodologias adequadas à utilização das novas tecnologias digitais aplicadas ao processo de construção do conhecimento;

c) A capacidade na busca autônoma, na produção e na divulgação do conhecimento e desenvolvimento de um processo de atualização constante do conhecimento, acompanhando os avanços científicos e tecnológicos, buscando formação permanente e continuada;

d) O comprometimento com a ética profissional voltada à organização democrática da vida em sociedade;

e) O compromisso enquanto profissional da educação consciente de seu papel na formação do cidadão e da necessidade de se tornar agente interventor na realidade em que atua;

f) A valorização do trabalho coletivo através de ação crítica e cooperativa na construção do conhecimento;

g) O diálogo com a comunidade visando à inserção de sua prática educativa desenvolvida no contexto social regional, em ações voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável (PEREIRA, 2009).

Com esse intuito, o curso de licenciatura plenadenominado de Curso de Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica propõe os seguintes objetivos:

### **3.3 Objetivos**

#### **3.3.1 Objetivo Geral**

Formar professores portadores de títulos de bacharéis e tecnólogos para atuarem na Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT) a partir da mediação teoria, prática e pesquisa, fundamentando-se na perspectiva de professor-pesquisador.

#### **3.3.2 Objetivos específicos:**

- Socializar estudos e pesquisas em currículo, formação docente e avaliação na EPCT;
- Habilitar professores para o exercício do magistério em disciplinas que compõem o currículo da EPCT;
- Subsidiar na aquisição de competências que contribuirão para a sua atuação como docente;
- Fornecer o entendimento básico das questões que envolvem educação e trabalho.
- Possibilitar a compreensão dos processos de educação em geral e, especialmente da EPCT, caráter no mundo contemporâneo.

### **3.4 Formas de acesso**

O processo de seleção será específico e especial, de caráter classificatório, com publicação em Edital, do qual constará o curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção e demais informações úteis. Será centrado em conteúdos do Ensino Médio, conforme dispõe o art. 51 da Lei nº. 9394/96, e será executado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

### **3.5 Perfil do Egresso**

O egresso do curso Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica é o bacharele tecnólogo, portador do título de Licenciatura Plena para o exercício do magistério, em disciplinas constantes do currículo do ensino da EPCT.

Esse profissional poderá desempenhar, não só a função de docência, elemento definidor da atividade educativa, mas também participar de todas as atividades próprias da ação docente como:

- planejamento pedagógico;
- reuniões pedagógicas;
- eventos programados pela instituições de ensino.

Enfim, o professor licenciado em educação profissional científica e tecnológica deverá atuar nas escolas profissionais e estará capacitado a:

1. Exercer atividades docentes em disciplinas do ensino profissional.
2. Atuar no âmbito da educação formal e não-formal.
3. Utilizar as ciências humanas e sociais e também os conhecimentos das ciências da natureza e as tecnologias, como referências e instrumentos para a condução das situações pedagógicas.
4. Participar no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, com sensibilidade ética e compromisso com a democratização das relações sociais na instituição e fora dela.
5. Estabelecer um diálogo entre a sua e as outras áreas do conhecimento, relacionando o conhecimento científico com a realidade social.
6. Colaborar na elaboração e desenvolvimento do projeto pedagógico da instituição de ensino onde atua, realizando um trabalho pedagógico participativo e solidário.
7. Articular movimentos socioculturais, envolvendo a escola e a comunidade.
8. Realizar pesquisas na área da educação profissional e especificamente da docência, visando conhecer e avaliar as relações sociais, políticas e econômicas.

### **3.6 Metodologia de ensino**

#### **3.6.1 Mediação Pedagógica em EAD:**

É evidente que o estágio atual das tecnologias informáticas e de redes telemáticas e a diversidade de mídias e suportes de aprendizagem transformou a comunicação educativa uma poderosa ferramenta capaz de diminuir a barreira (mas não eliminar) da separação física e do tempo entre professor (tutor) e aluno, além de proporcionar um aumento substancial do nível de interação e interatividade.

Consideramos que em EAD o nível de interação é que faz a riqueza do processo ensino e aprendizagem e, para que o sistema de ensino à distância tenha um funcionamento eficaz, deve ser adaptado ao aluno, da melhor forma, objetivando motivar e satisfazer as necessidades do estudante, tanto em termos de conteúdo quanto de estilos de aprendizagem.

Nesse sentido, privilegia-se, no modelo adotado pelo IFCE, as diferentes mídias de modo a promover interações mais intensas (auto estudo, interações presenciais, interações virtuais, síncronas e assíncronas) conforme perfil, projeto da disciplina e necessidade do aluno que aprende remotamente.

Daí a mídia impressa, com os guias de estudo e atividades, o CD ROM como complemento e aprofundamento dos conteúdos, inclusive contendo vídeo-aulas, Objetos de Aprendizagem, materiais diversos que o impresso e a plataforma não suportam.

Quanto ao Ambiente Virtual, o IFCE acatou a sugestão do MEC em relação ao Sistema de Gerenciamento de Atividades Educacionais e configurou o ambiente virtual de aprendizagem baseado no Moodle (<http://virtual.ifce.edu.br/moodle/>).

### a) A Interação presencial

○

A interação presencial conta com, no mínimo dois encontros presenciais por disciplina de forma que os alunos possam interagir com todos os Tutores a Distância/ Professores Formadores das respectivas disciplinas nos cursos. Adicionalmente ocorrem encontros presenciais ou webconferência/videoconferência: de reforço/revisão quando se evidencia baixo desempenho dos alunos ou necessidade de reforço de aprendizagem e aplicação de exames presenciais.

○

### b) A Interação a distância

○

A interação a distância é feita com a mediação dos meios de comunicação síncronos e assíncronos predominantemente através do Ambiente Virtual - *Moodle* (chats, fóruns de discussão, atividades, entre outros) e de forma complementar por outros meios como telefone, fax, e-mail, listas, videoconferência/webconferência e pelos materiais didáticos.

### c) A Tutoria

Tanto na interação presencial quanto à distância o papel do tutor é fundamental, posto que a tutoria é elemento essencial no processo de aprendizagem a distância e agente direto de interação entre professor e conteúdo.

As principais funções da tutoria objetivam apoiar a aprendizagem à distância visando à formação do saber, do saber-fazer e do saber-ser.

O tutor, na proporção de um para trinta alunos, é a pessoa diretamente ligada ao

estudante durante o curso por intermédio das mídias de forma tal que a utilização de e-mail, telefone, ambiente virtual de aprendizagem e os encontros presenciais favorecem o processo de ensino-aprendizagem na formação do aluno. Vale ressaltar que os encontros presenciais são previamente agendados via cronograma de cada disciplina.

As funções do tutor são:

- Orientar e estimular os alunos no processo de ensino/aprendizagem;
- Estar em contato constante com os alunos enviando notícias do curso, lembretes, convites a uma participação mais ativa;
- Indicar materiais e leituras complementares;
- Promover a adesão de alunos periféricos por meio de estratégias personalizadas;
- Atender dúvidas metodológicas e de conteúdo em conjunto com o professor responsável por sua produção;
- Participar de reuniões periódicas com o professor formador da disciplina e coordenação de tutoria;
- Produção de relatório de avaliação da disciplina;
- Avaliar as atividades realizadas a distância.

Os tutores a distância são escolhidos por processo seletivo (convite público) e devem atender ao perfil desejado para a disciplina (nível de especificidade ou generalidade) em que irão atuar, bem como atender aos critérios estabelecidos pela lei de bolsa – FNDE. Todos os selecionados têm a obrigação (fase eliminatória do processo seletivo) de participar do curso de capacitação promovido pela DEAD/IFCE (Diretoria de Educação a Distância) e obter bom desempenho. Ressalte-se que nesse processo de capacitação, além dos conhecimentos, competências e habilidades inerentes a função. Os tutores também incorporam os sentimentos de quem aprende a distância e percebem, na prática, a importância da mediação pedagógica efetuada pelo tutor, seu futuro papel.

A formação do tutor tem especificidades relacionadas com questões: didáticas da EAD; sócio-afetivas; estratégias de contato e de interação com os alunos; mediação pedagógica à distância; prática tutorial e utilização de novas tecnologias da comunicação e informação.

É igualmente importante que os professores e tutores que assistirão os alunos no processo de aprendizagem a distância conheçam e apliquem com competência seus novos

papéis e funções: pedagógicas, interpessoais, administrativas, técnicas, objetivando conhecer e aplicar recursos e experiências bem sucedidas em modelos de educação a distância.

Neste sentido, é indiscutível a necessidade de formação e capacitação de quadros para trabalhar com EAD, notadamente na produção e gestão do processo ensino-aprendizagem. Dentre os principais atores desse processo destacam-se: o professor conteudista, que preparará os conteúdos segundo as orientações do design instrucional, profissional responsável por adaptá-lo a um desenho instrucional adequado e adaptado ao perfil e necessidades do aluno, o professor formador que fará a gestão do ensino junto aos tutores a distância, estes focando seus papéis no acompanhamento da aprendizagem e desempenho do aluno, os tutores presenciais com os coordenadores de polo que farão o apoio in loco às necessidades dos alunos e os tutores a distância que fazem o acompanhamento das atividades e necessidades dos discentes.

Diante dessa realidade, uma política de valorização adotada pela instituição é certificar os participantes dos cursos (curso de formação para professores conteudistas, curso de formação de designers instrucionais, curso de formação de professores formadores, curso de formação de tutores a distância, curso de formação de tutores presenciais) para os cursos ofertados na modalidade a distância.

Assim, para atingir os objetivos da formação da equipe que atuará no Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, serão desenvolvidas as ações conforme especificadas abaixo:

- a. Oferecer capacitação inicial e continuada para Tutores a distância e presencial, Professores formadores e conteudistas, designers instrucionais, entre outros profissionais para a equipe multidisciplinar;
- b. Contratar pessoal técnico especializado em informática para: manutenção na rede e atualizações evolutivas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e integração de novas ferramentas de gestão, entre outras;
- c. Contratar pessoal técnico especializado em informática para: diagramação, animação, multimídia para viabilizar a produção, edição e distribuição do material didático;
- d. Contratar pessoal técnico especializado para: produção de vídeo que fará parte do material didático;
- e. Fornecer diárias e passagens para acompanhamento dos polos, reuniões técnico-pedagógicas e da gestão administrativa do Curso de Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

g. Possibilitar a melhoria da qualidade do ensino básico, com a expansão das ofertas de cursos para capacitação de Docentes;

h. Incentivar a pesquisa e extensão dentro do IFCE na área de Educação a Distância.

Quanto à metodologia dos cursos de formação, o processo de ensino e aprendizagem ocorrerá através:

- Aulas expositivas presenciais com recursos multimídia e Internet;
- auto estudo dos materiais didáticos impressos e digitais (CDROM, Ambiente Virtual de Aprendizagem-moodle);
- Participação nos fóruns e chats programados;
- Trabalhos individuais – atividades e exercícios propostos em cada módulo;
- Atividades práticas: elaboração e/ou experimentação com os materiais propostos no curso.

Os cursos de capacitação inicial e continuada serão ministrados para professores conteudistas, designers instrucionais, professores formadores, tutores a distância, tutores presenciais, perfazendo cinco cursos de capacitação. Serão ofertados ainda, minicursos e oficinas de conformidade com as necessidades da equipe.

#### **4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

Com oferta semestral, o curso terá carga horária total de 1.200 horas, distribuídas ao longo de 3 semestres letivos. Às disciplinas do currículo serão destinadas: 800 horas para os conteúdos específicos; 200 horas, aos conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e outras formas de atividades de práticas vivenciadas ao longo do curso e 200 horas de estágio curricular supervisionado, com início a partir da sua segunda metade do curso (Art.1º,CP CNE 02,2002).

Para garantir a integração de conhecimentos e habilidades indispensáveis à formação de professores, o curso apresenta uma estrutura curricular formada por três núcleos interligados denominados respectivamente: núcleo contextual, núcleo estrutural e núcleo integrador.



#### 4.1 Matriz Curricular

<b>Módulos: NÚCLEO CONTEXTUAL</b>	<b>Carga Horária</b>		
	Presencial	Distância	Prática
Educação a distância	12	48	18
História da EPCT no Brasil	12	48	18
Trabalho e Educação	12	48	18
Psicologia Aplicada à Educação e ao Trabalho	12	48	18
Português instrumental	8	32	-
Sub-Total	<b>56</b>	<b>224</b>	<b>72</b>
<b>Módulos: NÚCLEO ESTRUTURAL</b>	<b>Carga Horária</b>		
	Presencial	Distância	Prática
Currículos e Programas da EPCT	16	64	24
Didática aplicada a EPCT	16	64	24
Políticas Educacionais da EPCT	12	48	18
Sub-Total	<b>44</b>	<b>176</b>	<b>66</b>
<b>Módulos: NÚCLEO INTEGRADOR</b>	<b>Carga Horária</b>		
	Presencial	Distância	Prática
Informática Educativa	8	32	12
Educação Inclusiva	8	32	12
História da Educação de Jovens e Adultos: da EJA ao PROEJA	12	48	18
Práticas pedagógicas (TCC)	12	48	18
Metodologia Aplicada a Pesquisa	12	48	18
Atividades acadêmico-científico-culturais	-	200	-
Libras	08	32	-
Estágio I	80	20	80
Estágio II	80	20	80
Sub-Total	<b>220</b>	<b>480</b>	<b>238</b>

TOTAL GERAL	320	880	376
	1.200 h		

## 4.2 Estágio curricular

**O Estágio curricular é uma disciplina, na qual o aluno deve se matricular na metade do curso. A partir do segundo semestre o aluno já possui competências e habilidades para se integrar às escolas de nível fundamental e médio. Ele deverá cumprir uma carga de 200 horas. Um professor formador e sua equipe de tutoria farão o acompanhamento de estágio do aluno.**

A inclusão do licenciado no contexto profissional oferece oportunidade de observação e pesquisa dos espaços da ação docente no sistema de ensino local e, também, do ambiente educativo das escolas em que será realizado o estágio, permitindo a ele realizar um primeiro estudo de caracterização do seu contexto de trabalho: escola, salas de aula etc.

**Ao final do estágio o aluno desenvolve um relatório, que é submetido à equipe de acompanhamento de estágio para avaliação. A instituição também preenche formulários de avaliação sobre o desempenho do estagiário.**

### 4.2.1 Contribuições do Estágio para a Formação do Professor

Tendo em vista contribuir para a formação do educador reflexivo, como profissional que pensa a sua prática, explicitando e reformulando continuamente os seus pressupostos epistemológicos curriculares e disciplinares e, ainda, que aprimorando a sua auto-imagem profissional é que elaborou-se este projeto, priorizando o desenvolvimento das seguintes competências nos alunos estagiários:

- a) Reconhecer-se como indivíduo e como membro de uma sociedade em crise e buscando transformações;
- b) Desenvolver a **COMPETÊNCIA** profissional (humana, técnica e política) necessária a desempenho responsável em seu campo de atuação;
- c) Agir com **COERÊNCIA** de atitudes e comportamentos; entre princípios e ações; teoria e prática, conduta indispensável a um ajustamento próprio como pessoa e a uma prática educativa eficiente;
- d) Ter **COMPROMISSO** com a transformação da escola, da educação e da sociedade, no sentido de construir um mundo onde haja justiça social e a igualdade para todas as classes.

*O desenvolvimento das competências citadas requer um comportamento de observação, reflexão crítica e reorganização das ações dos estagiários o que contribuirá para colocá-los próximos à postura de um investigador preocupado em aproveitar as atividades comuns da escola para delas extrair respostas que reorientem sua prática pedagógica.*

#### 4.2.2 Acompanhamento do Estágio Supervisionado

No Estágio Supervisionado, os licenciados atuarão no ambiente escolar junto a profissionais habilitados e experientes, quando terão a oportunidade de acompanhar e vivenciar situações concretas que mobilizem constantemente a articulação entre conhecimentos pedagógicos teóricos e práticos.

Serão dadas orientações aos alunos-estagiários pelos professores que acompanham o Estágio, como as discussões, a elaboração de instrumentais, os filmes projetados, as narrativas orais e etc. São consideradas como atividades de estágio, tendo em vista o que estabelece o Parecer nº 09/2001:

Esse contato com a prática profissional não depende apenas da observação direta: a prática contextualizada pode “vir” até a escola de formação por meio das tecnologias de informação – como computador e vídeo -, de narrativas orais e escritas de professores, de produções dos alunos, de situações simuladas e estudos de caso.

O referido acompanhamento do estágio observará os seguintes procedimentos:

- i. A elaboração do Termo de um Acordo de Cooperação ou Convênio o qual deverá ser efetuado pelo IFCE nos municípios atendidos pela UAB.
- ii. O cumprimento do Cronograma das Atividades de Estágio será discutido em sala de aula com os estagiários.
- iii. O acompanhamento dos Planos e Projetos de Ensino dos estagiários e a realização de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais a serem desenvolvidas durante o estágio.

#### 4.2.3 Orientações sobre as Atividades que devem ser Realizadas pelo(a) Estagiário(a) na Escola Conveniada

- a) Na primeira visita, o(a) estagiário(a) entrega à Direção da escola o ofício de encaminhamento do seu estágio.
- b) O(a) estagiário(a) deve conhecer o Plano de Disciplina do(a) professor(a) da turma, bem como a bibliografia utilizada no referido Plano.

- c) As atividades diárias devem ser registradas em ficha própria com visto do(a) professor(a) da turma onde está realizando o estágio.
- d) A presença do(a) estagiário(a) na sala de aula só deve ocorrer com autorização do professor tutor da turma. Trata-se de um trabalho cooperativo estagiário(a) x professor(a) e não deve gerar prejuízo à aprendizagem do aluno.
- e) O(a) estagiário(a) é avaliado(a) durante o desenvolvimento de suas atividades, tanto pelos professores(as) de Estágio como pelos professores(as) da escola conveniada, além da auto-avaliação do estagiário, atendendo os seguintes critérios: Interesse, participação, organização, criatividade, iniciativa, pontualidade, responsabilidade, aspectos didático-pedagógicos, interação teoria- prática.

#### 4.2.4 Outros Critérios de Análise de Avaliação do Estágio

Além dos critérios de avaliação acima citados o aluno estagiário deverá apresentar, durante o período do estágio, os seguintes critérios de exigência do estágio:

- a) Roteiros de trabalhos de todos os semestres, cujas propostas apresentadas devem ser executadas de acordo com a realidade de cada escola;
- b) Diário de Campo -roteiro de observação para as atividades de estágios que conterà os registros que servirão como subsídio do Relatório Final;
- c) Ficha de Registro das Atividades Diárias e controle de frequência;
- d) Plano de Ação/Aula: Planejar atividade a ser realizada na escola conveniada e anexar no Relatório Final de cada Semestre;
- e) O Relatório Final deve seguir a orientação de um trabalho científico.

○

#### ○ 4.2.5 Política para Aplicação dos Estágios

Realizar convênios com as escolas públicas e privadas visando práticas de ensino, estágios e outras atividades extracurriculares de forma a integrar efetivamente o profissional no mercado de trabalho.

### **4.3 Trabalho de Conclusão de Curso**

Para conclusão do curso o aluno deve elaborar e apresentar um trabalho de conclusão de curso (TCC), através da construção de um documento de uma experiência assimilada,

pesquisada, questionada, elaborada, analisada e refletida como uma proposta que possa servir de instrumento para futuras pesquisas na área.

O objeto deste trabalho poderá ser uma monografia, ou um artigo, ou um memorial, dentro das normas técnicas de elaboração, devendo ser rigorosamente planejada e organizada através de um pré-projeto, que será orientado e avaliado por uma banca examinadora.

#### **4.4 Atividades acadêmico-científico-culturais**

**Essas atividades (Anexo I) devem ser computadas individualmente para cada aluno durante o percurso dos seus estudos, mediante comprovação de sua participação na:**

- **Produção coletiva de projetos de estudos;**
- **Elaboração de pesquisas de campo com aplicabilidade comprovada;**
- **Oficinas;**
- **Seminários Temáticos;**
- **Tutorias;**
- **Eventos;**
- **Atividades de extensão.**

Para isso, o IFCE deverá promover palestras e cursos de aperfeiçoamento sobre temas de atualidades em discussão no país e propiciar condições para que os alunos promovam e participem de atividades acadêmico-científico e culturais dentro e fora da referida Instituição.

#### **4.5 Avaliação do projeto do curso / Avaliação Institucional**

O processo de Avaliação Institucional na EaD representa instrumento que norteia a vertente pedagógica, na medida em que auxilia a melhoria dos meios de produção do material didático, o fazer dos profissionais envolvidos e os recursos tecnológicos utilizados. Considerando as complexidades advindas da forma rápida como aumenta qualquer contexto que envolve as coisas da EaD, pelo grande volume de informações produzidas e do considerável fluxo de pessoas que fazem parte do processo, é preciso pensar em como trabalhar com tantos dados, evitando uma fadiga do processo avaliativo, bem como em utilizar adequadamente as informações obtidas.

A avaliação é um momento de crescimento do projeto político pedagógico, do qual são

convidados a participar todos os colaboradores envolvidos na EaD. O objetivo final é buscar a qualidade do processo educacional a distância. A proposta propõe um sistema de autoavaliação pelos membros que participam do processo da gestão de ensino e aprendizagem do Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado a distância.

Conscientes da importância da autocrítica, a qual envolve preocupações com a melhoria constante com o não menos constante aprendizado, o processo de avaliação é feito por meio de instrumentos, tais como: questionário e relatório ao final de cada processo (disciplina, produção de material, logística de entrega de material, entre outras atividades).

Considerando, nessa questão, que a demanda de pessoas envolvidas na modalidade educacional de EaD, dessa instituição, desde sua implantação, tem aumentado consideravelmente, em termos de número de alunos matriculados, tutores, formadores, conteudistas e equipe técnica e pedagógica, torna-se fundamental avaliar a forma como os processos de ensino e de aprendizagem, em termos de sua produção e realização, estão efetivamente acontecendo. Se em 2008 a equipe de EaD do IFCE/UAB contava com os cursos de Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Hotelaria, envolvendo um contingente de 600 pessoas, em 2010 as ações educacionais se expandiram consideravelmente. Hoje, tem-se cursos veiculados a distância, vinculados aos programas E-Tec, UAB e o Pró-funcionário, envolvendo 2.443 pessoas. Em dois anos, um aumento considerável. Como avaliar tudo isso? Como ir além dos dados quantitativos?

Com o intuito, de realizar o processo de avaliação institucional, no âmbito do IFCE, de forma sistematizada, contínua e processual, buscando atender, satisfatoriamente, ao número cada vez crescente de usuários do sistema de educação a distância, buscou-se montar uma equipe para desenvolvimento e implementação de um *software* de avaliação institucional – SISAVI - aprovado via Edital 15 – Fomento às TICs CAPES/DED 2010, com previsão de término em agosto de 2011. A equipe, no momento, é composta por três pesquisadoras da área educacional e dois desenvolvedores e dois web designers vinculados à área tecnológica de Sistemas de Informação.

O mecanismo de avaliação do SISAVI tem sido elaborado com o apoio dos representantes de cada segmento participante do processo da EaD, de forma a construir os instrumentos de avaliação com base nas atividades diretamente ligadas entre si nos processos realizados dentro do IFCE na modalidade a distância. Isso irá favorecer, ao final, uma coleta de dados integrados, de forma que a análise permita visualizar onde, quando e de que forma, os ajustes devem ser realizados.

## 4.6 Avaliação da Aprendizagem

### 4.6.1 Sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação como processo educativo na formação do professor, deve envolver educandos e educadores para tomadas de decisões na prática educativa ao longo do curso, compreendendo uma perspectiva política.

No contexto da educação a distância, a avaliação deve proporcionar um caráter de autonomia, de autodidaxia, pesquisa e autoria, favorecendo a formação do professor de forma crítica e consciente de seu papel.

A avaliação de aprendizagem do processo educativo do curso compreenderá a realização de exames presenciais, cumprindo o que determina o Decreto 5.622/2005, bem como, diversas atividades realizadas no ambiente virtual de aprendizagem, cujo foco de avaliação baseia-se na captura e análise automática das ações dos usuários, enfatizando estilos de aprendizagem, estratégia metacognitiva e motivação.

Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica na modalidade a Distância optou pelo processo de avaliação formativa, qualitativa e quantitativa. Assim, as avaliações no ambiente virtual utilizam a ferramenta *Learning Vectors* (LV) que de forma qualitativa e quantitativa conseguir aferir o desempenho do aluno, conforme versa o ROD/2010.

A avaliação qualitativa, que ocorre de forma contínua e com foco na aprendizagem, tem se revelado extremamente necessária na aprendizagem virtual e no desenvolvimento da autonomia do aluno por alinhar-se à lógica formativa.

Embora os Ambientes Virtuais de Aprendizagem forneçam ampla quantidade de indicadores de desempenho para suporte à avaliação, há uma predominância do caráter quantitativo do processo, além do que, as especificidades de gerenciamento pedagógico de cursos suportados por tecnologias digitais acabam gerando enorme sobrecarga de trabalho ao professor/tutor, principalmente em turmas numerosas.

Dessa maneira, propõe-se os LV, instrumento de avaliação capaz de fornecer *feedbacks* em tempo mínimo, suprimindo a necessidade constante do aluno/aprendiz para acompanhar e verificar seu desempenho em um curso com suporte *online*; reduzir a sobrecarga de informações geradas a serem analisadas pelo Professor/Tutor, servir de alerta ao problema da evasão e ser instrumento de controle acadêmico por parte da instituição de ensino.

A finalidade maior dos LV é possibilitar a avaliação contínua e formativa, ou seja, aquela que ocorre ao longo do processo ao mesmo tempo que regula as aprendizagens em curso,

assim como, aperfeiçoar o gerenciamento do desempenho dos aprendizes e, por conseguinte, otimizar a carga de trabalho *offline* dos Professores/Tutores na modalidade de Educação a Distância, bem como, contribuir para suprir a solidão virtual que a distância física impõe e, evitar assim, a evasão.

A ferramenta LV por estar voltada a oportunizar aprendizagens, permite sempre o reenvio da atividade para que o professor a corrija novamente.

O acompanhamento de seu LV ícone *emotions*, que simbolizam uma espécie de avatar do professor, oscila entre uma carinha triste a muito feliz (ver Figura 5), o que poderá motivar o aluno a buscar aprender melhor e a corrigir seus erros.



Figura 5: Ícone - LV

O uso dos LV ícones por parte do professor facilita a mediação e as intervenções pedagógicas necessárias ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Por ser um prolongamento espacial e temporal da sala de aula presencial, o uso de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) que faz uso de ferramentas dinâmicas de avaliação *online*, podem auxiliar na aprendizagem coletiva e compartilhada, levando alunos e professores a discussões e reflexões acerca dos conteúdos disponibilizados a uma aprendizagem significativa do tópico iniciado em sala de aula.

Desta forma, vislumbra-se um novo perfil do Professor/Tutor, sendo aquele que: deve tecer teias e não rotas; apropriar-se de toda tecnologia digital e gerenciar redes de aprendizagem; abrir-se ao novo e mergulhar na sociedade do conhecimento, da informação e de um mundo relacional e aberto.

O novo professor deve ser arquiteto de uma nova ordem de alunos, em que mentes coletivas – aprendizagem colaborativa e sociedade em rede é o caminho a seguir.

Segundo José Manuel Moran, “O poder de interação não está fundamentalmente nas tecnologias, mas em nossas mentes”. Portanto, deve-se fazer uso de tecnologia que necessita da ação humana e, nesta perspectiva encaixam-se os *Learning Vectors*(LV).

O fato do sistema de avaliação por LV manter as notas dos alunos no banco de dados do servidor da instituição facilita o gerenciamento da equipe técnico-pedagógica, uma vez que os resultados de cada turma são fornecidos *online*.

O uso dos LV associados a ícones e a uma escala *Likert* de apreciação (Muito-Bom, Bom, Regular, Fraco, Insatisfatório e Neutro), que auxilia na categorização de mensagens e



arquivos, valida este instrumento de avaliação como uma ferramenta que agrega não só o caráter tecnológico, mas também a indispensável mediação humana.

Inclui-se em sua metodologia uma métrica pedagógica qualitativa e não-linear, denominada Fator  $\beta$ , que, além de auxiliar no gerenciamento da evasão, ajudará em conselhos de classe e na identificação de alunos que, mesmo com médias finais iguais podem ser diferenciados por sua qualidade de aprendizagem.

O Fator  $\beta$  fundamenta-se na dimensão Positividade/Negatividade de desempenho do modelo Meta Learning, que buscou nas Teorias da Complexidade e do Caos os pressupostos que tornam robusto o seu modelo.

A dimensão Positividade/Negatividade será obtida a partir das projeções horizontais e verticais do vetor LV correspondente a cada atividade proposta no ambiente virtual.

Esta dimensão corresponde à qualidade da avaliação, sendo a relação Positividade/Negatividade (Taxa P/N) medida denominada de Fator  $\beta$ .

O Fator  $\beta$  configura-se como uma métrica pedagógica qualitativa e não-linear comparada à avaliação quantitativa e classificatória de notas no espaço de zero a dez.

Espera-se que durante a aplicação dos LV às diversas ferramentas de interação dos AVA, tais como: fóruns, chats, tarefas e wikis, possa constatar sua potencialidade em proporcionar uma avaliação qualitativa e de caráter formativa.

#### 4.6.2 Sistematização de Avaliação, segundo o ROD

O sistema de avaliação segue as normas instituídas no documento “Regulamento da Organização Didática” – ROD da Instituição, aprovado pela Resolução nº 033/2010, de 02 de setembro de 2010, no que versa o capítulo II, seção IV, e subseção III. (ANEXO II)

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A frequência às aulas presenciais e no ambiente virtual e demais atividades escolares é permitida apenas para alunos regularmente matriculados.

É considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver a média mínima de aproveitamento na disciplina em curso, bem como, frequência mínima de 75% da carga horária da disciplina.

Atendida em qualquer caso, a frequência mínima exigida por lei às aulas e demais atividades escolares será aprovado aluno que obtiver nota de aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), resultado da média ponderada das atividades disponíveis no ambiente virtual e

exames presenciais. É considerado para cálculo da média por disciplina é considerado o percentual de 40% das atividades a distância e 60% das atividades presenciais.

Caso o aluno não atinja média para aprovação, mas tenha obtido no semestre, no mínimo, 3,0, fará prova final. A média final será obtida pela soma da média semestral mais a nota da prova final, dividida por 2, devendo o aluno alcançar, no mínimo, a média 5,0, para obter aprovação.

#### 4.7 Aproveitamento de estudos

Atualmente, pode-se ingressar no curso através do vestibular, ou através de seleção de candidatos graduados e transferidos, de acordo com as normas regidas em Edital próprio para este fim. Os alunos, oriundos de outras instituições de nível superior, poderão ter seus estudos aproveitados, permitindo aceleração na conclusão de seu curso, conforme Capítulo III do ROD (ver anexo II). Também será facultado ao discente a validação de conhecimentos, conforme Capítulo IV do ROD (ver anexo III).

#### 4.8 Ementa Das Unidades Curriculares

No núcleo contextual, constam as disciplinas que visam à preparação do professor para o exercício docente na educação profissional, científica e tecnológica, tanto no que se refere às ações próprias da escola quanto às relações da escola, como instituição, no contexto onde está inserida. As disciplinas deste núcleo favorecem a identificação das abordagens filosóficas e epistemológicas que facilitam a compreensão das diferentes interpretações do fenômeno educativo, em suas múltiplas dimensões, e das teorias psicológicas da aprendizagem, o que permite o repensar crítico da prática pedagógica, numa perspectiva transformadora.

<b>Módulos: NÚCLEO CONTEXTUAL</b>	<b>CH</b>
<b>Educação a distância</b> <b>Ementa:</b> Significado e papel da educação a distância (EAD) na sociedade. Pressupostos pedagógicos e políticos que fundamentam a EAD. Especificidades organizacionais. Critérios e possibilidades de inclusão de instrumentos de mediação em projetos de EAD. Elaboração de materiais didáticos. Avaliação.  <b>Referência Básica:</b> BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB. Lei No. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < <a href="http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei9394.pdf">www.mec.gov.br/legis/pdf/lei9394.pdf</a> >. Acesso em: 27 fev 2004.	60

<p>COSCARELLI, C. V. <b>Mitos e Verdades da Educação a Distância</b>. Disponível em <a href="http://www.cei.inf.br">www.cei.inf.br</a>, nov/2000. Acessado em 06/08/07.</p> <p>MATA, Maria Lutgarda. <b>Educação a distância e novas tecnologias: um olhar crítico</b>. In: <i>Tecnologias Educacionais</i>, São Paulo:v. 22 (123/124), 1995. p.8-11</p> <p>MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. <b>Educação a distância: uma visão integrada</b>. São Paulo: Thomson Learning, 2007.</p> <p>PALLOFF, Rena; PRATT, Keith. <b>O aluno virtual</b>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p><i>PRETTO, Néelson de Lucca. Uma escola sem/com futuro. Educação e multimídia. Campinas: Papirus, 1996.</i></p> <p>ROMISZOWSKI, Alexander. <b>Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância</b>. Editorial no. 2/VoII, publicada em 06/01/2003. Disponível online em: <a href="http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=22&amp;UserActiveTemplate=1por&amp;infoi d=632">http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=22&amp;UserActiveTemplate=1por&amp;infoi d=632</a>. Acesso em 12/08/2007.</p> <p><i>SILVA, Cassandra Ribeiro. Bases pedagógicas e ergonômicas para a concepção e avaliação de produtos educacionais informatizados. Florianópolis, 1998. 121f. Dissertação – PPGEP/UFSC.</i></p> <p>SILVA, Obdália Santana Ferraz. <b>Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade?</b> Rev. Bras. Educ., Ago 2008, vol. 13, no. 38, p. 357-368.</p> <p>SOUZA, Maria de Fatima Guerra. <b>Nas trilhas da aprendizagem: diálogos com quem estuda a distância</b>. Brasília: Universidade de Brasília. Centro de Educação a Distância-CEAD, s/d.</p> <p>YALLI, Juan Simon. <b>Educação a Distância</b>. Tecnologia Educacional. V, 22, n. 123/124, mar/jun, 1995.</p>	
<p><b>Trabalho e Educação</b></p> <p><b>Ementa:</b> Abordagem das questões relativas ao mundo do trabalho, no contexto sócio-econômico contemporâneo. Problematização dos vínculos entre saberes escolares e a experiência dos sujeitos em espaços diversos de sua existência, em especial, do trabalho. Ligação entre trabalho, ciência e cultura. Análise dos elementos intervenientes no processo de transição entre a escola e o trabalho. Discussão do perfil do profissional egresso do ensino profissional técnico e tecnológico.</p> <p><b>Referência Básica:</b></p> <p>ANTUNES, R. <b>Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho</b>. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.</p> <p>ANTUNES, R. <b>Os sentidos do trabalho</b> (Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho). 5.ed. São Paulo : Boitempo, 2001.</p> <p>BRAVERMAN, H. <b>Trabalho e capital monopolista</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.</p> <p>CARVALHO, O. F. <b>Educação e formação Profissional</b>. Trabalho e tempo livre. Brasília: PLANO, 2003.</p> <p>DAL ROSSO, S. <b>Jornada de trabalho na sociedade</b>. O castigo de Prometeu. São Paulo :LTr, 1996.</p> <p>DAL ROSSO, S.; FERREIRA, M.C. <b>A regulação social do trabalho</b>. Brasília: Paralelo 15, 2003.</p> <p>DAL ROSSO, Sadi. <b>Mais Trabalho. A intensificação do labor na sociedade contemporânea</b>. São Paulo: Bomtempo, 2008.</p> <p>FERREIRA, M.C. <b>O sujeito forja o ambiente, o ambiente "forja" o sujeito</b>: Inter-relação Indivíduo-Ambiente em ergonomia da atividade. Laboratório de Ergonomia, Instituto de Psicologia, UnB, 2001.</p>	60

<p><b>Referência Complementar:</b>  GUÉRIN, F.; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J.; KERGUELEN, A. (2001). <b>Compreender o trabalho para transformá-lo.</b> A prática da ergonomia. São Paulo – SP: Editora Edgar BlücherLtda, 2008.</p> <p>MARX, K. <b>O Capital.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1968. Liv. 1. Vol. 1.</p> <p>SCHULTZ, T.W. <b>O valor econômico da educação.</b> RJ : Zahar, 1967.</p> <p>TREVISAN, L. <b>Educação e trabalho.</b> As receitas inglesas na era da instabilidade. SP :SENAC, 2001.</p> <p>WEBER, M. <b>A ética protestante e o espírito do capitalismo.</b> São Paulo: Pioneira, 1987.</p> <p>ZARIFIAN, P. <b>O Modelo da competência.</b> Trajetória histórica, desafios atuais e propostas.SP:SENAC, 2003.</p>	
<p><b>Português Instrumental</b></p> <p><b>Ementa:</b> Leitura e produção de textos de diferentes gêneros e tipos textuais. Elementos de coesão e coerência textuais. Produção de diferentes tipos de textos com ênfase na argumentação e exposição. Uso efetivo da língua portuguesa nas diversas situações comunicativas, tendo em vista as condições de produção e recepção do texto.</p> <p><b>Referência Básica:</b></p> <p>GARCIA, Othon M. <b>Comunicação em prosa moderna.</b> Rio de Janeiro: FGV, 1973.</p> <p>KOCH, Ingedore Villaça. <b>A coesão textual.</b> São Paulo: Contexto, 1989.</p> <p>_____; TRAVAGLIA, Luis Carlos. <b>A coerência textual.</b> São Paulo: Contexto, 1989.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. <b>Português Instrumental.</b> São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>BERLO, David. <b>O Processo da Comunicação.</b> São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p> <p>CUNHA, Celso. <b>Nova Gramática do Português Contemporâneo.</b> 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. <b>Manual de Redação e Normalização Textual.</b> São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>FERREIRA. Mauro. <b>Redação Comercial e Administrativa.</b> São Paulo: FTD, 2001.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>DISCINI, Norma. <b>Comunicação nos textos: leitura, produção e exercícios.</b> São Paulo: Contexto, 2005.</p> <p>BASTOS Lucia Kopschitz. <b>A produção escrita e a gramática.</b> São Paulo: Martins Fontes, 2002.</p>	40
<p><b>Psicologia Aplicada à Educação e ao Trabalho</b></p> <p><b>Ementa:</b> Introdução à psicologia e suas aplicações. O desenvolvimento humano: a adolescência e a idade adulta. Andragogia. Eutagogia. Gerontagogia. Desenvolvimento psicossocial, educação e aprendizagem da adolescência à terceira idade. O processo ensino-aprendizagem e a relação pedagógica analisados à luz da psicologia. Processos de gestão de pessoas. Psicologia social das organizações.</p> <p><b>Referência Básica:</b></p> <p>ALENCAR, Eunice M. S. Soriano de. (Org.). <b>Novas Contribuições da Psicologia aos processos de ensino- aprendizagem.</b> São Paulo, SP: Cortez, 1995.</p>	60

<p>BARROS, Célia Silva Guimarães. <b>Pontos da Psicologia Geral</b>. São Paulo, SP: ÁTICA,1993.</p> <p>BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de L. Trassi. <b>Psicologia</b>-Uma introdução ao estudo de Psicologia. 13.ed. São Paulo, SP: 1999.</p> <p>CAMPOS, Dinah Martins de Sousa. <b>Psicologia da Aprendizagem</b>. Petrópolis: Vozes, 1991.</p> <p>CÓRIA, Marcus. <b>Psicologia da Educação</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2000.</p> <p>DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma. <b>Psicologia na Educação</b>. São Paulo, SP: Cortez, 1995</p> <p>FADIMAN, J.; FRAGER, R. <b>Teoria da personalidade</b>. São Paulo, SP: HARBRA LTDA, 1986</p> <p>GOLART, Íris Barbosa. <b>Psicologia da Educação</b>: Fundamentos Teóricos e aplicação da Prática pedagógica. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.</p> <p>MARTIN, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. <b>A Pesquisa Qualitativa em Psicologia</b> - Fundamentos e Recursos Básicos. São Paulo, SP: Moraes,1994.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>MACHADO, A . M. <b>Educação Especial em debate</b>. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1997</p> <p>MANNING, Sidney A .<b>O desenvolvimento da criação e do adolescente</b>. São Paulo, SP:Harbra, 1997</p> <p>NOVAES, Maria Helena. <b>Psicologia da Educação e Prática Profissional</b>. Petrópolis, RJ: Vozes,1992</p> <p>PATTO, Maria Helena Souza. <b>Introdução à Psicologia escolar</b>. São Paulo, SP: TAQ, 1993.</p> <p>PILLETI, Nelson. <b>Psicologia Educacional</b>. São Paulo, SP: ÁTICA, 1997.</p> <p>SALVADOR, César Coll. <b>Aprendizagem escolar e construção do conhecimento</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994</p> <p>-----, <b>Psicologia e currículo</b>. Uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar.2.ed. São Paulo, SP: ÁTICA, 1997.</p>	
<p><b>História da EPCT no Brasil</b></p> <p><b>Ementa:</b> História da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Análise dos conceitos de produção e reprodução social no âmbito da escola no Brasil. Compreensão das principais visões pedagógicas e práticas educativas desenvolvidas no Brasil, com ênfase na Educação Profissional.</p> <p><b>Referência Básica:</b></p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. <b>História da educação e da pedagogia: geral e Brasil</b>. 3ª.ed. São Paulo:Moderna, 2006.</p> <p>BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. <b>História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário</b>. Vitória: Multiplicidade, 2006.</p> <p>BOBBIO, Norberto. <b>Dicionário de Política</b>. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, v. 1, 2.</p> <p>CUNHA, Luiz Antônio. <b>O ensino industrial-manufatureiro no Brasil</b>. In: Revista Brasileira de Educação, mai-ago, número 014, SãoPaulo: Brasil, pp.89-107. Disponível em: <a href="mailto:www.ibe@anped.org.br">www.ibe@anped.org.br</a>&gt;. Acesso em: 23 de out. 2007.</p> <p>Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. In: <b>Cadernos de</b></p>	60

<p><b>Pesquisa</b>, nº 111, dezembro/2000. p.47-70. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br">www.scielo.br</a>. Acesso em: 30 de ago.2008.</p> <p>FAUSTO, Boris. <b>História Concisa do Brasil</b>. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. <b>A República e o Espírito Santo</b>. Vitória: Multiplicidade, 2003.</p> <p>FREIRE, Ana Maria Araújo. <b>Analfabetismo no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>LIMA, Marcelo. <b>O desenvolvimento histórico do tempo socialmente necessário para a formação profissional: do modelo correccional-assistencialista das Escolas de Aprendizes Artífices ao modelo tecnológico-fragmentário dos CEFETs</b>. Vitória: Autor, 2010.</p> <p>MANACORDA, Mario Alighiero. <b>História da Educação: da antiguidade aos nossos dias</b>. São Paulo: Cortez, 1989.</p>	
--	--

No núcleo estrutural, é estudada a metodologia das disciplinas específicas da educação básica quanto à abordagem dos conteúdos curriculares: organização sequencial, avaliação e inter-relação entre as disciplinas com vistas à eficácia do processo ensino-aprendizagem. Os conhecimentos teórico-metodológicos são indispensáveis ao trabalho interdisciplinar de concepção, elaboração e desenvolvimento integrado das áreas que compõem o currículo do ensino profissional e tecnológico.

<b>Módulos: NÚCLEO ESTRUTURAL</b>	<b>CH</b>
<p><b>Currículos e Programas da EPCT</b></p> <p><b>Ementa:</b> Conceitos e concepções de currículo; Teorias curriculares; Diferentes sujeitos-produtores de currículo no âmbito da educação profissional; Reforma curricular com base nas recomendações da LDB e das diretrizes curriculares para Educação Profissional; Diferentes parâmetros e desenhos para o currículo da EPCT; Construção curricular na educação profissional e realidade sócio-político-cultural; Objetivos do processo de ensino e de aprendizagem na educação profissional e sua relação com o currículo.</p> <p><b>Referência Básica:</b></p> <p>SILVA, Tomas Tadeu; MOREIRA, Antonio Flávio. <b>Currículo, Cultura e Sociedade</b>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>MOREIRA, Antonio Flávio. <b>Currículos e Programas no Brasil</b>. 3.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.</p>	80
<p><b>Didática aplicada à EPCT</b></p> <p><b>Ementa:</b> A história da didática. A didática e suas dimensões político-social e as implicações no processo de ensino e aprendizagem. Tendências pedagógicas e a didática. A formação do professor. Saberes</p>	80

<p>docentes. A organização do trabalho docente. Relação professor e aluno. O ensino da Educação Profissional. Prática de microensino. Engenharia didática: como organizar a metodologia e pensar o planejamento. Planejamento de ensino, características, funções.</p> <p><b>Referência Básica:</b>  CANDAU, Vera Maria. <b>Didática em questão</b>.29.ed. São Paulo: Vozes, 2009.</p> PILLETI. Claudino. <b>Didática</b> .São Paulo: Àtica, 2007. <p><b>Referência Complementar:</b>  VEIGA, Ilma Passos Alencastro. <b>Didática: o ensino e suas relações</b>. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2003.</p>	
<p><b>Políticas Educacionais da EPCT</b></p> <p><b>Ementa:</b>O Sistema Educacional Brasileiro e sua legislação. A política nacional de Educação Básica e Educação Profissional Técnica e Tecnológica. Possibilidades de funcionamento das EPCTs. Cursos técnicos (não abordará a estrutura geral da educação profissional, cooperativas e associações de formação). A especificidade da educação profissional como política da educação e do trabalho.</p> <p><b>Referência Básica:</b>  MENESES, João Gualberto et al. <b>Estrutura e funcionamento da educação básica: leitura</b>. São Paulo: Pioneira, 2000.</p> <p><b>Referência Complementar:</b>  PLANK, David N. <b>Política educacional no Brasil: caminhos para a salvação pública</b>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p>	60

O núcleo integrador visa concretizar as diferentes perspectivas teóricas em forma de pesquisa e prática de ensino, por meio de projetos multidisciplinares que assegurem a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso. Este núcleo possibilitará um maior dinamismo curricular, garantindo a articulação teoria-prática e levando os alunos a refletir sobre as questões ligadas às políticas educacionais, ao projeto político-pedagógico da escola e às ações pedagógicas desenvolvidas no cotidiano de sua prática docente

<b>Módulos: NÚCLEO INTEGRADOR</b>	CH
<p><b>Informática Educativa</b></p> <p><b>Ementa:</b> Apresentação e discussão de programas aplicados a Educação Profissional em um ambiente de sala de aula e laboratório didático. Repositórios de Objetos educacionais. Linguagens de autoria. Processadores de textos e hipertexto. Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Programas aplicativos; planilha eletrônica, pacotes estáticos, banco de dados. Critérios e instrumentos para avaliação softwares e sites educativos. Tecnologias digitais educativas.</p>	40

<p><b>Referência Básica:</b></p> <p>VALENTE, J. A. (Org.) <b>Computadores e conhecimento</b>. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 1998.</p> <p>LEVY, P. <b>As Tecnologias da Inteligência</b>: O futuro do pensamento na era da Informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.</p> <p>MORAN, J. M. Autor do livro: <b>A educação que desejamos novos desafios e como chegar lá</b>. Campinas: Papirus, 2007.</p> <p>MORAES, M. C. <b>O paradigma educacional emergente</b>. Campinas: Papirus, 1997.</p> <p>MORAN, J. M. Texto publicado nos anais do 12º Endipe – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, in ROMANOWSKI, Joana Paulinet al (Orgs). <b>Conhecimento local e conhecimento universal: Diversidade, mídias e tecnologias na educação</b>. vol 2, Curitiba, Champagnat, 2004, páginas 245-253</p> <p>MORAN, J. M; MASETTO, M; BEHRENS, M. <b>Novas tecnologias e mediação pedagógica</b>. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2003.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>PAPERT, S. Logo: <b>Computadores e Educação</b>. Trad. José Armando Valente, Beatriz Bitelman, Asira Vianna Ripper. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1986.</p> <p>RAMAL, A. C. <b>Educação na cibercultura</b>: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>	
<p><b>Educação Inclusiva</b></p> <p><b>Ementa:</b> Estudos relacionados às pessoas com deficiência, inclusão na rede regular de ensino, na sociedade em geral e no mundo virtual. Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia; noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; noções de variação.</p> <p><b>Referência Básica:</b></p> <p>ALVES, N.; LEITE GARCIA, R. (Org.). <b>O sentido da escola</b>. Rio de Janeiro/RJ: D P&amp; A, 1999..</p> <p>AQUINO, J. (Org). <b>Diferenças e preconceitos na escola</b>: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1998.</p> <p>BRANDÃO, Z. (Org.). <b>A crise dos paradigmas e a educação</b>. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). <b>Avaliação</b>: uma prática em busca de novos sentidos. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2001</p> <p>FERREIRA, Gláucia de Mello (Org). <b>Palavra de Professor (a)</b>: tateios e reflexões na prática da pedagogia Freinet. Campinas: Mercado das Letras Edições e Livraria LTDA, 2003.</p> <p>LARROSA, J.; PÉREZ de LARA, N. (Org.). <b>Imagens do outro</b>. Tradução de Celso Márcio Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. Integração/Inclusão – escola (de qualidade) para todos. <b>Pátio</b> – revista pedagógica 2,(5), 48-51. . Local?, 1998.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. (2000). Ensinando a turma toda – as diferenças na escola. <b>Pátio</b> – revista pedagógica. Porto Alegre, RS: ARTMED/, Ano V, nº 20, Fev/Abr/2002, p.18.</p> <p>MANTOAN, M. T. E. <b>Todas as crianças são bem-vindas à escola</b>. Apostila. Faculdade de Educação/ Unicamp – Campinas/SP, 1998.</p>	40



<p>MANTOAN, Maria Teresa Eglér. <b>Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?</b> São Paulo: Editora Moderna, 2003.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>MORIN, Edgar. <b>A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.</b> Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.</p> <p>PIERUCCI, A. F. <b>Ciladas das diferenças.</b> São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>RANCIÈRE, J. <b>O mestre ignorante.</b> Cinco estudos sobre emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.</p> <p>SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. <b>Freinet: evolução histórica e atualidades.</b> São Paulo: Editora Scipione, 1989.</p> <p>SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). <b>Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.</b> Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.</p>	
<p><b>Práticas pedagógicas (TCC)</b></p> <p><b>Ementa:</b> A concepção do processo educacional, enfocando a formação humana do professor como ferramenta da consolidação da prática docente. O processo de ensino e suas relações. Atividades interdisciplinares. Práticas significativas e contextualizadas. Associação entre teoria e prática. Discussão sobre a importância da pesquisa para o educador tanto no sentido da produção de conhecimento novo como no sentido de favorecer uma intervenção adequada na realidade. Trabalho da leitura e escrita como suportes fundamentais da construção da prática educativa, utilizando-se, para tanto, dos materiais construídos pelos alunos. Orientações para elaboração do artigo da conclusão de curso.</p> <p><b>Referência Básica:</b></p> <p>ACEVEDO, Claudia R.; NOHARA, Jouliana J. <b>Monografia no Curso de Administração: guia completo de conteúdo e forma: inclui normas da ABNT, TCC, TGI, trabalhos de estágio, MBA, dissertações, teses.</b> 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Conjunto de Normas sobre Documentação e Informação (diversos números).</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>GIL, Antônio C. <b>Como Elaborar Projetos de Pesquisa.</b> São Paulo: Atlas, 1989.</p> <p>RICHARDSON, R. J. <b>Pesquisa Social: métodos e técnicas.</b> São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>RUDIO, Franz V. <b>Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.</b> Petrópolis: Vozes, 1980.</p> <p>VERGARA, Sylvia C. <b>Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.</b> São Paulo: Atlas, 1997.</p>	60
<p><b>Prática de Ensino (Estágio Supervisionado)</b></p> <p><b>Ementa:</b> Estudo dos livros didáticos e dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Profissional. A observação e a prática docente no Ensino profissional (EJA/PROEJA) e no ensino médio integrado.</p> <p><b>Estágio I:</b> Ensino Fundamental - Formação Inicial do Trabalhador. Observação e prática da docência no Ensino Fundamental - Formação Inicial do Trabalhador. A concepção do processo educacional, enfocando a formação humana do professor como ferramenta da consolidação da prática docente. O processo de ensino e suas relações.</p>	200

<p>Atividades interdisciplinares. Práticas significativas e contextualizadas. Associação entre teoria e prática. Carga Horária: 100h/a - carga horária presencial.</p> <p><b>Estágio II:</b> Ensino Médio Integrado e PROEJA. O estudo dos materiais didáticos e dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Profissional. A observação e a prática docente no Ensino profissional de nível médio e do Ensino profissional de nível médio integrado à modalidade de Educação de Jovens e Adultos. . Carga Horária: 100h/a - carga horária presencial.</p> <p><b>Referência Básica:</b></p> <p>COLL, Cesar S. <b>Aprendizagem escolar e construção do conhecimento</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.</p> <p>CUNHA, M. I. <b>Avaliação da aprendizagem no ensino superior</b>. Avaliação. RAIS 4(14):7-13. 1999.</p> <p>LIPMAN, Matthew. <b>O pensar na educação</b>. Petrópolis: Vozes, 1992.</p> <p>MASETTO, Marcos (Org.). <b>Docência na Universidade</b>. Campinas: Papirus, 1998.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>MORAN, José Manuel. <b>Mudanças na comunicação pessoal</b>. São Paulo: Paulinas, 1998.</p> <p>_____. <b>Internet no ensino</b>. Comunicação &amp; Educação. V (14): jan/abr 1999, p. 17-26.</p> <p>RIBEIRO, L. C. <b>Aprendizagem Baseada Em Problemas: PBL Uma Experiência no Ensino Superior</b>. São Carlos, SP:EdUFSCar. 2008. 151p.</p>	
<p><b>Metodologia Aplicada à Pesquisa</b></p> <p><b>Ementa:</b>Estudos metodológicos de iniciação à pesquisa aplicada em educação profissional. Tipos de pesquisa. Desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisa. Estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos, de acordo com as normas da ABNT.</p> <p><b>Referência Básica e Complementar:</b></p> <p>CAMPBELL, D.; STANLEY, J. <b>Delineamentos experimentais da pesquisa</b>. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979.</p> <p>GIL, A . C. <b>Métodos e técnicas em pesquisa social</b>. São Paulo: Nacional 1997.</p> <p>SEVERINO, A . J. <b>Metodologia do Trabalho Científico</b>. São Paulo: Cortez, 2001.</p>	60
<p><b>Atividades acadêmico-científico-culturais</b></p> <p><b>Ementa:</b> Participação em eventos científicos. Publicação de trabalhos em eventos acadêmicos, jornais e periódicos relacionados ao curso em formação.</p>	200
<p><b>Língua Brasileira de sinais – LIBRAS</b></p> <p><b>Ementa:</b> Conhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; Leitura e interpretação de textos na LIBRAS; Sistematização, informações; Identificação das ações facilitadoras da inclusão; Compreensão da dinâmica dos serviços de apoio especializado no contexto escolar; Entendimento de como ocorre a aquisição da Língua Portuguesa por ouvintes e surdos; Compreensão dos critérios de avaliação diferenciados dos alunos surdos conforme o Aviso Circular 277/94 do MEC, que garante a escolarização da Educação Básica à Superior; Execução do papel que a mesma tem na constituição e educação da pessoa surda.</p> <p><b>Referência Básica</b></p> <p>MOREIRA LIMA, Heloisa Maria. <b>Ensino de língua portuguesa para surdos:</b> caminhos para a prática pedagógica.- 2.ed.Brasília:MEC, SEESP, 2007. V.1,2.</p>	40

<p>SEESP. Secretaria de Educação Especial. <b>O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.</b> 2.ed.Brasília:MEC,SEESP, 2007.</p> <p>SEESP. Secretaria de Educação Especial. <b>Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.</b> 1 .ed.Brasília: MEC,SEESP, 2001.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>CAPOVILLA, Fernando César. <b>Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira.</b>1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p> <p>FELIPE, TanyaA. <b>Libras em Contexto:</b> curso básico. 1.ed.Brasília: MEC, SEESP, 2001.</p> <p>QUADROS, RoniceMüller de. <b>Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos 1.</b> 3.ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.</p>	
<p><b>História da Educação de Jovens e Adultos: da EJA ao PROEJA</b></p> <p><b>Ementa:</b> Percurso Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Os sujeitos da EJA: professor e aluno. Políticas Educacionais e Marcos Legais da EJA, PROEJA, PROEJAFIC e LDB. Concepção do PROEJA de acordo com o Documento Base do programa. Conceitos didático-pedagógicos, metodologia e estratégia de ensino voltados para o PROEJA. Análise da relação entre o Projeto Político Pedagógico, o Currículo Integrado e a estrutura curricular do PROEJA.</p> <p><b>Referência Básica:</b></p> <p>ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo. Cortez, 2000.</p> <p>ARROYO, M. Trabalho – Educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, G.(Org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.</p> <p><b>Referência Complementar:</b></p> <p>CABELLO, M. J. Aprender para conviver: concepciones y estrategias en educación de personas adultas. In: Revista Diálogos, vol 14. Madri, 1998.</p> <p>CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.</p> <p>COSTA; et al. O perfil dos alunos do Proeja no CEFETCE. Monografia. Fortaleza, 2007.</p> <p>CUNHA, Luiz Antônio. A profissionalização do Ensino Médio. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca Ltda., 1991</p>	90

## 5. Diploma

Ao aluno que concluir, com êxito, todas as disciplinas da matriz curricular, cumprir as horas estabelecidas para o estágio supervisionado obrigatório, com aproveitamento, e apresentar o trabalho de conclusão de curso, com resultado satisfatório, será conferido o Diploma de Licenciado em Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

## 6. CORPO DOCENTE

Os Professores são os responsáveis pela seleção do conteúdo a ser apresentado no curso; pela divisão deste conteúdo em aulas, módulos e/ou tópicos; pela elaboração de atividades; pela definição de tipos de avaliações e quando e como elas acontecerão, bem como dirimir dúvidas dos tutores presenciais e dos estudantes a respeito do conteúdo e das atividades didáticas.

Outra figura é o tutor a distância, o qual deverá auxiliar os professores, ficando responsável por determinadas tarefas como, por exemplo, responder aos e-mails com dúvidas sobre o ambiente do curso ou verificar constantemente se os alunos estão acessando e participando ativamente do curso, bem como auxiliar os tutores presenciais nas atividades de rotina. No curso de licenciatura em Educação Profissional, Científica e tecnológica, a distribuição de tutores a distância se dará na proporção de um para cada grupo de 30 alunos.

### 6.1 – Professores do curso

Nome	Disciplina	Formação	Endereço Lattes	Vínculo com a instituição
Maria Lindalva Gomes Leal	Prática de Ensino (Estágio Supervisionado) – Estágio I	Mestre em Políticas Públicas e Sociedade, doutoranda em Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/0238690792306360">http://lattes.cnpq.br/0238690792306360</a>	Pedagoga
Maria Inez Ibarгойen	Didática aplicada à EPCT	Mestre em Tecnologia, Doutora em andamento em Geografia (Capes 5)	<a href="http://lattes.cnpq.br/6776245919155757">http://lattes.cnpq.br/6776245919155757</a>	Professora
Elenilce Gomes de Oliveira	Trabalho e Educação	Mestre e Educação e Doutora em Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/1430657684290117">http://lattes.cnpq.br/1430657684290117</a>	Professora
Raimunda Olímpia de Aguiar Gomes	Psicologia Aplicada à Educação e ao Trabalho	Mestrado em Educação, Doutoranda em Geografia	<a href="http://lattes.cnpq.br/1698991783813733">http://lattes.cnpq.br/1698991783813733</a>	Professora
Tereza Cristina Valverde	Estrutura e Funcionamento da EPCT no espaço contemporâneo	Mestre Profissional em Gestão de Negócios e Doutorando em Geografia	<a href="http://lattes.cnpq.br/4030335328012466">http://lattes.cnpq.br/4030335328012466</a>	Professora
Gina Maria Porto de Aguiar	História da EPCT no Brasil	Mestre em Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/8009835023803584">http://lattes.cnpq.br/8009835023803584</a>	Professora
Guilherme	Português	Especialista	<a href="http://lattes.cnpq.br/4598611500615403">http://lattes.cnpq.br/4598611500615403</a>	Professor

Brito de Lacerda	Instrumental	em Língua Portuguesa Mestrando em Gestão de Políticas Públicas para o Ensino Superior		
Andrea Maria Rocha Rodrigues	Educação a Distância	Mestre em Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/2204394267963856">http://lattes.cnpq.br/2204394267963856</a>	Professora Substituta
Natal Lânia Roque Fernandes	Currículos e Programas da EPCT	Mestre em Educação e Doutorando em Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/5714926506164712">http://lattes.cnpq.br/5714926506164712</a>	Professor
Cristiane Borges Braga	Informática Educativa	Mestre em Computação doutoranda em Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/4683202297169520">http://lattes.cnpq.br/4683202297169520</a>	Professor
Maria Cleide da Silva Barroso	Educação Inclusiva	Mestre em Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/6267402154400258">http://lattes.cnpq.br/6267402154400258</a>	Professora
Ana Cláudia Gouveia de Sousa	Prática de Ensino (Estágio Supervisionado)	Mestre em Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/2950561246292869">http://lattes.cnpq.br/2950561246292869</a>	Professora
Solonildo Almeida da Silva	Práticas pedagógicas (TCC)	Mestre em Políticas Públicas e Doutor em Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/3023202592354673">http://lattes.cnpq.br/3023202592354673</a>	Professora
Cassandra Ribeiro Joye	Metodologia da Pesquisa Aplicada	Mestre em Engenharia de Produção e Doutora em Engenharia de Produção.	<a href="http://lattes.cnpq.br/2308920362072312">http://lattes.cnpq.br/2308920362072312</a>	Professora
Diná da Silva	Mestranda em Educação	Libras	<a href="http://lattes.cnpq.br/1529324380600627">http://lattes.cnpq.br/1529324380600627</a>	Colaboradora

## 7. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo pedagógico e técnico-administrativo responsável pela operacionalização do curso é formado por:

- a) Coordenador do curso

Tem a responsabilidade direta com as questões acadêmicas do curso tais como: zelar pelo bom andamento do projeto pedagógico, atualizando-o quando necessário, ofertar as disciplinas, controlar a elaboração do material didático pelos professores e/ou

conteudistas/pesquisadores, avaliar o material didático, resolver questões que envolvam o aluno e deliberar sobre o funcionamento dos polos e a tutoria.

b) Tutores presenciais e monitores

Atuando nos polos terão como responsabilidade mediar a relação dos estudantes com a instituição, dando apoio pedagógico às tarefas, esclarecendo dúvidas, coletando informações sobre o andamento da aprendizagem, frequência, participação, motivação.

c) Coordenador do polo de apoio presencial

Atuará permanentemente no polo. Será responsável pelo funcionamento adequado do polo, pelas atividades administrativas e acadêmicas, sendo o elemento de ligação entre o estudante e o IFCE.

d) Equipe de suporte técnico-pedagógico do NTEAD e colaboradores

A equipe assumirá diversas atividades de suporte e apoio ao desenvolvimento do curso tais como: apoio pedagógico e tecnológico no que se refere à capacitação dos envolvidos, orientação no planejamento didático das disciplinas, elaboração do conteúdo e do design instrucional, assessoria pedagógica na produção de materiais de multimídia, promoção de encontros de estudo, pesquisa, discussão e avaliação dos resultados de atividades realizadas, assessoria na operacionalização didática e tecnológica do uso das ferramentas da plataforma de EAD e videoconferência, entre outros.

Para efeito desse projeto, todos receberão capacitação tecnológica e pedagógica que garanta a interação desejável entre professor – aluno – conteúdo, bem como no domínio das ferramentas utilizadas (AVA e videoconferência) para tirar o maior proveito pedagógico delas.

## **8. ESTRUTURA E MODELO DO CURSO**

O Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica na modalidade a Distância, ofertado pelo Instituto Federal do Ceará, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB/CAPES/MEC, terá sua preparação, desenvolvimento, elaboração de conteúdo, produção de material didático, acompanhamento das disciplinas, tutoria a distância, realização e controle das avaliações, emissão de diplomas e certificados e demais operacionalizações centralizadas na Diretoria de Educação a Distância da Pró-Reitoria de Ensino, interfaciada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão do Instituto e, sua operacionalização será realizada pela equipe multidisciplinar do Núcleo de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância – NTEAD sob coordenação designada pela direção.

Assim sendo, o NTEAD do IFCE proporcionará o apoio e estrutura técnico-pedagógica adequada para facilitar a circulação dinâmica do material didático, as interações instituição-professor-tutor-aluno-conteúdo, as avaliações, a capacitação dos atores envolvidos nas práticas e metodologias de EAD (professores, coordenadores, tutores, estudantes), ou seja, todo o apoio técnico-pedagógico exigido nas práticas de EAD para assegurar a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Com vistas a maximizar as potencialidades pedagógicas das diversas mídias e, com isso, também atender às diversas necessidades e múltiplos perfis que são característicos do estudante que aprende remotamente, possibilitando-lhe um retorno efetivo às suas dúvidas e anseios, bem como propiciando o diálogo necessário no processo de análise e produção do conhecimento na integralidade dos módulos do Curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica na modalidade a Distância, faz-se a opção por utilizar materiais e recursos digitais disponibilizados no Portal do Professor como uma das referências possíveis para as atividades do curso, tendo como ambiente de curso predominante o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizando a plataforma *Moodle* material impresso.

Eventualmente poderão ser utilizadas salas virtuais de conferência via web em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, uma vez que os polos de apoio presencial estão sendo capacitados para seu uso pleno como recurso de aula presencial virtual.

Para isso, será necessário que todo o processo de organização da aprendizagem seja pautado numa visão sistêmica que considere formação/capacitação dos atores envolvidos (professores formadores, professores conteudistas, tutores presenciais e a

distância, equipe técnica e pedagógica) para a elaboração do material didático, apoiados na perspectiva multidisciplinar do processo de produção, dos meios e dos materiais utilizados. Bem como, o sistema de assistência ao aluno por meio da tutoria, a avaliação contínua para que o aluno tenha efetivamente controle sobre seus percursos de formação e tenha o sentimento de pertença no processo.

Explicita-se, a seguir, como o IFCE organiza o curso quanto à:

### **Controle Acadêmico:**

A forma de gerenciamento acadêmico dos alunos do IFCE ocorre através de um sistema eletrônico que permite a liberação de matrícula, o lançamento de notas, controle de frequência e faltas, transferências, trancamento de matrículas, lançamento de conteúdos pelos professores, assim como dados estatísticos referentes à evasão. Tais formas de gerenciamento e armazenamento dos dados produzidos na modalidade a distancia estão explicitadas no Regulamento da Organização Didática (ROD) da instituição.

### **Oferta de disciplinas:**

A oferta das disciplinas será feita em concomitância de duas disciplinas, podendo ter mais uma disciplina em paralelo, caso a carga horária semestral exija. As horas de estudos semanais totalizarão 10h, sendo computadas 2h dia. A distribuição das disciplinas de acordo com a carga horária semestral e as horas de estudos semanais dos alunos será disponibilizada em calendário previamente elaborado, não havendo choque de encontro presencial entre as disciplinas.

Os cursos terão os seguintes conteúdos modulares:

Cursos de Formação Inicial

- a) Para professor conteudista (80h)  
Carga horária presencial: 24h  
Carga horária a distância: 56h

Módulo I	Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem
Módulo II	Educação a Distância: conceitos, características, modelos e recursos
Módulo III	Didática aplicada à EAD: planejamento e metodologias
Módulo IV	A Produção de Conteúdo e o Design Instrucional dos materiais digitais
Módulo V	As linguagens para as diferentes mídias (impresso, web, vídeo-aula, CD-ROM e videoconferência)



Módulo VI	Componente prática dos materiais didáticos: elaboração/produção de atividades e avaliações
-----------	---

- b) Para o professor formador (80h)  
 Carga horária presencial: 24h  
 Carga horária a distância: 56h

Módulo I	Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem
Módulo II	Modelo Pedagógico em Educação a Distância (EaD)
Módulo III	Ações do Professor-Formador
Módulo IV	Ferramentas e recursos digitais de mediação e interação pedagógica: tipos, características e aplicações
Módulo V	Objetos Educacionais

- c) Para tutores a distância (100h)  
 Carga horária presencial: 20h  
 Carga horária a distância: 80h

Módulo I	Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem
Módulo II	Educação a Distância: conceitos, legislação, características modelos e recursos.
Módulo III	Estratégias didáticas aplicadas à EaD: metodologias e técnicas de ensino
Módulo IV	Competências pedagógicas, interpessoal, administrativas e técnicas do tutor a distância
Módulo V	Ferramentas e recursos digitais de mediação e interação pedagógica: tipos, características e aplicações
Módulo VI	Prática de tutoria no Moodle
Módulo VII	A gestão e avaliação do processo de aprendizagem
Módulo VIII	Avaliando através dos Learning Vectors

- d) Para o tutor presencial (80h)  
 Carga horária presencial: 16h  
 Carga horária a distância: 64h

Módulo I	Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem e Prática de Inclusão Digital
Módulo II	Educação a Distância: conceitos, características modelos e recursos
Módulo III	Competências pedagógicas, interpessoal, administrativas e técnicas do tutor presencial
Módulo IV	Ferramentas e recursos digitais de mediação e interação pedagógica
Módulo V	Estratégias, recursos e instrumentos de acompanhamento e apoio ao estudante

- e) Para o Designer Instrucional (80h)  
 Carga horária presencial: 24h

Carga horária a distância: 56h

Módulo I	Educação a Distância: conceitos, características modelos e recursos
Módulo II	Ambiente Virtual de Aprendizagem ( <i>Moodle</i> ) e Ferramentas de Interação
Módulo III	Mídias digitais
Módulo IV	Design instrucional e a interatividade
Módulo V	Material Didático
Módulo VI	Aspectos técnicos da diagramação web e impressa - prática com relação aos recursos web: quais os principais recursos e como aplicá-los

f) Para o Diagramador para Web/Impresso (40h)

Carga horária presencial: 12h

Carga horária a distância: 28h

Módulo I	Pesquisa iconográfica
Módulo II	Diagramação impressa
Módulo III	Diagramação web

g) Para Administrador do Moodle (40h)

Carga horária presencial: 12h

Carga horária a distância: 28h

Módulo I	Apresentação do Moodle
Módulo II	Administração da Plataforma
Módulo III	Práticas de Administração
Módulo IV	Criação de curso

Cursos de Formação Continuada

a) Para Professores Tutores (40h)

Carga horária presencial: 16h

Carga horária a distância: 24h

Módulo I	Ferramentas Avançadas do Moodle
Módulo II	Conhecendo a Webconferência
Módulo III	Os Instrumentos de avaliação Learning Vectors 2.0

Ressalta-se que esses atores são apoiados por equipe multidisciplinar, em constante processo de atualização para tornar as mídias educacionais mais atraentes, fáceis de usar e eficazes em seus resultados. É indiscutível, portanto, a necessidade de prosseguir ofertando formação inicial e continuada aos profissionais que trabalham com

a modalidade semipresencial, notadamente na produção e gestão do processo ensino-aprendizagem.

## **Material Didático e Metodológico**

o

Os meios e materiais didáticos utilizados no curso de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica na modalidade a Distância para mediação do processo ensino-aprendizagem são:

a) **Material Impresso**: ainda que evolutivamente estejamos na 4ª. Geração da EAD, a da sala de aula virtual, o material impresso é ponto chave material didático à distância adotado no IFCE. Por suas características de portabilidade e manuseio, e, considerando o desenho e realidade geográfica dos polos, o material impresso, é por vezes, o material de maior uso e acesso do aluno que não pode estar frequentando assiduamente os polos (mora em distritos distantes) e/ou não tem computador em casa.

b) **Material Didático Interativo no Formato CdRom** é complementar ao material impresso. A escolha dessa mídia visa o enriquecimento do conteúdo. Devido ao seu potencial de armazenamento e portabilidade, permite disponibilizar conteúdos de diversos tipos e formatos que, pela complexidade de produção e distribuição, não poderão ser disponibilizados no formato impresso, ou na plataforma, como apresentações em PowerPoint com imagens, vídeos, apostilas, textos, demonstrações, simulações, animações em flash e demais materiais específicos de disciplinas.

c) **Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA** – O ambiente Moodle, plataforma de EAD utilizada nos cursos da UAB/IFCE permite realizar um processo de gestão democrático e participativo, controle e avaliação do processo de ensino e aprendizagem. O Moodle oferece um conjunto de ferramentas computacionais que permitem a criação e o gerenciamento de cursos à distância, potencializando processos de interação, colaboração e cooperação e reunindo, numa única plataforma, possibilidades de acesso online ao conteúdo de cursos. Oferece, também, diversos recursos de comunicação/interação/construção entre: aluno e professor; aluno e tutor; aluno e conteúdo; aluno e aluno. O ambiente foi otimizado para comportar o modelo

pedagógico utilizado nos cursos, inclusive incorporando novas ferramentas como os *Learning Vectors-* (LV's). O endereço para acesso ao ambiente é: <http://virtual.ifce.edu.br/moodle/>

d) **Videoconferência/webconferência**, como ambiente de ensino e de aprendizagem, não é um novo método didático, constitui-se, sim num novo meio técnico para o ensino. Como todo meio, não possui nenhuma vertente pedagógica intrínseca. A vertente será definida no planejamento de acordo com os objetivos e necessidades pedagógicas do curso e das disciplinas.

O IFCE, possui uma sala de videoconferência equipada e operante interligada e estruturada aos polos atendidos pelas coordenações de Juazeiro e Fortaleza na qual poder-se-á promover encontros dos alunos com o professor para diversos momentos didáticos, tendo ainda como objetivo esclarecer pontos dos conteúdos, realização de seminários, debates e outras atividades acadêmicas.

O modelo pedagógico adotado inserindo as diversas mídias citadas (material impresso, CD-ROM, AVA e videoconferência/webconferência) podem trazer como benefícios:

1. Oportunizar ao aluno o aprofundamento de leitura e o desenvolvimento dos trabalhos *off-line* de aprendizagem e pesquisa;
2. Elevar a motivação dos alunos através da utilização das novas tecnologias na interação entre si e com seus professores remotamente;
3. Possibilitar aos estudantes através da videoconferência/webconferência, uma educação virtual de comunicação em tempo real, facilitando a aprendizagem cognitiva e afetiva entre os atores do processo.
4. Contribuir com as comunidades de aprendizagem de AVA independente de lugar e tempo, ou seja, permitido que os estudantes acessem o ambiente virtual em qualquer lugar e a qualquer hora.

5. Aprofundar a capacidade de aprendizagem pelos diversos meios de exploração das mídias, conduzindo os estudantes a desenvolver a produção escrita de modo a ampliar sua crítica cognitiva e ser capaz de produzir por meio de pesquisas de modo autônomo.

Adicionalmente às mídias de interação para suporte ao ensino e aprendizagem, o IFCE mantém **linha de telefone e fax** para tirar dúvidas dos participantes do curso bem como prestar assistência permanente ao tutor local e demais atores do processo em EAD.

### **Especificidades do Projeto Pedagógico**

#### **Atividades extra-curriculares pedagógicas**

**Essas atividades devem ser computadas individualmente para cada aluno durante o percurso dos seus estudos, mediante comprovação de sua participação na:**

- **Produção coletiva de projetos de estudos;**
- **Elaboração de pesquisas de campo com aplicabilidade comprovada;**
- **Oficinas;**
- **Seminários Temáticos;**
- **Tutorias;**
- **Eventos;**
- **Atividades de extensão.**

**Para isso, o IFCE deverá promover palestras e cursos de aperfeiçoamento sobre temas de atualidades em discussão no país e propiciar condições para que os alunos promovam e participem de atividades acadêmico-científico e culturais dentro e fora da referida Instituição.**

○

## **9. DESCRIÇÃO DAS NECESSIDADES PARA ATENDIMENTO NOS POLOS**

Os polos de apoio presencial constituem uma referência física, onde o estudante pode realizar atividades complementares ao processo ensino-aprendizagem realizado a distância.

No polo o estudante tem acesso aos meios tecnológicos e pedagógicos, bem como a qualquer recurso necessário à realização do curso tais como: biblioteca, laboratório de informática com equipamentos conectados à Internet, salas de estudo e/ou ambientes para discutir com os tutores, realizar práticas de laboratórios, entre outros.

O polo de apoio presencial constitui o espaço de atividades presenciais e encontros regulares com tutores e com colegas criando-se uma identidade institucional, propiciando a troca de experiência nas diversas áreas em estudo, integrando alunos e criando condições para o desenvolvimento de atividades acadêmicas em grupo.

### ***9.1 Infra-estrutura física e recursos materiais***

A estrutura física dos polos deverá ser constituída, no mínimo, pelos itens abaixo especificados:

- 1 Sala de recepção e secretaria acadêmica;
- 1 Sala de Tutoria ou estudos;
- 1 Sala de aula convencional equipada com projetor LCD e PC ou notebook equipado com kit multimídia;
- 1 Biblioteca contendo os títulos indicados para o curso e complementares;
- 1 laboratório de informática com 20 computadores com conexão à Internet de no mínimo (2Mbits/s) e equipados com kits multimídia.

Com esta infra-estrutura poder-se-á promover outros tipos de cursos em diferentes áreas e níveis, atendendo-se às demandas da região e às políticas nacionais de democratização da Educação e inclusão digital fortalecendo as parcerias entre Município, Estado e União em prol da Educação, com responsabilidade social e visando o desenvolvimento sustentável da região.

### **9.2 O polo de Apoio Presencial**

Os polos de apoio presencial constituem uma referência física do estudante com a instituição. Sendo o “braço” operacional local da instituição, é no polo que o estudante cria e solidifica o vínculo com a instituição. No polo, o estudante tem acesso aos meios e materiais tecnológicos e pedagógicos, espaços e pessoas necessários à realização do curso tais como: biblioteca, laboratório de informática com conexão em Internet para acesso aos materiais, participação em *chats* e fóruns, enviar e receber e-mail, etc., salas para assistir aulas presenciais ou por videoconferência, salas de estudo e/ou ambientes para discutir com os tutores, realizar práticas de laboratórios, entre outros.

Na definição da UAB, o polo é “estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com o concurso de diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais” (<http://www.uab.mec.gov.br/polo.php>).

O polo constitui, pois, por excelência, o espaço de atividades presenciais e encontros regulares com tutores e com colegas criando-se uma comunidade de pertença e uma identidade local com a instituição integrando alunos e criando condições para o desenvolvimento regional mediante realização de eventos culturais e acadêmicos e diversificação das atividades como cursos de extensão, incubadoras, projetos sociais, entre outras.

### **9.3 A equipe e atribuições**

O corpo pedagógico e técnico-administrativo responsável pela operacionalização do curso é formado por:

#### **Coordenador do curso:**

Tem a responsabilidade direta com as questões acadêmicas do curso tais como: zelar pelo bom andamento do projeto pedagógico, atualizando-o quando necessário, oferta das disciplinas, controlar a elaboração do material didático pelos professores e/ou conteudistas/pesquisadores, avaliar o material didático, resolver questões que envolvam o aluno, deliberar sobre o funcionamento dos polos e a tutoria.

#### **Professores**

Responsáveis pela seleção do conteúdo a ser apresentado no curso; pela divisão deste conteúdo em aulas, módulos e/ou tópicos; pela elaboração de atividades; pela

definição de tipos de avaliações e quando e como elas acontecerão, bem como dirimir dúvidas dos tutores presenciais e dos estudantes a respeito do conteúdo e das atividades didáticas.

### **Tutor a distância:**

Deverá auxiliar os professores ficando responsável por determinadas tarefas como, por exemplo, responder aos e-mails com dúvidas sobre o ambiente do curso ou verificar constantemente se os alunos estão acessando e participando ativamente do curso bem como auxiliará os tutores presenciais nas atividades de rotina. No curso de Licenciatura em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a distribuição de tutores a distância se dará na proporção de um para cada grupo de 30 alunos.

### **Tutores presenciais e monitores:**

Atuarão nos polos. Terão como responsabilidade mediar a relação dos estudantes com a instituição dando apoio pedagógico às tarefas, esclarecendo dúvidas, coletando informações sobre o andamento da aprendizagem, frequência, participação, motivação.

### **Coordenador do polo de apoio presencial:**

Atuará permanentemente no polo. Será responsável pelo funcionamento adequado do polo, pelas atividades administrativas e acadêmicas, sendo o elemento de ligação entre o estudante e o IFCE.

### **Equipe de suporte tecnopedagógico do NTEAD e colaboradores:**

A equipe assumirá diversas atividades de suporte e apoio ao desenvolvimento do curso tais como: apoio pedagógico e tecnológico no que se refere à capacitação dos envolvidos, orientação no planejamento didático das disciplinas, elaboração do conteúdo e do design instrucional, assessoria pedagógica na produção de materiais de multimídia, promoção de encontros de estudo, pesquisa, discussão e avaliação dos resultados de atividades realizadas, assessoria na operacionalização didática e tecnológica do uso das ferramentas da plataforma de EAD e videoconferência, entre outros.

Para efeito desse projeto, todos receberão capacitação tecnológica e pedagógica que garanta a interação desejável entre professor – aluno – conteúdo, bem como no domínio das ferramentas utilizadas (AVA e videoconferência) para tirar o maior proveito pedagógico delas.



## 10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

<b>ETAPA</b>	<b>PERÍODO</b>
Trâmites institucionais e formalização dos convênios	Julho e Agosto de 2012
Preparação do curso (capacitação dos docentes, seleção de tutores presenciais e a distância, capacitação dos tutores presenciais e a distância)	Setembro de 2012
Produção de Material Didático (Impresso edigital). Preparação da plataforma Moodle Obs.: O curso deve iniciar com o material do Núcleo 1 pronto. Os materiais dos módulos seguintes poderão ser produzidos concomitantes a execução.	1º Semestre: Setembro a Dezembro de 2013. 2º Semestre: Janeiro a Maio de 2013 3º Semestre: Junho a Setembro de 2013.
Preparação do processo de seleção/Divulgação/Inscrição	Novembro e Dezembro de 2012.
Oferta do 1º. Semestre do curso	Fevereiro a Julho de 2013
Oferta do 2º. Semestre do curso	Agosto a Dezembro de 2013
Oferta do 3º. Semestre e TCC	Fevereiro a Julho de 2014.

## BIBLIOGRAFIA

AGLIEBER, José Erno. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES, OBSTÁCULOS E DESAFIOS.

In: **ANPED**, GT: Educação Ambiental / n.22 30 ANPED.

Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT22-3455--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT22-3455--Int.pdf).

Acesso em 15 de março de 2010.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. CÂMARA DOS DEPUTADOS: Brasília, 2000.

BRASIL. **RESOLUÇÃO nº. 2**. Conselho Nacional de Educação: Brasília, 2002.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ACAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. n: **Fórum de Educação Profissional**. Disponível em: [portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic\\_EPCT.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_EPCT.pdf). acessado em 15 de março de 2010.

PRETI, O. Educação a distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In: Preti O, organizador. **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT; 1996.

**REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA (ROD)**. Fortaleza-CE: IFCE (2006)

SANGRÁ, A. **EaD**. Catalunya: Universitat Oberta de Catalunya, 2000.

SANTOS. Edméa Oliveira. **Ambientes virtuais de aprendizagem**: por autorias livre, plurais e gratuitas. In: Revista FAEBA, v.12.2003.

SHULMAN, L. S. **Pedagogical processes. Paper presented at the annual meeting of the American Association of Colleges for Teacher Education**, New Orleans: February, 1988.

#### Sites:

Brasil Profissionalizado, Disponível em, [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12325&Itemid=663](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663) Acesso em 26 de abril de 2012.

Brasil Profissionalizado – Previsão de repasses, disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/brasilprofissionalizadorepasse.pdf>. Acesso em 26 de abril de 2012.

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=10395%3E](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10395%3E)  
Acesso em 25 de abril de 2012.

<http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2010/03/23/mec-investiu-1-2-bilhao-em-679-escolas-tecnicas-estaduais-916150079.asp> . Acesso em 25 de abril de 2012.

[http://www.planetauniversitario.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12968:mec-repassa-r-12-bi-para-investimentos-em-679-escolas-tecnicas-estaduais&catid=27:notas-do-campus&Itemid=73](http://www.planetauniversitario.com/index.php?option=com_content&view=article&id=12968:mec-repassa-r-12-bi-para-investimentos-em-679-escolas-tecnicas-estaduais&catid=27:notas-do-campus&Itemid=73) . Acesso em 25 de abril de 2012.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm), acesso em 25 de abril de 2012.

## Anexo I

### REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS DOS CURSOS DE LICENCIATURA

Resolução no. 003 de 21 de março de 2005 do conselho Diretor do IFCE

Considerando o estabelecido pelo conselho Nacional de educação, mediante o Parecer CP/28/2001 e a Resolução do CNE/CP/2002 que determinam as atividades complementares como componente curricular obrigatório, a Direção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará disciplina o registro e controle acadêmico dessa ação didática.

Essas atividades fazem parte do currículo do curso de graduação e são indispensáveis para o discente integrá-lo. Devem ser realizadas individualmente ou com equipes de alunos, possivelmente orientados por docentes e apoiadas pela direção do IFCE. Os alunos deverão cumprir a carga-horária (200h) dessas atividades acadêmico-científica-cultural do curso, optando por cursar e ou participar das atividades abaixo relacionadas:

- a. Disciplinas extra-curriculares ofertados por outros cursos ministrados pelo IFCE, desde que haja vaga e compatibilidade de horários. As referidas disciplinas cursadas serão registradas no histórico escolar.
- b. Seminários, mesa redonda, painéis programados apresentados em eventos científicos.
- c. Feiras científico-culturais promovidas pelo curso ou pelo IFCE.
- d. Curso de extensão na área de conhecimento do curso.
- e. Curso de leitura e interpretação em língua estrangeira.
- f. Curso de atualização em computação.
- g. Atividades de voluntariado em eventos diversos do curso.
- h. Ações de caráter comunitário, como reforço escolar, trabalhos em laboratórios com alunos de escola de rede pública ou particular.

O(a) aluno(a) das Licenciaturas do IFCE deverá cumprir ao longo do curso as 200 horas assim distribuídas:

Pesquisa: 100 horas

Ensino: 50 horas

Extensão: 50 horas

Obs: só serão contadas as atividades desenvolvidas pelo(a) aluno(a) após o ingresso no curso, desde que guarde correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso do aluno. Estas atividades serão anotadas em fichas próprias e devendo ser comprovadas mediante a apresentação de certificados e declarações.

ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	CARGA-HORÁRIA
1. Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica: participação em eventos científicos, apresentação de pôsters e de artigos científicos, participação em oficinas e min-cursos, mesas redondas e seminários de eventos científicos.	100h
2. Atividades de Extensão: Disciplinas extra-curriculares cursadas em outros cursos do IFCE, ou outras instituições, cursos de línguas feito em outras instituições, cursos à distância ou semi-presencial. Trabalho voluntário orientado e assistido pelos professores do IFCE	50 horas
3. Ensino: Monitor em oficinas laboratoriais do curso de licenciatura e preparação de alunos para participarem de Olimpíadas, orientado por professores do IFCE. Substituição eventual de professores.	50 horas

## ANEXO II

### TÍTULO VI - DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – EAD

#### CAPÍTULO III - Da organização didática na EAD

##### Seção I – Da avaliação da aprendizagem na EAD

Art. 129 A sistemática de avaliação na EAD acontecerá nos cursos de nível técnico e superior, na modalidade semi-presencial, observando-se as especificidades de cada nível de ensino.

Art. 130 O processo de avaliação será orientado pelos objetivos definidos nos planos de cursos, de acordo com cada nível de ensino ofertado nessa modalidade.

Art. 131 A avaliação da aprendizagem se realizará por meio da aplicação de provas, trabalhos presenciais ou virtuais, projetos orientados, experimentações práticas, entrevistas ou outros instrumentos, levando-se em conta o caráter progressivo dos instrumentos avaliativos ao longo do período letivo.

Art. 132 A avaliação dos alunos constará de 40% das atividades postadas no ambiente virtual e 60% das atividades de avaliação presencial.

Art. 133 A sistemática da avaliação ocorrerá por todo o semestre letivo, não havendo etapas.

Art. 134 A avaliação será composta por no mínimo 01 exame presencial, atividades síncronas (chat's, atividades presenciais, etc.) e assíncronas (fórum, atividades postadas, etc.).

Parágrafo único- Os exames presenciais devem prevalecer sobre outras formas de avaliação à distância.

##### Seção II - Da recuperação da aprendizagem na EAD

Art. 135 Nos cursos a distância, a recuperação da aprendizagem segue os mesmos princípios e concepção adotados no ensino presencial, artigo 43, parágrafo único.

##### Seção III – Da segunda chamada na EAD

Art. 136 O discente que faltar a qualquer avaliação poderá requerer ao IFCE a segunda chamada , no prazo 03 (três) dias úteis após a avaliação presencial ou à distância, devendo o requerimento ser entregue à coordenadoria do polo correspondente, que deverá enviá-lo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, ao NTEAD do IFCE do campus que oferta o curso.

Parágrafo único - ao requerimento deverão ser anexados os seguintes documentos:

a) atestado médico;

b) declaração de corporação militar, firma ou repartição, comprovando que, no horário da realização da primeira chamada da prova, estava em serviço;

c) outro documento, que deverá ser avaliado pela coordenadoria do curso.

Seção IV – Da sistemática de avaliação da EAD no ensino superior

Art. 137 A avaliação dos alunos do curso superior a distância compor-se-á da média das atividades presenciais (AP) e da média das atividades à distância (AD).

§1º A média das atividades presenciais (AP) será obtida do resultado das avaliações presenciais.

§2º A média das atividades à distância (AD) será obtida do resultado de todas as atividades realizadas no ambiente virtual.

Art. 138 A aprovação em cada componente curricular resultará da média ponderada das avaliações presenciais e à distância, que deverá ser superior ou igual a 7,0.

§1º O aluno que não atingir a média para aprovação, fará exame presencial final, que deverá ser aplicado até 15 (quinze) dias após a divulgação do resultado da média semestral, desde que tenha obtido, no semestre, a média mínima 3,0.

§2º A média final será obtida pela soma da média semestral, mais a nota do exame presencial final, dividida por dois; a aprovação estará condicionada à obtenção da média mínima 5,0.

Art. 139 Para ser aprovado o discente deverá apresentar frequência igual ou superior a 75%, por componente curricular.

Art. 140 Somente será aprovado o discente que, cumulativamente atenda às condições dos artigos 138 e 139.

Art. 141 O rendimento acadêmico será mensurado, aplicando-se as fórmulas abaixo:

$$X_s = \frac{2AD + 3AP}{5} \geq 7,0$$

$$X_f = \frac{X_s + EFP}{2} \geq 5,0$$

Onde:

Xs Média semestral

AP Média das atividades presenciais

AD Média de atividades a distância

X f Média final

EFP Exame final presencial

Art. 142 O calculo da frequência far-se-á aplicando-se as fórmulas abaixo:

$$NTF = NTA \left[ \frac{CH}{NAP + NAD} \right]$$

Onde:

NTF Número total de faltas

NTA Número de faltas nas atividades presenciais e/ou a distância

CH Carga horária do componente curricular

NAP Número de atividades presenciais

NAD Número de atividades a distância

Art. 143 Para efeito de frequência, computam-se as atividades presenciais em termos do número de turno (manhã/tarde/noite) em que o aluno esteve no polo ao qual sua matrícula está vinculada.

Seção VI - Do aproveitamento de componentes curriculares na EAD

Art. 151 Aos discentes do IFCE, fica assegurado o direito ao aproveitamento de componentes curriculares, desde que haja compatibilidade de conteúdo e de carga horária, no mínimo, 75% do total estipulado para o componente curricular.

Art. 152 O aproveitamento de componente curricular só poderá ser solicitado uma única vez.

§1º Poderão ser aproveitados componentes curriculares cursados no mesmo nível do que está sendo pleiteado ou superior a ele.

§2º Não será permitido o aproveitamento de componentes curriculares nos quais o aluno, tenha sido reprovado no IFCE.

Art. 153 Para o aproveitamento de componentes curriculares será exigida a seguinte documentação:

a) histórico escolar, com carga horária dos componentes curriculares;

b) programa dos componentes curriculares solicitados, devidamente autenticado pela instituição de origem.

Parágrafo único- Se o aluno discordar do resultado da análise, poderá solicitar, uma única vez, o reexame do processo de aproveitamento de estudos.



Art. 154 O aluno recém-ingresso no IFCE,matriculado na modalidade à distância, terá 20 dias após a sua matrícula, para requerer o aproveitamento de componentes curriculares.

Art. 155 Quanto ao aluno veterano, matriculado na modalidade a distância, o aproveitamento será sempre para o semestre/ano posterior ao que está sendo cursado, devendo a solicitação ser feita nos primeiros 50 (cinquenta) dias letivos do período em curso.

### ANEXO III

#### TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

##### CAPÍTULO IV- Da validação de conhecimentos

Art. 62 O IFCE validará conhecimentos adquiridos em estudos regulares e/ou em experiência profissional, mediante avaliação teórica e/ou prática, feita por uma banca instituída pelo coordenador do curso, composta, no mínimo, de dois professores.

§1º O aluno não poderá pedir validação de componente curricular em que tenha sido reprovado no IFCE.

§2º A validação de conhecimentos só poderá ser solicitada uma vez, por componente curricular.

§3º A validação de conhecimentos deverá ser solicitada nos primeiros cinquenta dias letivos do semestre em curso.

#### **CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPCT) NA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

	<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>1ºSemestre</b>	Educação a distância	60
	História da EPCT no Brasil	60
	Psicologia Aplicada à Educação e ao Trabalho	60
	Metodologia Aplicada à Pesquisa	60
	Português Instrumental	40
	Informática Educativa	40
<b>2ºSemestre</b>	Trabalho e Educação	60
	Currículos e Programas da EPCT	80
	Didática Aplicada à EPCT	80
	Educação Inclusiva	40
	Política Educacional Aplicada àEPCT	60
	Estágio Supervisionado I	100
<b>3º Semestre</b>	História da Educação de Jovens e Adultos: do EJA e ao Proeja	60

	Estágio Supervisionado II	100
	Libras	40
	Práticas Pedagógicas (TCC)	60
	Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	<b>200</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1.200</b>